



MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1995

JAIME LERNER

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

PARANÁ
1995

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1995

GOVERNADOR DO ESTADO
JAIME LERNER

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO
EMILIA DE SALLES BELINATI

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
CASSIO TANIGUCHI

CASA CIVIL
LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI

CASA MILITAR
LUIZ ANTONIO BORGES VIEIRA

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR
GERSON GUELMANN

GOVERNO
GIOVANI GIONÉDIS

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RONALD LEITE SCHULMAN

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

ADMINISTRAÇÃO
REINHOLD STEPHANES JÚNIOR

FAZENDA
MIGUEL SALOMÃO

OBRAS PÚBLICAS
DANTE BELINATI GUAZZI

COMUNICAÇÃO SOCIAL
CILA SCHULMAN
JAIME TADEU LECHINSKI

SEGURANÇA PÚBLICA
CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO
RAMIRO WAHRHAFTIG

DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR
SEGISMUNDO MORGENSTERN

ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO

SAÚDE
ARMANDO MARTINHO BARDOU RAGGIO

JUSTIÇA E CIDADANIA
EDSON LUIZ VIDAL PINTO

CULTURA
EDUARDO ROCHA VIRMOND

CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
FANI LERNER

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO
JONI PAULO VARISCO

ESPORTE E TURISMO
SILVIO MAGALHÃES DE BARROS II

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
HERMAS EURIDES BRANDÃO

DESENVOLVIMENTO URBANO
LUBOMIR ANTONIO FICINSKI DUNIN

MEIO AMBIENTE
HITOSHI NAKAMURA

TRANSPORTES
DENI LINEU SCHWARTZ

POLÍTICA HABITACIONAL - COHAPAR
RAFAEL BERNARDO DELY

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
JOÃO ELIAS DE OLIVEIRA

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
KALIL CURY FILHO
CASSIO TANIGUCHI

Curitiba, 15 de fevereiro de 1996.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Cumprindo o mandamento constitucional, contido no Artigo 87, inciso X, da Carta Magna do Estado do Paraná, tenho a elevada honra de comparecer a esta Casa de Leis para apresentar o relatório de atividades referentes à execução do Plano de Governo no ano de 1995.

O primeiro ano de governo serviu para assentar as bases do desenvolvimento de nosso Estado, através do reordenamento das estruturas existentes, com a implantação de ações integradas em quatro grandes áreas demandadas INFRA-ESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, DESENVOLVIMENTO HUMANO e GESTÃO PÚBLICA.

Este reordenamento tem por objetivo produzir profundas transformações sociais, políticas e econômicas no Paraná. Além disso, ações efetivas no âmbito administrativo e de investimentos no Estado foram implementadas, em áreas prioritárias como a SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA e, em especial, ao atendimento à INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, com aplicações de recursos na ordem de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

A administração integrada entre as diversas secretarias possibilitou a imediata resposta do Governo às demandas da população. Com este objetivo buscou-se dotar o Governo de instrumentos que possibilitaram alavancar recursos, quer no mercado financeiro nacional ou internacional que, negociados em tempo recorde, vão facilitar a implantação de reformas estruturais.

Assim, o Governo começa executar neste ano os projetos PARANÁ 12 MESES, voltado à agricultura, o PARANÁ URBANO, destinado à melhoria da qualidade de vida nas cidades e o PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO que, somado ao PROGRAMA DE QUALIDADE DE ENSINO DO 1º GRAU, representa o lançamento de novas premissas para a educação do Estado. A meta é o ser humano como medida de todas as coisas.

No que tange à área de saúde, diversos programas foram implantados e vêm ao encontro das propostas básicas no Plano de governo, tais como: CENTRAIS REGIONAIS DE CONSULTAS E INTERNAMENTOS, via telefone, FARMÁCIA BÁSICA e a IMPLANTAÇÃO DO SIATE, no interior.

Nos aspectos que visam à geração de empregos, o elevado volume de investimentos atraídos para o Estado oportunizou a implantação de pólos regionais que se voltam para as vocações de cada setor do Estado, como pólo do couro, têxtil, de fruticultura, que através de incentivos do programa Paraná + Empregos, busca a implantação de empresas capazes de gerar mais empregos e deter as migrações do trabalhador do campo para a cidade.

Em que pesem as dificuldades decorrentes da conjuntura nacional, as quais é impossível evitar, pela própria inserção da economia do Estado, especialmente a agricultura, o Paraná avançou, numa demonstração clara de que é possível promover o desenvolvimento se a causa for compartilhada entre a sociedade e os Poderes que a ela representam.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os significativos avanços obtidos no ano de 1995, só foram possíveis graças ao

apoio, à compreensão e ao elevado espírito público desta Casa Legislativa. Assim, manifesto um profundo apreço a este Poder, instância máxima de representação da população do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado em exercício

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INFRA-ESTRUTURA	
2.1 - ANEL DE INTEGRAÇÃO	19
3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO	
3.1 - PARANÁ 12 MESES.....	24
3.1.1 - AGRICULTURA	24
3.1.2 - DEFESA, FISCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.....	25
3.1.3 - APOIO À PECUÁRIA.....	25
3.1.4 - DESENVOLVIMENTO RURAL AUTO-SUSTENTADO.....	25
3.1.5 - VILAS RURAIS	26
3.1.6 - SANEAMENTO RURAL.....	26
3.1.7 - PARANÁ RURAL.....	26
3.1.8 - PESQUISA AGROPECUÁRIA	27
3.1.9 - SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ.....	27
3.1.10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENÇÃO RURAL.....	27
3.1.11 - ARMAZENAGEM E FOMENTO AGROPECUÁRIO	28
3.1.12 - ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	28
3.2 - PARANÁ AMBIENTAL	29
3.2.1 - NORMATIZAÇÃO DE PADRÕES AMBIENTAIS.....	29
3.2.2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
3.2.3 - ELABORAÇÃO DE MAPAS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E TEMÁTICOS	30
3.2.4 - ASSENTAMENTO RURAIS.....	30
3.2.5 - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS.....	31
3.2.6 - CADASTRO TÉCNICO RURAL.....	31
3.2.7 - REVITALIZAÇÃO DO LITORAL E ECO-VERÃO	31
3.2.8 - FLORESTAS MUNICIPAIS.....	32
3.2.9 - PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS.....	32
3.2.10 - SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	32
3.2.11 - VILA-VELHA/GUARTELÁ.....	32
3.2.12 - CAMINHOS DO MAR.....	33
3.2.13 - BAÍA LIMPA	33
3.2.14 - PRESERVAÇÃO DE FUNDO DE VALE/MATAS CILIARES.....	34
3.2.15 - ESPELEOLOGIA.....	34
3.2.16 - ICMS ECOLÓGICO.....	34
3.2.17 - RESERVA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA	34
3.2.18 - GESTÃO AMBIENTAL	35

3.2.19 - DRENAGEM URBANA, CONTROLE DA EROSAO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.....	36
3.2.20 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	37
3.2.21 - GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ	38
3.3 - PARANÁ + EMPREGOS.....	39
3.3.1 - INVESTIMENTOS PRODUTIVOS GERADORES DE EMPREGO.....	39
3.3.2 - AÇÕES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS	40
3.3.3 - AÇÕES DE FOMENTO	40
3.3.4 - PARANÁ + EMPREGOS E PARCERIA EMPRESARIAL	40
3.3.5 - CÂMARAS SETORIAIS	41
3.3.6 - INTERMEDIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA.....	41
3.3.7 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.....	41
3.3.8 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	41
3.3.9 - RELAÇÕES DO TRABALHO.....	42
3.3.10 - SEGURO-DESEMPREGO	42
3.3.11 - GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO	42
3.4 - PARANÁ + ENERGIA	44
3.4.1 - GERAÇÃO.....	44
3.4.2 - TRANSMISSÃO.....	45
3.4.3 - DISTRIBUIÇÃO URBANA E RURAL.....	45
3.4.5 - OPERAÇÃO.....	46
3.4.6 - MERCADO.....	46
3.4.7 - ASPECTOS FINANCEIROS.....	46
3.4.8 - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS.....	47
3.4.9 - DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO	47
3.5 - PARANÁ MINERAL	48
3.5.1 - CONVÊNIOS/ ACORDOS.....	48
3.6 - PARANÁ + SANEAMENTO	49
3.6.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO.....	49
3.6.2 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO	49
3.6.3 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	50
3.6.4 - SANEAMENTO RURAL.....	51
3.7 - PARANÁ + TECNOLOGIA	52
3.7.1 - ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	52
3.7.2 - TELEMÁTICA ESTADUAL.....	53
3.8 - PARANÁ + TRANSPORTE	56
3.8.1 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO.....	56
3.8.2 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	56
3.8.3 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS.....	56
3.8.4 - APOIO RODOVIÁRIO AOS MUNICÍPIOS	57
3.8.5 - MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS	57
3.8.6 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	57
3.8.7 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.....	57
3.8.8 - FERROESTE	58
3.8.9 - PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	59
3.8.10 - CONCESSÃO DE RODOVIAS.....	60
3.8.11 - MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS	62
3.9 - PARANÁ + TURISMO.....	64
3.9.1 - BRASIL NOVO TEMPO	64
3.9.2 - BRAZIL EXPERT.....	64
3.9.3 - INSIDE BRAZIL.....	64
3.9.4 - II SEMINÁRIO DE TURISMO DE EVENTOS - PROTUR.....	64
3.9.5 - TURISMO NA ESCOLA	64
3.9.6 - ECOVERÃO.....	64
3.9.7 - EVENTOS REALIZADOS	64

3.10 - PARANÁ URBANO	67
3.10.1 - PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU	67
3.10.2 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL.....	70
3.10.3 - BARRACÕES INDUSTRIAIS.....	71
3.10.4 - DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	71
3.10.5 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	72

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO

4.1 - PARANÁ + CULTURA	78
4.1.1 - TRILHA DA CULTURA.....	78
4.1.2 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANTONINA.....	78
4.1.3 - CORREIO DA MEMÓRIA.....	78
4.1.4 - CANAL PARANÁ.....	78
4.1.5 - CENTRO DE ESTUDOS DE MÚSICA DE LONDRINA.....	79
4.1.6 - GRANDES FESTIVAIS	79
4.1.7 - PRODUÇÕES EM ARTES CÊNICAS E MUSICAIS.....	79
4.1.8 - MUSEU PARANAENSE	79
4.1.9 - ETNIAS PARANAENSES.....	79
4.1.10 - LITERATURA E EDITORAÇÃO.....	79
4.2 - EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO	81
4.2.1 - AS PRIORIDADES NO SISTEMA EDUCACIONAL	81
4.2.2 - OBRAS NOVAS E AMPLIAÇÕES - FUNDEPAR	85
4.2.3 - PROGRAMA QUALIDADE DO ENSINO - PQE	86
4.2.4 - PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	88
4.2.5 - USINAS DO CONHECIMENTO	89
4.2.6 - PROGRAMA RÁDIO ALUNO	89
4.2.7 - BANCO DE DADOS EDUCACIONAIS.....	90
4.2.8 - ENSINO SUPERIOR	90
4.3 - PARANÁ + ESPORTE.....	92
4.3.1 - ECO-VERÃO.....	93
4.3.2 - FRUTOS DA TERRA.....	93
4.3.3 - PARCERIA ESPORTIVA	93
4.3.4 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS E ENTIDADES.....	93
4.3.5 - LAZER EM AÇÃO.....	93
4.4 - CRIANÇA + FAMÍLIA.....	95
4.5 - PARANÁ + HABITAÇÃO	99
4.5.1 - AUTOCONSTRUÇÃO.....	99
4.5.2 - ENCAMINHADOS À CEF (PRÓ-MORADIA).....	99
4.5.3 - RUA DE OFÍCIOS	99
4.5.4 - CASA DA FAMÍLIA.....	99
4.6 - PARANÁ + JUSTIÇA	101
4.6.1 - CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES - CONEN-PR.....	101
4.6.2 - CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO - CONPEN	101
4.6.3 - DIREITOS DA CIDADANIA.....	101
4.6.4 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.....	102
4.6.5 - SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ.....	104
4.6.6 - JUNTA COMERCIAL	105
4.6.7 - IMPRENSA OFICIAL.....	106
4.6.8 - PESOS E MEDIDAS.....	106

4.7 - PARANÁ + SEGURANÇA	108
4.8 - PARANÁ + SAÚDE	110
4.8.1 - SISTEMAS INTEGRADOS DE ASSISTÊNCIA AO TRAUMA E EMERGÊNCIA - SIATE	110
4.8.2 - POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE	110
5. GESTÃO PÚBLICA	
5.1 - PARANÁ + INFORMAÇÃO	120
5.1.1 - SISTEMA INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DO GOVERNO	120
5.1.2 - PLANO SETORIAL DE INFORMÁTICA	120
5.1.3 - PESQUISA E INFORMAÇÕES	122
5.1.4 - INFORMÁTICA E INFORMAÇÕES	122
5.2 - REPRESENTAÇÃO DO CIDADÃO JUNTO AO GOVERNO	124
5.3 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	126
5.3.1 - PLANEJAMENTO INTEGRADO	126
5.3.2 - ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO	126
5.3.3 - SUPORTE TÉCNICO AO CODESUL	126
5.3.4 - PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA	127
5.3.5 - CENTRO DE GESTÃO DE PROGRAMAS (UGP/PROSAM)	127
5.3.6 - INTEGRAÇÃO REGIONAL	128
5.3.7 - PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	128
5.3.8 - AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A REP. POPULAR DA CHINA	128
5.3.9 - COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO	129
5.4 - QUALIDADE DA GESTÃO	131
5.4.1 - PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	131
5.4.2 - OBRAS PÚBLICAS	134
5.5 - PARANÁ FISCAL	136
5.5.1 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	136
5.5.2 - FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO	138
5.5.3 - PRODUÇÃO FISCAL X ARRECADAÇÃO	138
5.5.4 - PROJETOS ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO	138
5.5.5 - PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	140
5.5.6 - INSPETORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO	141
5.5.7 - CADASTRO	141
5.5.8 - COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA	142
5.5.9 - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	143

1.

INTRODUÇÃO

O ano de 1995 foi marcado pela reordenação da estrutura de Planejamento do Estado, com a implantação de ações integradas em quatro grandes áreas: Infra-estrutura, Desenvolvimento Sustentado, Gestão Pública e Desenvolvimento Humano. Essas quatro linhas compõem a visão estratégica do Governo, que tem como princípio a concepção e aplicação integrada de programas e projetos, na qual todas as ações se correlacionam e os resultados se multiplicam.

O planejamento integrado atende, portanto, ao objetivo de fazer com que as ações de Governo aconteçam de forma simultânea. O trabalho se dá em várias frentes. Assim, o estímulo ao Desenvolvimento Sustentado, gerador de empregos e renda, depende de uma eficiente Gestão Pública capaz de promover o Desenvolvimento Humano e a modernização e melhoria da Infra-estrutura do Estado.

A aplicação dessas metas está diretamente vinculada ao investimento em uma estrutura capaz de viabilizá-las, formada por um Anel de Integração de todas as regiões do Estado, cujo eixo é o polígono Ponta Grossa - Londrina - Maringá - Cascavel - Guarapuava - Ponta Grossa.

As principais atividades do Paraná encontrarão no Anel uma matriz de organização, formada por uma política de localização industrial de grande porte, de armazenagem, de terminais de carga e de desenvolvimento urbano e rural.

No primeiro ano de gestão o Governo trabalhou para criar as condições de concretização dessas metas. Grandes programas foram negociados, em tempo recorde, com organismos internacionais de financiamento, para atender a agricultura, a educação e a melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo. Ao mesmo tempo, o Governo trabalhou na implantação de programas de cunho social, na modernização da gestão pública e na atração de investimentos. O trabalho está assentado no tripé infra-estrutura moderna/mão-de-obra preparada/qualidade de vida.

A infra-estrutura já instalada ao longo do Anel de Integração vem recebendo investimentos de modo a torná-la um eixo de vida e trabalho ao qual todos os paranaenses terão acesso, de qualquer ponto do Estado, em no máximo duas horas. A extensão dos serviços públicos, o fomento à atividade econômica regional, a mudança, enfim, no perfil da gestão pública, dependem, contudo, de uma equação de co-responsabilidade entre Governo e Sociedade. Essa equação pressupõe a parceria, entre poder público e iniciativa privada.

2.

INFRA-ESTRUTURA

O Governo vem investindo em uma infra-estrutura básica para servir a todos os paranaenses, de modo a adotar uma nova concepção de desenvolvimento estratégico e geo-econômico para as Regiões do Estado. Por esta visão, toda e qualquer política, programa, projeto ou obra estará necessariamente integrada aos diversos segmentos da atividade humana, tendo sempre como objetivo o desenvolvimento econômico e social.

2.1 - ANEL DE INTEGRAÇÃO

O Anel de Integração é uma nova concepção de desenvolvimento estratégico e geoeconômico para o Estado do Paraná. O Anel compõe-se de um cinturão de infra-estrutura que liga o polígono integrado pelas cidades-pólo de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava. Ele define uma matriz básica de vida e trabalho no Estado, à qual todas as regiões poderão ter rápido acesso.

A infra-estrutura já instalada ao longo do Anel - composta por transporte, energia e telecomunicações -, soma-se às possibilidades de instalação de uma infraestrutura de canalização de gás natural. Este conjunto constitui-se em referência para a duplicação de rodovias, implantação de industriais de porte, silos, terminais de carga e multimodais, "portos secos" e conseqüente desenvolvimento urbano e rural.

Com o Anel, as cidades-pólos vêm se transformando em centros promotores de desenvolvimento, irradiando progresso em suas áreas de influência e, conseqüentemente, por todo o Estado. O modelo é o da descentralização administrativa hierarquizada, que parte do pressuposto de que a capacidade de investimentos e de gestão do Estado requer definição de prioridades e distribuição de equipamentos e serviços de acordo com uma visão espacial.

O objetivo é a promoção do desenvolvimento uniforme entre as diversas regiões do Estado. A principal referência do Anel são as rodovias e ferrovias que interligam as cidades-pólo. Como a concepção do Anel é de irradiação, as ações pertinentes não serão, necessariamente, lineares ou pontuais ao longo do trajeto. A faixa de abrangência será variável conforme o tipo de ação, equipamento ou serviço implantado.

O Anel multiplicará o resultado das ações governamentais, constituindo a base territorial para o planejamento das atividades de todos os setores da administração pública, de modo a adequá-la às realidades regionais, evitar a excessiva centralização administrativa, facilitar o diálogo entre o Estado e os municípios, fortalecer e gerar novas formas associativas voltadas para o desenvolvimento local e regional.

O Anel de Integração, pela sua própria concepção estratégica e multissetorial, está sendo viabilizado com a implantação de programas e projetos de desenvolvimento sustentado, desenvolvimento humano e de gestão pública.

3.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O Desenvolvimento Sustentado do Paraná vem sendo buscado através de políticas públicas convergentes nas áreas de:

- meio ambiente;
- saneamento;
- energia;
- agricultura;
- industrialização;
- turismo;
- desenvolvimento de cidades;
- ciência e tecnologia;
- complementação do ciclo produtivo desde a pesquisa, transformação, distribuição e comercialização na agricultura e agroindústria, implantação dos eixos regionais de desenvolvimento (prioritariamente nas regiões economicamente deprimidas), incentivo às áreas de tecnologia, informação e turismo, e estímulo a novos mecanismos de fomento às atividades econômicas de modo a potencializar a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local, tendo a iniciativa privada como agente de desenvolvimento.

3.1 - PARANÁ 12 MESES

Este programa tem como objetivo concentrar esforços para amenizar o grau de carência da população residente e trabalhadora no meio rural, possibilitar a implementação de estratégias para assegurar a competitividade dos produtores rurais paranaenses frente às novas imposições do mercado e garantir a extensão dos trabalhos de manejo e conservação do solo às regiões ainda não atingidas.

Busca ainda a complementação e verticalização das cadeias produtivas da agropecuária, visando ao aumento da renda dos produtores e à geração de empregos no campo e na cidade durante os 12 meses do ano, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses.

Tem como principais componentes o Combate à Pobreza no Meio Rural, o Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, a Modernização da Agricultura Familiar, a Capacitação e a Profissionalização, a Organização e o Fortalecimento Institucional, e Mecanismos de Apoio Financeiro e de Apoio Sócio-Econômico ao Trabalhador Rural.

Destacam-se ações: relativas a implantação da Universidade do Campo e dos programas Qualidade Paraná, Participação da Sociedade, Agroindústria, Comercialização e Profissionalização Rural.

Foi instalado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (CONDERPA), criados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agrícola, elaborados 61 planos de desenvolvimento rural, 371 planos de desenvolvimento agrícola e criadas 13 câmaras setoriais com vistas às cadeias produtivas agropecuárias dos Pólos de Desenvolvimento Regionais.

3.1.1 - AGRICULTURA

O Paraná colheu, em 1995, a maior safra de grãos de sua história. Somando-se as produções de cereais, oleaginosas e leguminosas, foram mais de 16,8 milhões de toneladas, representando 21% da produção nacional. Considerando-se a agricultura em geral, que inclui grãos, frutas, hortaliças, cana-de-açúcar, mandioca, fumo etc., a produção paranaense atingiu 40 milhões de toneladas, participando com cerca de 8% da produção nacional.

Levando-se em conta que a agricultura foi âncora do Plano Real, o volume produzido foi fundamental para o suprimento de alimentos e de matérias-primas, dando continuidade à geração de divisas nas exportações e estabilidade dos preços internos.

A população que vive da atividade agrícola, contudo, ficou em situação desfavorável no que se refere à conjuntura do setor, influenciada pela queda dos preços internacionais e pela falta de financiamento federal no nível demandado pelos produtores, pelos altos juros do crédito agrícola e pela concorrência dos produtos importados.

Além disso, o fato de a atividade agrícola se desenvolver por apenas seis meses durante o ano (safra de verão e inverno), observa-se uma descontinuidade altamente prejudicial à vida no campo, alternando períodos de demanda intensiva de mão-de-obra com outros de liberação quase total. Por esse motivo, o Governo do Estado dedicou-se à implementação de programas tendentes a garantir atividade econômica no meio rural durante todo o ano.

3.1.2 - DEFESA, FISCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Visa à defesa e fiscalização do patrimônio agropecuário paranaense, durante os 12 meses ao ano, para promover o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, com destaque para as seguintes ações:

- construção de 32 matadouros municipais;
- implantação da Lei 9.818/91 e do Decreto 4.154/94 que regulamentam a produção e o comércio de sementes e mudas;
- lançamento, em conjunto com a APASEM, do Selo Qualidade em Sementes;
- certificação de 30 mil toneladas de sementes (soja, trigo, algodão e batata);
- inspeção da produção de 120.000.000 mudas;
- assinatura de convênio com o Ministério da Agricultura, representando a captação de R\$ 1,4 milhão;
- criação do FUNDEPEC - envolvendo entidades do setor pecuário para-naense;
- criação do Conselho Estadual de Saúde Animal;
- realização de 84.598 exames laboratoriais;
- 4.954 análises laboratoriais - farelo de soja;
- 11.722 amostras analisadas - sementes para produtores rurais;
- classificação de 10 milhões de toneladas de produtos de origem vegetal visando ao consumo interno;
- classificação de 6,8 milhões de toneladas de produtos de origem vegetal para exportação.

Execução do controle da Fiscalização Documental do Trânsito de Veículos que transportam Produtos de Origem Vegetal e Animal. Houve cooperação com a Secretaria da Fazenda, identificando o produto e sua qualidade, para fins de incidência correta do ICMS.

3.1.3 - APOIO À PECUÁRIA

Foram promovidas ações de aprimoramento das áreas de sanidade, alimentação, genética, reprodução e equipamentos nos programas de Piscicultura, Novilho Precoce, Inseminação Artificial, Suinocultura, Ovinocultura, Apicultura e Sericicultura, destacando-se as seguintes metas atingidas:

- repasse de 80 mil doses de sêmen de bovinos;
- inseminação de 100 mil vacas;
- lançamento do Pólo de Piscicultura em Toledo e continuidade do Convênio Brasil/China na área de Piscicultura;
- Granja/Escola, em conjunto com a APS/Colégio Agrícola/Codapar, em Francisco Beltrão.

3.1.4 - DESENVOLVIMENTO RURAL AUTO-SUSTENTADO

Foi lançada Campanha de Correção de Solos, com a criação de condições para o aumento da produção agropecuária e melhoria no manejo e conservação dos solos paranaenses, com os seguintes destaques:

- distribuição de 700 mil toneladas de calcário;
- 30 mil análises de acidez dos solos;
- distribuídas 93 mil sacas de sementes de algodão e milho;

- distribuídas 1 milhão de mudas de café;
- orientação técnica para produção de mais de 4,5 milhões de mudas diversas;
- conservação de solos - 16,8 mil hectares.

3.1.5 - VILAS RURAIS

São áreas próximas aos centros urbanos onde estão sendo fixadas famílias de trabalhadores rurais com o objetivo de melhoria da qualidade de vida.

Para tanto, dar-se-ão condições de moradia, produção de alimentos, educação, saúde, lazer, aperfeiçoamento e formação profissional às famílias assentadas, além de implantação de recursos básicos, tais como água, energia elétrica e saneamento.

As áreas dos lotes das Vilas Rurais são de aproximadamente 5.000 m², acopladas a uma área para o pavilhão comunitário.

A produção agropecuária praticada nas vilas é de subsistência e de complementação da renda familiar.

Para o cadastro e seleção dos trabalhadores são considerados critérios que levam em conta fatores como: ser trabalhador rural com experiência agropecuária, ter família numerosa, estar vivendo em subabitações e não possuir qualquer imóvel.

Com estas condições, o governo do Estado, em conjunto com as prefeituras municipais, está fixando o homem do campo junto à terra, desestimulando, assim, a migração para centros urbanos.

Neste primeiro ano o Programa Vilas Rurais viabilizou 706 lotes com moradias, beneficiando cerca de 3.530 paranaenses, com investimento de R\$ 3,3 milhões.

Principais metas:

- número de vilas inauguradas - 04 (Apucarana, Toledo, Manoel Ribas e Pitanga);
- número de vilas a serem inauguradas - 02 (Luiziana e Peabiru);
- número de vilas em final de construção - 02 (Curitiba e Bituruna);
- número de vilas em que foi iniciada a construção de casas - 06 (Tibagi, Barboza Ferraz, Engenheiro Beltrão, Sapopema, Califórnia e Tapejara);
- número de vilas em que será iniciada construção das casas - 10;
- número de vilas em processo de regulamentação das áreas - 12;
- número de vilas em processo de compra de áreas - 23;
- número de vilas em estudo para compra da área - 20;
- número de vilas (área da prefeitura em acerto com invasores) - 01 (Itaguajé);
- total de vilas encaminhadas - 80.

3.1.6 - SANEAMENTO RURAL

Foram definidos 11 mananciais e desenvolvidos 10 projetos de engenharia. Houve a conclusão de 7 obras e há 2 em andamento.

Foi investido total R\$ 698 mil, incluindo ações sociais e treinamento de operadores.

3.1.7 - PARANÁ RURAL

Tem por objetivo controlar a erosão hídrica e reverter o processo de degradação dos recursos naturais com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção vegetal, a produtividade agrícola e a renda líquida do produtor rural. Estas são algumas das ações desenvolvidas através dos Componentes de Pesquisa, Terminais de Calcário, Extensão Rural,

Treinamento, Fundo de Manejo e Conservação de Solos, Monitoramento e Fiscalização do Uso do Solo Agrícola, Desenvolvimento Florestal, Estradas Rurais.

Foram alcançados os seguintes resultados:

- recursos aplicados equivalentes a US\$ 19.672 milhões;
- atuação em 2.346 bacias hidrográficas;
- 480 experimentos agropastoris;
- concluídos 32 terminais rodoviários para calcário;
- fornecidos 70.000 toneladas de calcário;
- construídos 88 novos escritórios municipais da EMATER;
- implantados 46 abastecedores comunitários;
- apoio financeiro a 348 projetos de equipamentos comunitários de manejo do solo;
- produzidas e destinadas 2,5 milhões de mudas de essências florestais, nativas e exóticas;
- adequados 964 km de estradas rurais.

3.1.8 - PESQUISA AGROPECUÁRIA

Foram geradas pesquisas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura e agroindústria, entre as quais destacam-se a produção de variedades melhoradas, a definição de tecnologia adequada e a execução de programas de desenvolvimento e pesquisa. As principais ações realizadas foram:

- execução de 186 projetos de pesquisa;
- condução de 414 experimentos;
- produção de 752 toneladas de sementes básicas.

3.1.9 - SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ

Em convênio IAPAR/COPEL, o objetivo do Projeto Simepar é implantar no Paraná, um sistema avançado em termos científicos e tecnológicos para gerar dados e previsões, com controle de qualidade, nas áreas de Meteorologia, Climatologia, Recursos Hídricos e Ambientais.

3.1.10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A abrangência das atividades extensionistas foi alcançada através dos 370 escritórios municipais e 23 escritórios distritais, junto a 185.578 famílias de agricultores diretamente atendidas.

Foram desenvolvidos trabalhos em 2.346 microbacias totalizando 6.920.000 mil hectares, envolvendo 207.643 agricultores e atendidos 3.400 grupos de agricultores e donas de casa, envolvendo 85.147 participantes; no Programa Pequena Propriedade, foram atendidos 185.578 produtores e assistidos 83 assentamentos rurais, com 4.100 famílias.

A Feira do Paraná em sua primeira edição, alcançou destaques nacional e internacional; os destaques foram 290 expositores da indústria e comércio; 590 expositores de animais e 5.290 animais expostos; 17 países participantes. A comercialização geral foi de R\$ 18.500.000,00 e o público presente, 308.950 pessoas.

3.1.11 - ARMAZENAGEM E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Foram realizados serviços de armazenagem, recepção, estocagem e expedição de produtos agrícolas, transbordo de grãos. Além disso, foram prestados serviços aduaneiros em Foz do Iguaçu, produção de calcário na indústria de Guapirama e, com o parque de 108 máquinas, agricultores foram atendidos com serviços de conservação de solos e água (terraços), terraplanagem, construção e readequação de estradas rurais, construção de açudes, drenagem e sistematização de várzeas. Nessas atividades foram empregadas 73.812 horas/máquina. Na instalação das Vilas Rurais foram empregadas 8.951 horas/máquina. Ressalte-se ainda a armazenagem de 3.594.000 toneladas de produtos agrícolas e produção de 37.200 toneladas de calcário.

3.1.12 - ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Execução do Programa de Melhoria da Comercialização Agropecuária e do Abastecimento Alimentar, denominado Paraná Mais Alimento.

A movimentação de hortigranjeiros nas cinco Ceasas e Hortomercado atingiu aproximadamente 832.000 toneladas. O valor dessa movimentação somou cerca de US\$ 583.000.000 (quinhentos e oitenta e três milhões de dólares), ou seja, cerca de US\$ 0,70 por kg transacionado. Foram atendidas 20.580 famílias de baixa renda em 27 municípios, com 4.600 toneladas de produtos básicos.

3.2 - PARANÁ AMBIENTAL

O objetivo deste programa é promover no Paraná um modelo de desenvolvimento sustentado na preservação do meio ambiente e na utilização racional dos recursos naturais. O programa tem em perspectiva a necessidade de tornar compatíveis o crescimento econômico e o controle social dos efeitos gerados sobre o meio ambiente. A implantação de projetos, resultará, adicionalmente, na criação de uma consciência ambiental, de acordo com três linhas de orientação:

- Oferta de oportunidades à participação social nas questões relativas ao meio ambiente;
- Estímulo ao aumento da capacidade de decisão regional;
- Estímulo ao desenvolvimento do potencial de cada região, tendo como critério a vocação regional.

Com o firme propósito de construir um novo ambiente e transformar o Paraná em um exemplo na conservação e utilização do seu potencial natural, a SEMA buscou a consolidação da sua estrutura organizacional que integra Unidades de Estudos e Análise, que são as Coordenadorias; um órgão de ação normatizadora e fiscalizatória, que é o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e ainda a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, entidade de execução das atividades e programas definidos estrategicamente pelo Sistema Ambiental do Estado, representado pelo conjunto destas três Instituições.

A atuação descentralizada, através da regionalização, e a ação em parcerias são importantes estratégias para a identificação e atuação em consonância com as vocações regionais.

O modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe ainda o estímulo às vantagens competitivas dinâmicas e a busca da justiça e equidade social. A valorização dos princípios éticos e a sustentabilidade do ponto de vista do ecossistema são estratégias que complementam a proposta norteadora do Governo do Estado.

As principais atividades desenvolvidas, na área ambiental, foram:

3.2.1 - NORMATIZAÇÃO DE PADRÕES AMBIENTAIS

Busca o estabelecimento de limites e/ou critérios para a disposição final de efluentes e resíduos, visando à minimização do impacto de poluentes sobre o meio ambiente. Foram estabelecidos critérios para a aplicação de agrotóxicos no controle de plantas aquáticas, em função dos problemas detectados em diversos reservatórios do Estado, resultando no regulamento para autorização do controle químico de macrófitas em barragens e reservatórios.

Também foram definidos critérios técnicos para disposição de efluentes no solo - manipueira e vinhaça -, os quais representam a resposta ao problema conseqüente da aplicação indiscriminada de alguns resíduos industriais.

Através da realização de 50.000 análises alternativas, corretivas e preventivas, e investigações físico-químicas e biológicas em amostras ambientais (água, ar, solo, efluentes) possibilitou-se avaliar, fiscalizar e monitorar ambientes naturais sujeitos à degradação ou degradados, fundamentar programas voltados ao controle da poluição e proteção dos recursos hídricos, do ar e do solo, o acompanhamento da balneabilidade das praias artificiais da região de Itaipu e no litoral, bem como respaldo às ações específicas em atendimento a denúncias da comunidade.

Foram realizados 39 projetos de monitoramento de recursos hídricos, podendo-se destacar o de avaliação da qualidade ambiental dos rios e reservatórios do Alto Iguaçu, operadas 14 estações de monitoramento do ar, entre as quais as localizadas no pólo industrial da Região Metropolitana e no centro de Curitiba.

3.2.2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Visa estruturar espaços regionais, em parceria com Prefeituras, ONGs, iniciativa privada etc., destinados à implantação de trabalhos educativos/informativos sobre o meio ambiente num contexto local, regional e nacional. Dirigidos a estudantes, professores, técnicos e comunidade em geral, procura fazer conscientização pública acerca das questões ambientais. As principais ações:

- implantação e estruturação de dois Centros Regionais de Educação Ambiental – um em Campo Mourão (Usina Mourão I), denominado Centro de Educação Ambiental Lago Azul abrangendo 24 municípios da região; e o segundo em Cornélio Procopio, denominado Ecocentro Vida Verde, abrangendo 15 municípios. Encontra-se em fase de implantação a terceira unidade localizada na Ilha do Mel. Na categoria Unidades de Conservação, foi criado o centro de visitantes na Estação Marumbi;
- Projeto Baía Limpa, envolvendo perto de 150 famílias de pescadores, que recebem cesta básica;
- divulgação do programa Lixo que não é Lixo: somente durante a Feira do Paraná foram produzidos aproximadamente 4.000 brinquedos a partir de materiais recicláveis;
- Campanha Verde do Agasalho, durante a Semana do Meio Ambiente, quando foram arrecadados 5.000kg de roupas e 1.000kg de alimentos em troca de 75.000 mudas florestais;
- implantação de um Centro de Educação Ambiental em Toledo;
- estruturação da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, com levantamento e organização do acervo histórico;
- elaboração do Projeto de Educação Ambiental com o Movimento Sem Terra, realizado no Assentamento Wagner, em Cantagalo;
- realização de convênio com a COPEL para construção das instituições administrativas e anfiteatro da Universidade de Educação Ambiental, a ser implantada na Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia).

3.2.3 - ELABORAÇÃO DE MAPAS POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS E TEMÁTICOS

Foram impressos 3.000 mapas político-administrativos do Estado com a finalidade de instrumentalizar instituições públicas e privadas. Foram entregues, também, a 12 associações de municípios do Estado, mapas preliminares e memoriais descritivos do espaço físico do território paranaense, para definição de investimentos de infra-estrutura e planejamento ambiental, econômico e social.

Implantada uma rede geodésica básica com 20 pontos e iniciada a densificação desta rede com a implantação de 95 pontos nos municípios de Guaira, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios e Santa Helena. Foram digitalizados 200 mapas, elaborados 1.500 mapas temáticos e políticos e interpretadas 2 imagens de satélite através de técnicas de sensoriamento e/ou geoprocessamento.

3.2.4 - ASSENTAMENTOS RURAIS

Objetiva proporcionar condições para aplicação da justiça social no campo e melhoria do perfil de distribuição de renda, em cumprimento da função social da terra, bem como conscientizar a sociedade e os governos municipais de que os assentamentos são produtivos e que contribuem para o desenvolvimento econômico e regional. Foram realizadas as seguintes ações:

- vistorias técnicas em 180 imóveis rurais em conjunto com o INCRA, envolvendo 100 mil ha, com parecer técnico favorável em 18 imóveis, totalizando 20 mil ha, favoráveis para desapropriação;
- trabalhos de assistência na capacitação e formação de agricultores envolvendo 6.354 famílias em 43 municípios;
- distribuição de 3.266 sacas de 20 kg de sementes de milho, em 32 municípios, envolvendo 3.266 famílias;
- filmagens e fotos de sete assentamentos, visando à formação de banco de dados dos principais assentamentos do Estado;
- viabilização de análises e acompanhamento de projetos de investimentos nos assentamentos rurais, através do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA.

3.2.5 - REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

Cinco mil hectares de terras devolutas foram regularizados e procedeu-se também ao reordenamento fundiário de outros 4.000 ha, através de ações discriminatórias administrativas em áreas carentes de regularização, situadas fora da faixa de fronteira, oferecendo ao usuário da titulação condições de se integrar ao sistema produtivo.

3.2.6 - CADASTRO TÉCNICO RURAL

Para garantir conhecimento da base fundiária e uso atual dos municípios, o Cadastro Técnico Rural possibilita a execução de planejamento global do Estado nas áreas de educação, saúde, energia, agricultura, meio ambiente e outras. Neste exercício foi concluído o Cadastro de Município de Foz do Iguaçu, totalizando 24.310 hectares levantados. Foi iniciado o levantamento aerofotogramétrico na bacia do Paraná III, no Oeste do Estado.

3.2.7 - REVITALIZAÇÃO DO LITORAL E ECO-VERÃO

As obras realizadas representam o início de um amplo projeto para desenvolver o litoral do Paraná, objetivando estimular o turismo ecológico, com obras de preservação do meio ambiente, e também promover a transformação do perfil econômico da região, com geração de emprego e renda.

Entre as obras que deram início ao processo de revitalização do litoral, destacamos o calçadão e a ciclovia, uma extensão de três quilômetros entre Matinhos e Caiobá; o calçadão terá oito metros de largura totalmente arborizada. Em Guaratuba está sendo construída uma ciclovia de 2,5 quilômetros de extensão, até Monções, com calçamento em frente às principais ruas transversais onde serão construídos *deck-bares*. Ainda em Matinhos haverá a Praça dos Ventos e Eventos, que será entregue até o carnaval, contando com área de estacionamento para veranistas; na calçada na área da praia serão construídos *deck-bares* e também um palco para shows e apresentações de praia.

A principal proposta do projeto é a construção de um canal navegável, interligando Matinhos a Pontal do Sul, com 33 quilômetros de extensão, a 1.200 metros da praia, onde um grande parque linear vai garantir a preservação do meio ambiente.

Na área de limpeza pública foram iniciadas as atividades de coleta organizada de lixo orgânico e reciclável e limpeza das praias em todo o litoral do Estado, dentro da programação da Operação Eco-Verão. O trabalho envolve a utilização de 25 caminhões de coleta, três tratores de esteira, e 190 contêineres, além da mão-de-obra de 250 operários cobrir todos os municípios da faixa litorânea, num total de 48 balneários. Firmaram-se convênios com as Prefeituras de Paranaguá, Guaratuba e Matinhos para a participação na operação.

3.2.8 - FLORESTAS MUNICIPAIS

Com o objetivo de fortalecer o setor florestal, desenvolve ação conjunta com os municípios para a implantação de viveiros florestais, reflorestamento produtivo, reflorestamento conservacionista, arborização urbana e rodoviária e um amplo programa de educação ambiental.

Este programa foi lançado no dia da árvore em Guarapuava, e encontra-se em fase inicial de implementação através do cadastramento prévio de 167 municípios no Estado.

3.2.9 - PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS

O Instituto Ambiental do Paraná, através de 28 viveiros florestais próprios, produziu 15.187.812 mudas de árvores, das quais 10.743.222 foram destinadas aos produtores rurais, através dos Programas Paraná Rural e PDFI, visando ao reflorestamento conservacionista (recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas) e de produção de matéria-prima (erva-mate, produção de lenha, de madeira para serraria). Este trabalho é desenvolvido em conjunto com a SEAB/EMATER-PR.

Para dar suporte aos viveiros, o IAP mantém dois laboratórios de sementes florestais, cujo trabalho consiste na coleta, beneficiamento, testes de germinação e armazenamento em câmaras frias de sementes florestais. Foram coletadas 5.780 kg de sementes e realizadas 342 análises nos Laboratórios de Sementes do Instituto Ambiental do Paraná.

3.2.10 - SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ao IAP cabe administrar e estabelecer estratégias de gerenciamento do conjunto das 51 Unidades de Conservação e seus entornos existentes no Estado, com o intuito de preservar, recuperar e proteger as áreas em condições ambientais, destacando-se as seguintes ações:

- elaboração de documento intitulado "Desenvolvimento de uma Estratégia para a Construção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação" - abril/95;
- elaboração de anteprojeto de Lei Estadual para a criação do Sistema, a qual está em fase de discussão e conhecimento junto aos técnicos do IAP;
- elaboração do mapeamento das Unidades de Conservação do Estado do Paraná, de forma digital, sendo que neste exercício foram digitalizadas as Unidades de Conservação localizadas nos municípios de Ponta Grossa, Lapa, Jaguariaíva e Tibagi;
- foram realizados o macrozoneamento da APA Estadual da Serra da Esperança, localizada no Centro Sul do Estado e o zoneamento da APA dos Campos Gerais na região de Ponta Grossa;
- realizadas as delimitações e definições de atividades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu para minimizar os impactos causados por agressões externas;
- implementação das Unidades de Conservação do Parque Estadual Mata dos Godoy, no município de Londrina, e o Parque Estadual Pico do Marumbi, no município de Morretes.

Objetivando integrar o complexo Vila Velha-Guartelá, na região dos Campos Gerais, foram desenvolvidas ações de infra-estrutura, conservação e preservação utilizando potenciais ecoturísticos da região.

As principais ações foram:

- viabilização do parque envolvendo as comunidades locais, com o desenvolvimento de alternativas para mantê-las integradas no entorno do parque e implantação de infra-estrutura básica;
- elaboração de novo perímetro delimitando áreas de maior visitação, com representatividade dos ecossistemas na região;
- início das obras da infra-estrutura interna e externa no Guartelá;
- elaborado em Vila Velha o plano emergencial e iniciadas ações de recuperação da infra-estrutura;
- elaboração de projeto arquitetônico para o conjunto Vila Velha-Furnas-Lagoa Dourada.

3.2.12 - CAMINHOS DO MAR

Para integrar a rota natural que se inicia na Região Metropolitana de Curitiba em Piraquara e se estende à Serra do Mar até Guaraqueçaba e o Litoral Paranaense, foi instituído o programa Caminhos do Mar.

Visa também estabelecer condições adequadas de uso pela população desses espaços protegidos, como parques, estações ecológicas e área de entorno, explorando racionalmente as belezas cênicas para favorecer o desenvolvimento ecoturístico da região.

Citamos as seguintes ações desenvolvidas:

- implementação do Parque Estadual do Marumbi, inaugurado em 08/06/95, com dotação de infra-estrutura - centro de visitantes, Casa da Memória, Casa para Resgates, alojamento e casa/laboratório para pesquisadores;
- teve início o cadastro dos usuários, visando disciplinar o uso da coleta de lixo e incentivar o desenvolvimento de pesquisas;
- elaboração dos projetos a serem implementados na Floresta Estadual Metropolitana e Ilha do Mel;
- restauração da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres na Ilha do Mel;
- estabelecimento do Plano de Manejo para a Ilha do Mel, que visa, dentre outras ações, à normatização do acesso e utilização do solo na Estação Ecológica;
- término de Gestão APA de Guaraqueçaba e início de ações visando sua implementação junto com outras instituições governamentais e não-governamentais.

3.2.13 - BAÍA LIMPA

Visa a limpeza da Baía de Guaratuba, a regulamentação da pesca e implementação de alternativas econômicas à população que tem na pesca sua fonte de renda.

Para tanto, foi celebrado convênio em 19/08/95 envolvendo a Prefeitura Municipal de Guaratuba, o late Clube de Caiobá, o late Clube de Guaratuba, a Colônia de Pescadores de Guaratuba, o Provopar, o SUCEAM, o IAP e a SEMA. Por este convênio, as entidades se comprometeram a realizar ações de educação ambiental na manutenção da fauna e flora aquática, fiscalizar e limpar a baía de Guaratuba e cadastrar pescadores da região.

Foram repassados pelo IAP à Colônia dos Pescadores R\$ 65.000,00 para atender as obrigações estabelecidas no convênio.

3.2.14 - PRESERVAÇÃO DE FUNDO DE VALE/MATAS CILIARES

Em parceria com Prefeituras Municipais, objetiva a recomposição de Matas Ciliares com a participação da comunidade, mediante um trabalho de Educação Ambiental e orientação aos proprietários, com o fim de salvaguardar os recursos hídricos do Paraná, bem como dotar os Parques Fundo de Vale de infra-estrutura de proteção.

Benefícios gerados quando da aplicação do projeto:

- conscientização da população e dos agricultores atendidos pelos programas, em relação a conservar e recuperar as margens dos rios para uma melhor qualidade de água;
- diminuição de chiqueirões nas margens dos cursos d'água. Plantação de 359.827 mudas de essências florestais nativas nos Municípios de Planalto, Umarama, Campo Mourão, Luiziana, Campina da Lagoa.
- foram contemplados com o Programa os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, Quedas do Iguaçu, Formosa do Oeste, Alto Piquiri, Umarama, Campo Mourão, Ubitatã, Pitanga, Pinhais, Campina da Lagoa, Planalto, Capanema, Toledo e Guaíra.

3.2.15 - ESPELEOLOGIA

Objetiva organizar, cadastrar, fiscalizar e monitorar o patrimônio espeleológico do Estado do Paraná. Para tanto foi instituído grupo de trabalho técnico e especializado na matéria, bem como realizado treinamento do corpo técnico.

Atualmente está sendo feito levantamento da situação das cavernas no Estado do Paraná.

3.2.16 - ICMS ECOLÓGICO

O objetivo é a distribuição de recursos financeiros aos municípios que possuem em seus territórios unidades de conservação, através de uma definição de índice ambiental.

Foram implantadas oito Unidades de Conservação:

- Parque Municipal Peroba Rosa - Cambé;
- Parque Municipal Danzinger Hof - Cambé;
- Parque Tingui - Curitiba;
- Parque Salto do Portão - Cascavel;
- APA Municipal de Icaraíma - Icaraíma;
- Parque Cinturão Verde Módulo Urucora - Cianorte;
- APA Municipal de Pinhais - Pinhais;
- Parque Mata dos Godoy - Londrina.

3.2.17 - RESERVA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA

O objetivo é recuperar e cessar o processo de degradação da Reserva Indígena, apoiando seus habitantes, fomentando a possibilidade de rendas alternativas e fiscalizando para garantir a preservação da araucária na reserva.

Celebrou-se convênio com a Associação da Reserva Indígena, pelo qual foi possível a construção de infra-estrutura para instalação de três postos da Polícia Florestal, quatro viveiros para produção de mudas florestais e implementação do PIA Indígena (projeto em fase de elaboração).

3.2.18 - GESTÃO AMBIENTAL

Objetiva interpretar os dados gerados pelo IAP e instituições afins de forma a direcionar a implantação das atividades licenciadas pelo IAP, abrangendo as áreas industriais, florestais, habitacionais e de saneamento, resgatando o macro planejamento como produto final do programa de Gestão Ambiental do Estado do Paraná. O guia de normas técnicas foi elaborado de modo que, quando for regulamentado, será aplicado de maneira a padronizar a implantação de atividades modificadoras do meio ambiente. Na área de Licenciamento Ambiental foram efetuados os levantamentos das cargas poluidoras hídricas no Paraná.

O Programa Estadual de Gestão Ambiental busca ainda descentralizar algumas ações ambientais junto aos municípios, visando compatibilizar o desenvolvimento equilibrado sócio-econômico e ambiental.

Foi elaborada Proposta ao Ministério do Meio Ambiente com normas e minutas de convênios para a descentralização ambiental a nível municipal.

Dentre as ações de Controle de Recursos Ambientais, citamos as seguintes:

Monitoramento/Fiscalização de Ações Poluidoras

Objetiva controlar as ações poluidoras, através do desenvolvimento de várias ações de monitoramento e fiscalização, com as seguintes ações:

- balneabilidade - faz a classificação da qualidade de água para fins de banho e recreação nas praias e rios do litoral paranaense; são divulgados boletins semanais através da imprensa nos meses de verão. Esta ação reduz os riscos à saúde pública e à possibilidade de transmissão de doenças de veiculação hídrica.
- poluição do ar - foram monitorados e fiscalizados seis pólos industriais existentes no Estado do Paraná, localizados nos municípios de Curitiba, Telêmaco Borba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa;
- orientados e fiscalizados os municípios quanto à destinação final de resíduos sólidos;

Monitoramento/Fiscalização de Ações na Área de Recursos Ambientais

Objetiva aplicar e fazer cumprir a legislação ambiental vigente, exercendo o poder de polícia, protegendo e preservando os recursos naturais com a sua biodiversidade, através do desenvolvimento rotineiro de ações específicas de caráter fiscalizador e inibidor (incursões, bloqueios, monitoramento aéreo, etc.), coibindo o início e/ou a continuidade de atividades degradadoras ao ambiente. Destacamos:

- operações especiais de fiscalização no Bioma Floresta Atlântica, em conjunto com outros Estados na região de divisa, executada com recursos do PNMA/BIRD - Floresta Atlântica com a execução de 2.388 abordagens;
- fiscalização e monitoramento da Fauna Silvestre em todo o Estado do Paraná;
- incursões de caça, pesca e floresta em número de 1.400.

Licenciamento de atividades na área Florestal

Objetiva cumprir a legislação vigente, com fins de conservação ambiental, exercendo o monitoramento da cobertura florestal do Estado do Paraná, especificamente em relação à manutenção, conservação e preservação dos remanescentes de florestas nativas, plantio de florestas (nativas e exóticas) e o desenvolvimento de estoque.

Os benefícios gerados quando da execução da ação de licenciamento florestal podem ser considerados sob os seguintes aspectos:

- tem-se assegurado o desenvolvimento do setor industrial, mediante seu abastecimento contínuo com matéria-prima de origem florestal, obtido principalmente através de florestas plantadas;

- a demanda por energia é suprida através de florestas energéticas;
- permissão da extração, segundo a capacidade de recomposição da floresta, além da manutenção da vegetação situada junto a margens de corpos hídricos e do potencial mínimo da Reserva Legal em cada propriedade;
- exploração de florestas de forma racional propicia a manutenção da qualidade de vida da população, seja pela manutenção e qualidade de mananciais de abastecimento, redução da poluição atmosférica, redução da velocidade dos ventos.

Licenciamento Industrial

Objetiva a prevenção da poluição industrial através de exigências do Sistema de Controle da Poluição com a melhor tecnologia disponível e economicamente aplicável, contemplando o binômio conservação e desenvolvimento.

O licenciamento permite adequar a legislação vigente, tornando seus usos múltiplos – desde o abastecimento doméstico, industrial, irrigação e a preservação da flora e fauna, recreação e lazer até a geração de energia elétrica, navegação e diluição de despejos.

As atividades industriais implantadas no Estado do Paraná sofrem a análise do licenciamento, onde a poluição bruta gerada pelas atividades agroindustriais e de saneamento equivale ao lançamento de esgoto doméstico sem tratamento de uma população de 2.551.486 habitantes nos rios do Paraná. Pelas exigências do licenciamento, o equivalente populacional de despejos foi reduzido a 93.086 habitantes.

Cadastramento de Agrotóxicos

Objetiva dotar o Estado do Paraná de dados sobre a periculosidade ambiental dos produtos de agrotóxicos que são comercializados em seu território.

Anualmente, os produtos de agrotóxicos são introduzidos em diferentes ecossistemas do Estado, sem que este conheça a sua periculosidade ambiental ou possua dados sobre sua desativação ou inativação, que permitam ações rápidas em casos de acidentes ambientais. Iniciou-se um estudo para levantar toda esta questão, tendo sido feitos:

- levantamento técnico-jurídico para cadastro ambiental de agrotóxicos;
- elaborado o regulamento para autorização da atividade de controle químico de macrófitas em barragens e reservatórios;
- documentação regulamentando a autorização da atividade de capina química em estradas de rodagem, estradas de ferro, dutos e linha de alta tensão.

3.2.19 - DRENAGEM URBANA, CONTROLE DA EROSÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O tipo de solo e o clima, aliados à ação do homem, como agentes predatórios da natureza, acarretam processos erosivos que exigem medidas corretivas e preventivas em curtíssimo prazo. Os processos erosivos, decorrentes desta situação, podem vir a comprometer a capacidade produtiva da região afetada, além do agravante de que, em alguns municípios, trata-se de questão de saúde pública, sendo esta, portanto, uma atividade fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população.

É importante destacar que estes trabalhos são realizados em estreita colaboração com os Municípios, de forma que o Estado participe fornecendo tubos de concreto, produzidos nas Unidades Industriais da SUCEAM ou, então, auxiliando com recursos, em especial, quando os Municípios se localizam distantes das Unidades Industriais, e ainda, em situações onde os custos nos impelem esta decisão.

Em todos estes convênios, a contrapartida da Prefeitura local refere-se à complementação das obras, viabilizando a sua execução através do fornecimento de mão-de-obra, recursos, máquinas e equipamentos. Este Programa foi implantado em 170 Municípios.

O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, que prevê a revisão da ocupação desordenada dos espaços urbanos e periurbanos, visa evitar importantes impactos ambientais negativos, como a proliferação de lixões e a invasão de áreas impróprias para a habitação, gerando problemas de erosão, inundações, além do impacto social e a questão da saúde pública que atuam como agravantes da situação.

Neste contexto, observam-se a redragagem de córregos e canais no litoral como em Matinhos, Guaratuba e Paranaguá e a redragagem de canais para controle de inundações como o Alto do Rio Iguazu e União da Vitória.

3.2.20 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A SUCEAM, como órgão de execução das ações de saneamento ambiental, tem também como objetivo primordial o gerenciamento dos resíduos sólidos, pois além de um processo essencial de saúde pública, a destinação final dos resíduos sólidos é uma atividade de educação ambiental no sentido de propiciar aos municípios condições para o cumprimento das condições mínimas de cuidados com o meio ambiente.

Neste programa também as atividades são realizadas em estreita parceria com os municípios e a comunidade, sendo estas últimas as maiores interessadas atualmente nesta questão.

O Governo do Estado, através da SUCEAM, participou com o apoio técnico, através da elaboração de projetos de engenharia e da transferência de tecnologia, além do apoio financeiro para a sua implantação. A operacionalização e a manutenção foram as contrapartidas dos município e das comunidades locais. Foram desenvolvidos Projetos de Aterros Sanitários para 23 municípios.

Lixo que Não é Lixo - Projeto Câmbio Verde

O Programa "Lixo que não é Lixo", é de grande alcance social, tanto no que diz respeito à preservação ambiental quanto no aspecto da educação da população.

O "Projeto Câmbio Verde", amplia este horizonte para o aproveitamento de "super-safras", aliando a necessidade de escoamento da produção à carência alimentar da população.

Este Programa foi implantado nos municípios de Marilândia do Sul, Paranaguá e Toledo.

Reciclagem de Embalagens de Agrotóxicos

Visa oferecer, através de ações de educação ambiental e da implantação de infraestrutura adequada, condições que propiciem, ao pequeno produtor, alternativas não poluidoras e não predatórias do meio ambiente, em relação ao destino das embalagens de agrotóxicos utilizadas na lavoura em todo o Estado.

O Projeto Piloto, em fase de implantação no município de Palotina, conta com a Prefeitura Municipal com o empresariado e comunidade local.

Destinação Final de Resíduos Sólidos

O Governo do Estado, através da SUCEAM, oferece apoio técnico, através da elaboração de projetos de engenharia e transferência de tecnologia, além do apoio financeiro para a implantação de aterros sanitários, ficando a sua operacionalização e manutenção sob a responsabilidade do município, como forma de garantir a continuidade do projeto, através do envolvimento da comunidade local.

Foram desenvolvidos integralmente pela SUCEAM os projetos relativos aos municípios de Ampère, Boa Esperança do Iguazu, Califórnia, Curiúva, Farol, Floresta, Francisco Beltrão, Guarapuava, Icaraíma (P. Camargo), Iretama, Itaipulândia, Ivatuba, Janiópolis, Jussara, Lapa, Luiziana, Matelândia, Peabiru e Wenceslau Braz.

3.2.21 - GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ

Objetiva o planejamento e o controle sobre as atividades relativas aos Recursos Hídricos do Estado, bem como a otimização de sua utilização, com projetos de identificação do potencial hidrológico, microfilmagem de séries históricas dos dados pluvio e fluviométricos, elaboração de mapas temáticos, operação e manutenção da rede hidrométrica, implantação do ICMS ecológico e de desenvolvimento do Plano Diretor dos Recursos Hídricos no Estado, este último financiado pelo JICA. Destacam-se as seguintes ações:

- cadastramento de 3.104 poços, provenientes do arquivo do IAP, SANEPAR, e emitidas 486 portarias de outorgas em Municípios do Estado;
- preparação de 22.500 documentos em microfilmagem pela Secretaria de Estado da Educação, totalizando 80.000 documentos microfilmados;
- produção de coletânea de 24 Mapas Temáticos em escala 1:1.000.000. A área de abrangência do projeto é de 16 bacias hidrográficas, envolvendo todo o Estado do Paraná;
- precipitação primavera, verão, outono e inverno; vazões de estiagem em pequenas bacias hidrográficas; vazões médias em pequenas bacias hidrográficas; divisão político-administrativa;
- análise de 1.400.000 informações de qualidade e quantidade de água relativas ao período 87/94;
- operação e manutenção da rede hidrométrica em 83 estações pluvio-fluviométricas, nas bacias hidrográficas dos rios Iguaçu, Tibagi, Ivaí e Piquiri.
- operação e manutenção das 115 estações hidrométricas e climatológicas, nas bacias hidrográficas dos rios Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Ribeira e Litorânea com as seguintes informações:
 - operação e manutenção da rede pluviométrica e pluviográfica abrangendo as bacias hidrográficas do Estado do Paraná num total de 551 estações e possibilitando a obtenção de dados hidrológicos, para o gerenciamento dos Recursos Hídricos;
 - em relação ao Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado, foi elaborado final report em 20 volumes, atualmente em avaliação pela contrapartida do Estado do Paraná.

3.3 - PARANÁ + EMPREGOS

Os programas de incentivo às vocações regionais, com o incremento das cadeias produtivas, tendo como matriz de estruturação social e econômica o Anel de Integração, vêm se constituindo em grandes geradores de emprego e renda em todo o Estado. O Programa Paraná + Empregos está fundamentado em duas grandes linhas de ação:

- a) o fortalecimento do Anel de Integração entre os principais pólos de desenvolvimento do Estado, com a distribuição e a ordenação das atividades econômicas, de infra-estrutura física e institucional das principais cidades do Paraná, e
- b) a integração das cadeias produtivas, viabilizando ao máximo a transformação de produtos regionais através do desenvolvimento de pólos agroindustriais, alterando a atual característica predominante no Estado de exportador de produtos *in natura*.

3.3.1 - INVESTIMENTOS PRODUTIVOS GERADORES DE EMPREGO

A Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial, do Banestado, financiou o Custeio de Lavouras beneficiando aproximadamente 4 mil novos produtores, com desembolso em torno de R\$ 15 milhões perfazendo o saldo de financiamentos rurais a cifra de R\$ 145 milhões (out/95).

Na Carteira de Operações de Fomento, os projetos para implantação, realocização ou expansão de indústrias/empresas produtivas, bem como para modernização e aumento de produção, alocaram recursos até 30.11.95 na ordem de R\$ 28 milhões, totalizando esta linha de financiamento do BNDES de R\$ 49,1 milhões. Na Carteira encontram-se propostas desta linha no valor de R\$ 67,5 milhões.

Os Financiamentos de Máquinas e Equipamentos - FINAME permitiram liberar recursos na ordem de R\$ 127,7 milhões, totalizando esta linha o montante de R\$ 359,9 milhões.

A Carteira Comercial injetou recursos, quer disseminando-os nos diversos segmentos empresariais, objetivando incrementar sua parceria com o setor produtivo, quer atendendo às necessidades de pessoas físicas, nas linhas de crédito direto ao consumidor - CDC e no Supercheque, num total aplicado de R\$ 1,065 bilhão.

BRDE-PR REPERCUSSÕES DAS OPERAÇÕES APROVADAS - JAN/DEZ/95

(R\$ mil)

SETORES	FINANCIAMENTOS	INVESTIMENTOS	GERAÇÃO DE EMPREGOS	INCREMENTO ICMS
PRIMARIO	31.728	78.396	1.763	5.761
SECUNDARIO	64.226	124.348	3.902	48.367
TERCIARIO	24.168	35.154	641	5.948
TOTAL	120.122	237.898	6.306	60.076

Dez/95 estimativa

3.3.2 - AÇÕES NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS

A política de industrialização do Paraná visa estimular a criação de novos mecanismos de fomento às atividades econômicas, de modo a aumentar as possibilidades de implantação de indústrias e serviços que complementem as cadeias produtivas do Estado, tendo a iniciativa privada como agente de desenvolvimento e o Estado como indutor, buscando a equação de co-responsabilidade.

3.3.3 - AÇÕES DE FOMENTO

Na atração de investimentos foram concretizados 4 projetos através da assinatura de Acordo de Intenções, totalizando R\$ 191,4 milhões em investimentos e geração de 3.006 empregos diretos e 1.150 empregos indiretos. Encontram-se em negociação 18 projetos totalizando aproximadamente R\$ 2,5 bilhões com perspectivas de cerca de 39 mil empregos diretos e 15 mil empregos indiretos.

Foi instalado em Apucarana, em 9 de junho de 1995, o Pólo do Couro do Vale do Ivaí dentro do programa de complementação das cadeias produtivas do Estado. Fazem parte da cadeia produtiva as indústrias de calçados e componentes, máquinas e materiais para calçados e indústrias de beneficiamento de couro. Oito empresas assinaram o Termo de Compromisso promovendo expansão e/ou implantação de unidades produtivas.

Previsão para investimentos no Pólo do Couro: R\$ 20 milhões, gerando 1.200 empregos.

3.3.4 - PARANÁ + EMPREGOS E PARCERIA EMPRESARIAL

EMPRESAS ENQUADRADAS NO ANO DE 1995 NO PROGRAMA PARANÁ MAIS EMPREGOS (ATÉ JUNHO AINDA PROGRAMA BOM EMPREGO)				
ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS	LOCALIZAÇÃO	TIPO DE PROJETO	INVESTIMENTO COMPROVADO em R\$	NOVOS EMPREGOS
TI Brasil	Curitiba	Implan s/ similar	3.332.210,00	200
Petrosolo	Campo Largo	Implan s/ similar	12.902,00	6
Wiko do Brasil	Curitiba	Implan s/ similar	852.062,00	20
Tamboó Alimentos	Pérola	Implantação	47.355,00	11
New Holland	Curitiba	Expan s/ similar	196.059,00	315
Dacalda Açúcar e Alcool	Jacarezinho	Expansão	3.852.121,00	31
Coop. Agric. Cascavel	Cascavel	Implantação	6.284.046,00	101
Trorion	Curitiba	Implantação	944.500,00	32
Arotubi Imp. Exp. Metais	Curitiba	Implantação	512.684,00	12
Incepa Cerâmica	São Mateus do Sul	Expansão	4.568.161,00	70
Laticínios Nova Esperança	Sul	Implantação	5.342.344,00	147
Baldo S/A	Lobato	Implantação	858.529,00	39
	São Mateus do Sul			
TOTAL			26.802.973,00	984

Foram enquadradas no Programa Paraná Mais Empregos 12 empresas, que, com investimento pouco superior a R\$ 26 milhões, geraram 984 novos empregos. Encontram-se em enquadramento 21 outras empresas que perfazem um total de R\$ 137,9 milhões em investimentos, com geração prevista de 30 mil empregos.

Elaboração do Programa de Desenvolvimento do Paraná - Paraná Mais Empregos e Parceria Empresarial - em conjunto com a Secretaria da Fazenda, prevendo mecanismos de incentivo à produção bem como instrumentos de apoio ao sistema produtivo.

Parceria com o Banestado e SEBRAE na criação do Centro Internacional de Negócios na busca de investimentos estrangeiros para o Paraná, tendo atendido 5.509 empresas e empresários nacionais e internacionais, que buscam instalar-se e/ou ampliar suas instalações no Estado.

3.3.5 - CÂMARAS SETORIAIS

Foram instaladas as Câmaras Setoriais da Madeira, Têxtil, do Turismo, Mineral e da Agroindústria de Alimentos. Elas são órgãos consultivos da SEID com a função de promoção do aperfeiçoamento das relações do Governo do Estado com as entidades representativas da indústria, comércio, serviços e dos trabalhadores.

As Câmaras agem como base no desenvolvimento de cadeias produtivas locais e/ou regionais dos respectivos setores.

3.3.6 - INTERMEDIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Trata-se de ação integrante do Sistema Nacional de Emprego-SINE, por meio da qual são aproximados os interesses dos trabalhadores e dos empresários, facilitando-se aos primeiros a colocação no mercado de trabalho e, aos segundos, a captação de mão-de-obra disponível.

Engloba 47 agências em diferentes cidades do Estado e esses serviços prestam-se gratuitamente. Foram atingidos trabalhadores inscritos: 181.800; vagas levantadas no mercado de trabalho: 54.600; trabalhadores classificados e encaminhados: 114.000; trabalhadores colocados no mercado: 25.300 (46% acima do ano de 1994).

3.3.7 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Conjunto de ações que visam ao fomento, a implantação e o desenvolvimento de programas para a geração de emprego e renda, destacando-se as ações de:

- implementação e implantação do PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA-PROGER, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, creditados ao Paraná via Banco do Brasil S/A, os quais, sob supervisão da SERT e normatização do Conselho Estadual do Trabalho, são repassados via financiamento a micro e pequenas empresas, ao setor informal da economia e a cooperativas/associações. Foram atingidos com o PROGER URBANO 621 empreendimentos, criando-se 2.596 empregos diretos em 279 municípios, no valor total de R\$ 11.656.000,00. Com o PROGER RURAL foram aplicados R\$ 136.000.000,00
- formação de frentes de trabalho destinadas a preencher com oportunidades de trabalho, emergencial e sazonal, os períodos "vazios" de ocupação remunerada de trabalhadores rurais volantes e trabalhadores urbanos em situação de desemprego ou subemprego crônico. Foram atendidos 86 Municípios, beneficiando 4.500 trabalhadores diretos, com investimento de R\$ 761.080,00. Foram realizados 14 encontros para sensibilização com Associações de Municípios, além de 82 reuniões de discussão e orientação, com técnicos de Prefeituras Municipais, Sindicatos e Associações de Empregadores e de Empregados. Em 149 cidades foram homologados Conselhos Municipais.

3.3.8 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Considerando-se que cerca de 40% das vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não são preenchidas por falta de qualificação dos candidatos, o programa de qualificação profissional desenvolve ações para minimizar as dificuldades de acesso ao trabalho remunerado, propiciando ao trabalhador tanto sua entrada no mercado quanto sua manutenção. Estas ações alcançaram 17.795 trabalhadores capacitados, com a realização de 1.164 cursos gratuitos, nos três setores da economia, com um montante de recursos captados junto ao FAT no valor de R\$ 2.133.760,80.

3.3.9 - RELAÇÕES DO TRABALHO

Desenvolveram-se ações de acompanhamento, análise, proposição e divulgação de medidas pertinentes às relações capital x trabalho nas seguintes áreas:

Saúde e Segurança:

- 22 cursos destinados a dirigentes sindicais, diretores de CIPAS e profissionais da área, num total de 550 pessoas;
- publicadas 3.000 apostilas para utilização em cursos de saúde e segurança no trabalho;

Trabalho do Menor e do Adolescente:

- projeto de pesquisa e atividades, a ser financiado pela OIT - Organização Internacional do Trabalho;
- diversas reuniões de integração com entidades públicas e privadas, visando à extinção do trabalho infantil e à regulamentação do trabalho juvenil;

Estrutura e Política Sindical:

- 3 cursos/seminários sobre estrutura e política sindical, para 150 pessoas;
- a integração e articulação com entidades de trabalhadores e empregadores, além de órgãos públicos;
- a intermediação de greves e negociações de empregadores e trabalhadores;
- reimplantação do programa TELECONSULTAS TRABALHISTAS: prestando auxílio a trabalhadores e empregadores, para dirimir dúvidas trabalhistas por meio dos telefones, e gratuitamente, pelos números:

. capital e Região Metropolitana: 9(041) 232-9131

. interior do Estado: 0800-410141

A Universidade Livre do Trabalho-ULT realizou ações voltadas ao movimento dos trabalhadores, consistindo em atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o saber sistematizado, resgatando e organizando a experiência e a cultura popular, com características de informalidade, pluralidade e democracia.

Investiu-se na interiorização de suas ações, realizando cursos de acordo com as solicitações das entidades sindicais, na área de negociação trabalhista. Apoiou, também, a realização de eventos, entre eles, o Seminário Nacional sobre Saúde e Segurança no Trabalho e o Seminário Internacional da Central Latino Americana de Trabalhadores.

As atividades mencionadas somaram 138 eventos, com 9.416 participantes e carga horária total de 2.428 horas.

3.3.10 - SEGURO-DESEMPREGO

O Seguro-Desemprego é um direito constitucional e destina-se a prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, propiciando-lhe a obtenção de tais recursos e encaminhando-o para o curso de capacitação mais adequado, com vistas à sua reinserção no mercado de trabalho. Foram beneficiados 179.000 trabalhadores e habilitados 115.000.

3.3.11 - GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Geração, divulgação e preservação da memória sobre o mercado de trabalho, visando subsidiar a política de emprego em nível local, regional e nacional, onde destacam-se as seguintes ações:

- Boletim conjuntural sobre emprego formal: 6.000 exemplares;
- Informações conjunturais de emprego: 12.528 exemplares;
- Pesquisa salarial: 550 exemplares;

- Boletim de intermediação: 55 exemplares;
- Estatísticas mensais de emprego: 550 exemplares;
- Fluxo de mão-de-obra: 3.549 exemplares;
- Mercado de trabalho em Curitiba: 100 exemplares;
- Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Curitiba: PED, realizada em convênio com o IPARDES, com repasse de recursos do FAT.

Realizadas e divulgadas entre os principais órgãos de Governo, iniciativa privada, institutos de pesquisa e imprensa em geral 12 pesquisas de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Curitiba. Pesquisados um total de 30.000 domicílios, com média de 2.500 domicílios/mês, tendo sido aplicados entre 8 a 10 mil questionários, mensalmente, com a participação de 97 funcionários.

Através do convênio com o IPARDES e com recursos do FAT, no valor de R\$ 826.000,00, foram gerados:

- textos selecionados sobre a economia e a sociedade do Paraná;
- análise conjuntural - textos selecionados;
- indicadores analíticos regionais;
- cadernos estatísticos municipais.

3.4 - PARANÁ + ENERGIA

O mercado consumidor de energia elétrica do Paraná deverá crescer, em média, 5% ao ano. A implantação de um programa de industrialização, notadamente na agroindústria, acelerará esse crescimento. É necessário acompanhar a demanda estadual com a ampliação do parque gerador de energia elétrica, pois, de outra forma, a partir de 1998 haverá necessidade de compra adicional de energia de outras concessionárias.

A Copel deverá executar, em parceria com a iniciativa privada, novas obras de geração de energia, complementarmente ao programa de construções. A Copel realizará uma readequação do sistema de transmissão e de distribuição que possibilite o adequado transporte de energia aos grandes centros consumidores e à manutenção de qualidade requerida pelas indústrias.

3.4.1 - GERAÇÃO

Prosseguiram as obras da derivação do rio Jordão e da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, destinadas à ampliação do parque gerador de energia da COPEL.

Derivação do Rio Jordão

A construção da barragem no Jordão e a abertura do túnel de derivação possibilitarão o desvio do rio para o reservatório da Usina Hidrelétrica de Segredo, o que representará incremento de cerca de 10% na geração daquela usina. O projeto inclui a implantação de pequena usina de 6,5 MW para aproveitar a vazão residual, que, por força de lei, deverá ser mantida no rio Jordão.

As obras encontram-se praticamente concluídas, estando o túnel totalmente escavado e a barragem em sua etapa final de construção. Em 31.03.96 deverá ocorrer o fechamento das comportas para enchimento do reservatório e derivação do rio Jordão e, em 31.05.96, deverá iniciar-se a operação comercial da pequena usina.

Usina Hidrelétrica de Salto Caxias

A Usina Hidrelétrica de Salto Caxias teve suas obras civis principais iniciadas em janeiro de 1995. Durante o ano os trabalhos se desenvolveram em conformidade com o cronograma, que prevê o início de geração para dezembro de 1998. A usina terá potência instalada de 1.240 MW e capacidade de geração anual de cerca de 5.430.000 MWh.

Usinas Hidrelétricas de Jataizinho e Cebolão

Dando prosseguimento ao plano de expansão de geração para atendimento do mercado de energia elétrica do Paraná, a COPEL, com autorização do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, está desenvolvendo os estudos de impacto ambiental e viabilidade técnico-econômica das usinas hidrelétricas de Jataizinho e Cebolão, no rio Tibagi.

Cada uma dessas usinas adicionará ao sistema de geração do Estado uma capacidade de 160 MW instalados. O custo estimado do conjunto é de cerca de US\$ 340.000.000,00.

Esforços estão sendo feitos de modo que a licitação da concessão para a exploração desses potenciais se dê em 1997. A entrada em operação das usinas está prevista para 2003.

3.4.2 - TRANSMISSÃO

Subestações, Linhas de Transmissão e Edificações

Foram iniciadas ou tiveram continuidade 80 obras de subestações e linhas de transmissão e outras 60 foram concluídas. Tiveram andamento 103 projetos, incluindo os referentes à implantação dos sistemas de transmissão de Caxias e Bateias em 525 kV.

Tiveram andamento 36 obras de edificações e 46 projetos; outras 26 foram concluídas.

A COPEL esteve envolvida em projetos e obras que compreendem cerca de 24.000 m² de edificações, 415 km de linhas de transmissão e 2.538 MVA de potência de transformação.

Entre as obras em execução, merecem destaque as do litoral do Estado, com a entrada em operação da subestação Matinhos 138 kV - 82 MVA, que traz significativo reforço ao sistema elétrico da região. Deu-se prosseguimento à construção da subestação Praia de Leste 41 MVA e respectiva linha de transmissão em 138 kV.

Também estiveram em andamento as obras das subestações Batel 69 kV - 82 MVA e Boqueirão 69 kV - 73 MVA e da linha de transmissão Umbará-Campo Comprido de 230 kV. Além disso, teve início a construção da subestação Bateias 525 kV - 750 MVA. Essas obras irão reforçar o sistema elétrico que atende à Região Metropolitana de Curitiba.

No interior do Estado, deu-se prosseguimento às obras da subestação Palermo 138 kV (em Londrina) e respectivas linhas de transmissão e ao reisolamento do sistema do médio Iguazu.

Automatização de Subestações e Usinas

A COPEL deu continuidade ao programa plurianual de automatização de subestações e de pequenas centrais hidrelétricas, cujos principais objetivos são a redução de custos operacionais, a diminuição de interrupções e a melhoria da qualidade de fornecimento de energia.

Foram automatizadas 10 subestações e 2 pequenas centrais hidrelétricas, que exigiram investimentos da ordem de US\$ 1 milhão.

3.4.3 - DISTRIBUIÇÃO URBANA E RURAL

Programas Sociais

Lig-Luz Rural - Foi lançado o Programa Lig-Luz Rural, que prevê o atendimento de 50.000 novas ligações para o período 95/98. Desse total, já foram comercializadas 11.100 ligações.

No âmbito desse programa, foram construídas obras para atendimento a 8.400 consumidores, que abrangeram 4.600 km de redes, 18.200 postes e 6.130 transformadores com potência total de 58.000 kVA. O investimento total no ano alcança R\$ 26 milhões.

Os projetos de eletrificação vinculados ao programa de Vilas Rurais já atenderam 258 famílias distribuídas em 9 vilas, com investimento de R\$ 310 mil.

Lig-Luz Urbano - O Programa Lig-Luz Urbano, que visa facilitar o acesso de famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) aos benefícios da energia elétrica, prevê 97.600 ligações no período 95/98. Desse total, já foram comercializados 24.314 ligações, tendo sido ligadas, até novembro, 19.947 residências, com investimento de R\$ 4,0 milhões.

Redes Compactas

A COPEL está implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização. Essas redes evitam corte e poda das árvores e melhoram a qualidade do fornecimento ao reduzir o número de desligamentos.

Foram implantados:

- 49,10 km de rede compacta na cidade de Maringá, com investimento de R\$ 1,55 milhão, beneficiando diretamente mais de 16.118 consumidores;
- 11,52 km de rede compacta na cidade de Foz do Iguaçu, com investimento de R\$ 0,4 milhão, beneficiando diretamente mais de 13.930 consumidores;
- 9,70 km de rede compacta na cidade de Londrina, com investimento de R\$ 0,58 milhão, beneficiando diretamente mais de 22.386 consumidores;
- 6,22 km de rede compacta na Cidade de Curitiba, com investimento de R\$ 0,2 milhão, beneficiando diretamente mais de 4.694 consumidores.

3.4.5 - OPERAÇÃO

Com a instalação de novos equipamentos de supervisão e controle, a COPEL modernizou seu Centro de Operação do Sistema, o que contribuiu para a melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e para a redução dos custos operacionais.

3.4.6 - MERCADO

O consumo de energia elétrica no Estado do Paraná aumentou 8,5%. Nesses doze meses o consumo acumulado passou de 13,0 milhões para 14,1 milhões de megawatts-horas. Isso significa o mesmo que agregar ao mercado consumidor duas vezes um município do porte de Maringá.

A classe que apresentou maior aumento de consumo foi a residencial (11,9%), seguida pela comercial (10,3%) e pela rural (8,1%).

O consumo industrial, que representa cerca de 45% do mercado estadual de energia elétrica, cresceu apenas 5,7%, como reflexo das medidas restritivas implementadas pelo Governo Federal.

Em todo o Paraná, o número de consumidores faturados aumentou em 91.000.

3.4.7 - ASPECTOS FINANCEIROS

Como reflexo imediato da abertura do capital, a Diretoria da COPEL recebeu convites para fazer apresentações sobre a situação atual da empresa a grandes investidores internacionais nos principais centros financeiros mundiais, como Nova Iorque e Boston.

Programa de Investimentos

A COPEL investiu R\$ 329 milhões, sendo R\$ 136 milhões em obras de geração, R\$ 46 milhões em obras de transmissão, R\$ 122 milhões em obras de distribuição e R\$ 25 milhões em melhoria das atividades operacionais.

Contrato de financiamento para a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias assinado com a ELETROBRÁS, com recursos oriundos do Fundo de Financiamento da ELETROBRÁS - FINEL, está em pleno andamento, tendo sido liberados R\$ 14 milhões dos R\$ 307 milhões contratados.

Complementarmente a financiamento assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a COPEL obteve do BNDES financiamento da ordem de R\$ 28 milhões para a obra de derivação do rio Jordão. Desse montante, já foram liberados R\$ 15 milhões.

Resultados Financeiros

A COPEL encerrou o terceiro trimestre de 1995 com lucro líquido de R\$ 22 milhões. O resultado da atividade foi de R\$ 76 milhões, o que representa acréscimo de 292% em relação ao mesmo período do ano anterior.

3.4.8 - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Recursos Humanos

A COPEL lançou programa de incentivo à aposentadoria que resultou em redução expressiva de seu quadro de pessoal. De 9.799 empregados em janeiro, a COPEL chegou ao fim do ano com cerca de 8.850 empregados, número equivalente ao quadro de pessoal de 1985.

Informática

A COPEL agilizou o atendimento aos consumidores de energia do Paraná, com a automatização de mais 43 agências de distribuição, totalizando 126 agências automatizadas e propiciando o atendimento de forma direta a mais de 80% dos consumidores. Além disso, o sistema de auto-atendimento, que possibilita ao próprio consumidor emitir segunda via da fatura de energia, já está disponível em 18 pontos de atendimento. A aprovação eletrônica de documentos, a integração de redes locais e a automatização de escritórios, subestações e usinas são alguns dos projetos que a COPEL levou adiante durante o ano.

A instalação de novos equipamentos de informática possibilitou à COPEL alcançar uma relação de 3,07 empregados por estação de trabalho. Sem custos adicionais, o computador central da Companhia, pelo qual é feito o gerenciamento das unidades consumidoras, teve um aumento de 26% na capacidade de processamento de informações e de 73% na capacidade de armazenamento.

3.4.9 - DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

A Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS é uma subsidiária da COPEL, constituída oficialmente em 28.12.94 para distribuir gás canalizado em todo o Paraná.

Para iniciar o fornecimento de gás ao mercado paranaense, a COMPAGÁS estabeleceu negociações com a PETROBRÁS e clientes industriais para a distribuição de 120.000 m³/dia de gás de refinaria, gerado pela REPAR em Araucária, destinado ao atendimento de indústrias localizadas nas proximidades. Os contratos decorrentes dessas negociações estão em via de ser firmados.

Além disso, para garantir suprimento em volumes compatíveis com as necessidades, a COMPAGÁS vem negociando com a PETROBRÁS a contratação do fornecimento de gás a ser importado da Bolívia. Acompanhando a evolução do projeto, a exploração do Pólo de Tubarão, no litoral paranaense, é local que oferece maiores condições para início do fornecimento de gás natural em volumes consideráveis aos mercados do Paraná e de Santa Catarina.

3.5 - PARANÁ MINERAL

Visa à utilização dos recursos minerais e técnicas de geologia no desenvolvimento econômico regional. O Programa Paraná Mineral abrange duas grandes áreas de ação, as de Fomento e Geologia.

A Mineropar foi reestruturada adequando-se às propostas do Governo do Estado com programas que priorizam a exploração, utilização e comercialização da argila vermelha, do calcário e do talco, produtos destacados na produção mineral paranaense. Foram firmados convênios com órgãos estaduais e federais para o desenvolvimento tecnológico da geologia do Estado, assim como colocadas em disponibilidade todos os dados geológicos e geotécnicos de múltiplos usos da geologia como base para o desenvolvimento sustentado do Estado.

3.5.1 - CONVÊNIOS/ ACORDOS:

- Mineropar-SEJU (Exploração de areia e argila em terreno da Colônia Penal Agrícola de Piraquara);
- Mineropar - Depto Nacional de Produção Mineral (Mapeamento geológico do talco e caracterização tecnológica das argilas no PR);
- Mineropar-SETI (Prospecção e pesquisa da calcário calcítico no Vale do Rio Ribeira);
- Mineropar-BANESTADO (Participação no Centro Internacional de Negócios - CIN - do Banestado);
- Mineropar-CODAPAR (Exploração econômica do calcário do Município da Guapirama);
- Mineropar-COMEC (Mapeamento geológico técnico de porção do compartimento sul da Região Metropolitana de Curitiba);
- Mineropar-FAMEPAR (Mapeamento geológico e geotécnico de áreas urbanas de 102 municípios para elaboração de planos diretores de uso e ocupação do solo);
- Mineropar-SETI (Programa Sistema de Informações Geoquímicas do Estado do Paraná 1ª parte).

3.6 - PARANÁ + SANEAMENTO

O saneamento ocupa papel fundamental no processo de melhoria de qualidade de vida da população paranaense. Elevar a qualidade dos serviços e a população atendida são ações essenciais para que se atinja esse objetivo. Assim, a concretização desse programa está embasada em três grandes eixos: Implantação e Ampliação de Sistemas, Melhorias Operacionais de Sistemas e Desenvolvimento Operacional de Sistemas.

Como responsável pela exploração e manutenção da grande maioria dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários existentes no Estado do Paraná, a SANEPAR deu continuidade à implementação de importantes programas de investimento que visam ao cumprimento de sua missão empresarial.

Na busca dos melhores resultados desdobraram-se esforços no sentido do aprimoramento da qualidade e no exercício da criatividade para superar os desafios de escassez de recursos para o setor.

Do lado da contenção de despesas lançou-se mão de plano contingencial rigoroso, buscando equilíbrio financeiro para sustentar a capacidade de sobrevivência da empresa, enquanto são postos em prática estudos para sua reformulação visando à modernidade e eficácia de gestão e configuração atualizada como entidade.

As principais ações desenvolvidas no exercício:

3.6.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

ITENS	EM 31/12/94	EM 30/10/95	INCREMENTOS
Ligações			
Água	1.513.116	1.566.167	53.051
Esgoto	341.449	362.566	21.117
Economias			
Água	1.864.394	1.934.918	70.5224
Esgoto	563.499	595.769	32.270
Economia. Domic.			
Água	1.700.155	1.759.297	59.142
Esgoto	492.623	519.125	26.502
Localid. Atend.			
Água	618	630	12
Esgoto	82	89	7
Extensão rede			
Água	29.075	29.580	505 até jul/95
Esgoto	6.295	6.565	270 até jul/95

Incremento no Período:

- 53.051 novas ligações de água;
- 21.117 novas ligações de esgoto;
- 505 km de ampliação de rede de água;
- 270 km de ampliação de rede de esgoto.

3.6.2 - DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO

Situação Atual

- 6,6 milhões de pessoas com água tratada, no total dos habitantes urbanos das 319 sedes municipais e 311 distritos atendidos;
- 1,9 milhão de pessoas atendidas com serviços de coleta de esgoto em 89 centros urbanos do Paraná;
- 200.845 mil pessoas com água tratada, nos aglomerados rurais do Estado;

- 1.590 habitantes da zona rural contando com módulos sanitários.

Subsídios aos Usuários

Persistiu a prática da tarifa uniforme em todo o Estado onde os consumidores das faixas de menor consumo dentro da categoria residencial continuaram sendo beneficiados com tarifas subsidiadas, isto é, o valor cobrado é menor que o custo do serviço; foi também mantida a tarifa social para a população de baixa renda. Os clientes inscritos no cadastro social foram beneficiados com tarifas equivalentes a 60% da tarifa normal; permaneceu o benefício do desconto de 50% sobre a tarifa normal das entidades filantrópicas.

Obras

Na área urbana e rural foram concluídas 221 obras, estando outras 322 em execução em todo o Estado, conforme quadro abaixo:

Area Rural		
Concluídas	143	-
Em Execução	222	-
OBRAS	AGUA	ESGOTO
Area Urbana		
Concluídas	37	41
Em Execução	25	75
TOTAL	62	116
Area Rural		
Concluídas	143	-
Em Execução	222	-

3.6.3 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Apesar das limitações de recursos destinados ao financiamento do setor de investimento público, a SANEPAR, através de criterioso planejamento e intensa busca de alternativas, tem conseguido equacionar montante de recursos que, somados aos seus próprios e àqueles oriundos de convênios com municipalidades, possibilitou o andamento das obras e a implementação das melhorias indispensáveis ao cumprimento de suas principais metas.

INVESTIMENTOS 1995

RECURSOS	REALIZADOS	EMPENHOS A REALIZAR EM 95	TOTAL
CEF	3.0787.000	605.000	3.683.000
PEDU	13.501.000	810.000	14.311.000
PROSAM	1.435.000		1.435.000
Saneam. Rural	1.953.000		1.953.000
PROSEGE	2.807.000	824.000	3.631.000
Melhor. Operac.	3.798.000	6.385.000	10.183.000
Exp. Redes e Lig.	2.461.000	11.683.000	14.144.000
Proj./Obras Div.	4.003.000	25.546.000	29.549.000
Sist. Empres.	1.821.000	2.044.000	3.865.000
TOTAIS	34.857.000	47.897.000	82.754.000

3.6.4 - SANEAMENTO RURAL

Implantação de sistemas de abastecimento de água e melhorias de ordem sanitária em comunidades rurais do Estado, desenvolvendo-se inúmeras ações, entre as quais as adiante mencionadas, que visam beneficiar mais 150.300 pessoas, além das cerca de 42.900 já usufruindo dos benefícios resultantes das obras já concluídas:

- 61 mananciais definidos;
- 136 projetos de engenharia concluídos;
- 43 obras concluídas;
- 222 obras em andamento.

Atuação Social

- 188 diagnosticadas;
- 159 atuações sociais concluídas;
- 248 atuações sociais em desenvolvimento;
- 140 treinamentos de operadores;
- 30 eventos educativos realizados.

Investimento - R\$ 3.636.359,23

3.7 - PARANÁ + TECNOLOGIA

Visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico considerando-se a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento social e econômico. A aplicação do programa garantiu ao Estado os instrumentos necessários à condução da ação estratégica voltada à mudança no perfil produtivo paranaense.

3.7.1 - ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Banco de Dados sobre Instituições da área de Tecnologia

Encontra-se em fase final de elaboração a atualização do cadastramento das principais instituições relacionadas à área. Este trabalho apresenta informações como endereço das instituições de âmbito federal, estadual, municipal e não-governamental, áreas de atuação, tipos de atividades e recursos humanos. A Secretaria mantém um Banco de Biotecnologia, com dados sobre profissionais, instituições e empresas relacionados com atividades de desenvolvimento biotecnológico.

Núcleo de Biotecnologia Industrial

Projeto de produção de bio-moléculas de interesse comercial em planta-piloto, através da reconversão da biomassa de resíduos agrícolas agroindustriais, em fase de elaboração, numa parceria entre a SETI, o TECPAR e o Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná-UFPR, com participação de consultores externos. O custo total do projeto é estimado em R\$ 1.600.000,00.

Programa de Animação do Desenvolvimento Tecnológico

Visa desenvolver, promover e fomentar tecnologias, programas, estudos, simpósios e eventos de interesse dos setores produtivos paranaenses a critério do Governo do Estado, através de um Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a SETI e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR.

PADT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Micros e Pequenas Empresas do Paraná

Através deste Programa, desenvolvido em conjunto com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (agente financeiro e operacional), com a intervenção das Secretarias de Estado do Planejamento, Fazenda e Indústria, Comércio e Desenvolvimento, a SETI deu continuidade à viabilização, através do aporte de recursos financeiros, de projetos voltados ao desenvolvimento de produtos, processos, e sistemas, e/ou aperfeiçoamento dos já existentes, nas micros e pequenas empresas paranaenses, firmando, contratos com 11 empresas, sendo que os itens financiáveis são: obras civis, instalações, máquinas, equipamentos, treinamento de mão-de-obra, aquisição e desenvolvimento de software e capital de giro.

AutoTeste - Serviço de Inspeção de Segurança Veicular Eletrônica em Automotores

Este serviço enquadra-se entre as ações de governo que contemplam a contínua Melhoria da Qualidade de Vida e Segurança da população paranaense. Origina-se de uma parceria entre as áreas governamentais de Segurança Pública e Ciência & Tecnologia, e tem por finalidade estabelecer as condições de cooperação técnica e tecnológica entre o DETRAN-PR e o TECPAR com vistas à estruturação e acompanhamento de mecanismos operacionais necessários para os serviços de inspeção eletrônica em veículos.

Conferência Britânica sobre Inovação e Transferência de Tecnologia

Realizada no período de 15 a 17 de maio, no Centro de Eventos do Parque Barigüi, esta conferência apresentou ao Brasil as mais recentes experiências britânicas na área de Ciência & Tecnologia, apresentadas pelo The British Council, maior entidade mundial em negociações de transferência de tecnologia entre instituições de pesquisa e setor produtivo. Promovido pela SETI e TECPAR, este evento contou, ainda, com o apoio do BANESTADO e do CITPAR.

TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Além da prestação de serviços específicos, a área de Tecnologia Química e Biológica abrange um amplo campo de atividades, desenvolvendo análises, projetos especiais e consultoria a empresa e outros interessados, dos quais obtiveram os seguintes resultados:

Química Orgânica - 1.799 análises em amostras de alimentos, bebidas, resíduos, defensivos e medicamentos;

Química Inorgânica - 5.744 análises em amostras de minérios e minerais, solos, fertilizantes, produtos industriais, pareceres técnicos e absorção atômica;

Química Industrial - 783 análises em amostras de produtos domissanitários, combustíveis, lubrificantes, produtos cerâmicos e calcários, tintas, vernizes e resinas, madeiras, papel e papelão, plásticos, adesivos, óleos essenciais, pareceres técnicos, inspeções (tubos e conexões cerâmicos e de PVC);

Análises Biológicas: análises em 1.732 amostras de alimentos, cosméticos, medicamentos não estéreis, saneantes e domissanitários, controle da qualidade industrial de equipamentos médico-hospitalares-odontológicos, defensivos e plásticos;

Biologia Alimentar: efetuou pesquisas, desenvolvimento de produtos biológicos e diagnósticos técnicos, aliados à prestação de serviços especializados para a indústria.

Produção industrial, foram produzidas 23.504.650 vacinas anti-rábica canina, 1.292.000 vacinas anti-rábica humana, 87.000 antígenos para diagnóstico de brucelose acidificado tamponado, 3.099.400 antígenos para diagnóstico de brucelose rápida em placa, 20.125 antígenos para diagnóstico de brucelose prova lenta e 679.268 tuberculinas PPD mamífera.

Produção animal, com contingente de 6.025.825 camundongos, 32.880 ratos e 5.277 cobaias, mantidos sob rigorosas condições técnicas, é dado suporte necessário à manutenção do elevado padrão de qualidade das vacinas produzidas nos laboratórios do Instituto. A excelência desse biotérios é reconhecida como de referência pelo OPS/OMS, que os recomenda como Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de técnicos de toda a América Latina.

Através da sua área técnica, o TECPAR está capacitado a dar o apoio necessário às indústrias, prestando serviços técnicos em metal-mecânica, eletro-eletrônica, engenharia civil, difundindo informações científicas, gerando e adaptando tecnologia, com o objetivo básico de promover o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade e dos produtos industriais paranaenses. Foram prestados 8.446 serviços tecnológicos em qualidade e 1.985 serviços de informações tecnológicas.

Os principais projetos em andamento são o Laboratório Aberto de Tecnologia de Software - LTS, Núcleo Regional de Informação Tecnológica - NRI, Produção de Vacinas Bacterianas, Sistema de Contagem de Germes, Qualidade em Obras Públicas, Rede de Laboratórios Tecnológicos - RELAT, Serviço de Inspeção de Segurança Veicular Eletrônica em Automotores - AutoTeste, Laboratório de Certificação de Software e outros.

3.7.2 - TELEMÁTICA ESTADUAL

No sentido de desenvolver ações integradas que visam constituir o escopo do Programa de Telemática Estadual, foram iniciados os seguintes projetos:

Consolidação da Rede Araucária

Priorizados os procedimentos de acesso com a formalização e ativação do nó de presença da RNP na UFPR, possibilitando a conexão com as universidades estaduais e permitindo aos pesquisadores: a consulta on-line com log-in remoto; intercâmbio de informações para desenvolvimento de pesquisas; serviços de correio eletrônico; recursos computacionais (TELNET); acervos remotos como base de dados; catálogos de bibliotecas; repositórios de softwares; publicações eletrônicas (USENET NEWS); transferência de arquivos; conferências computadorizadas e intercâmbio de mensagens em tempo real; essa conexão viabilizará, ainda, a implantação de projetos tais como *EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA* e *UNIVERSIDADE DO CAMPO*, no treinamento de professores e alunos e a disseminação de informações em todo o Estado.

O canal de comunicação para a Internet e RNP foi elevado da velocidade de transmissão de 64 Kbps para 2 Mbps nos acessos interestaduais e internacional. No âmbito regional está se alterando a topologia de conexão de dados das Universidades Estaduais, substituindo o acesso à Rede de Pacotes REDEPAR, com velocidades de 19,2 Kbps para acesso em canais dedicados do DATAPAR, com velocidades de 2 Mbps, estabelecendo o TECPAR como o nó central da Rede Araucária.

Informatização da SETI

A rede local instalada na SETI teve a sua estrutura de hardware e software ampliada e atualizada tecnologicamente. A rede anterior foi substituída por uma rede local com servidor Windows NT com a instalação de 40 estações de trabalho PC-486. Foi adquirido um roteador CISCO 2501 para estabelecer a conexão da rede da Secretaria à Internet. O ambiente gerado é de arquitetura cliente/servidor, tendo a parte servidora da rede os seguintes recursos aos usuários: discos lógicos remotos, back-up diário dos dados, software para ambiente Windows Microsoft Office Professional, correio eletrônico MS-Mail e Lotus Notes, agenda eletrônica Lotus Organizer, acesso ao Host Celepar.

Banco de Currículos de Pesquisadores e Professores das Universidades Estaduais do Paraná

Banco de Dados contendo informações sobre capacitações individuais e projetos elaborados pelos Professores e Pesquisadores das Universidades Estaduais. Os dados foram coletados pela SETI no 1º semestre do ano, através de formulário eletrônico. O Banco de Dados, ainda em fase de estruturação, permitiu uma rápida e eficiente localização de especialistas nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico.

Informatização do TECPAR

O Projeto de Informatização do TECPAR é integrante do Programa Paraná Tecnologia, e sua execução permitirá que o Instituto tenha a estrutura necessária para iniciar a implantação da Rede Estadual de Ensino e Pesquisa, implementando o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e criar condições de acesso rápido e integrado de suas redes de computadores, disponibilizando a infra-estrutura necessária para as conexões Internet da rede estadual e prover um acesso internacional de alta velocidade (2 Mbps).

Acesso internacional por satélite à Internet

Esse Projeto objetiva desenvolver um servidor de informações para a Internet, visto que todas as iniciativas futuras para o intercâmbio de informações na área de ciência e tecnologia dependerão do acesso à Internet e RNP, através de um nó de presença regional com capacidade para efetuar o roteamento entre as diversas redes interligadas. O projeto, já em execução, compreende duas metas: a instalação de dois links de rádio com canais de 2 Mbps entre TECPAR e SETI e o Centro Politécnico da UFPR (conexão Internet) e a instalação de um link internacional de dados, via satélite, com canal de 2 Mbps entre TECPAR (Sede-CIC) e o ponto de conexão à Internet, na rede SUPERJANET, na Inglaterra.

Ensino à Distância

Através da Rede Estadual de Telemática, este Projeto oferecerá cursos de Pós-Graduação nas áreas de Informática, Eletrônica e Mecânica e curso de formação de Professores para disciplinas profissionalizantes do 2º grau. O projeto está sendo desenvolvido de forma integrada com as Universidades Estaduais, o CEFET-PR, a UFPR e o TECPAR.

Expansão da Rede Nacional de Pesquisas - RNP no Paraná

Foi submetido para aprovação e financiamento do MCT, CNPq e RNP projeto que visa expandir a infra-estrutura de conexões, acesso e transmissão de dados da RNP, integrando-se à Rede Estadual de Telemática. O Projeto propõe estabelecer um nó de conexão/acesso da RNP/Rede Estadual em cada uma das cinco Universidades Estaduais, no TECPAR em Curitiba, na SETI, e nas Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA/UNIOESTE e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá - FAFIPAR. Os equipamentos serão financiados pelo CNPq/RNP, com recursos da Lei nº 8.248.

VideoConferência

Realizados experimentos utilizando-se tecnologia de videoconferência visando adequar um sistema integrado de voz, dados e imagem para suporte operacional aos projetos de Ensino à Distância e Telemedicina. Na primeira fase do experimento foram realizadas aulas e experimentos interativos remotos entre TECPAR e UEPG, envolvendo grupo de estudo da SETI/TECPAR e dos programas de pós-graduação do CEFET-PR, UFPR e UEPG. Na segunda fase, foram realizadas reuniões à distância entre a SETI e o Palácio do Governo.

Sistema SETInfo

Desenvolvido em linguagem SQL Windows para ambiente de rede local, disponibiliza o acesso rápido à equipe SETI das informações cadastrais de recursos humanos, endereços, telefones, nomes e cargos de pessoas de referência gerencial de instituições governamentais, não-governamentais, consulados etc., para contatos telefônicos e endereçamento de correspondências e malotes eletrônicos.

Sistema PPS

Desenvolvido em linguagem SQL Windows para ambiente de rede local, permite o acompanhamento individualizado dos despachos, por unidade da Secretaria, que compreendem desde cotas, informações técnicas, informações jurídicas, pareceres, documentos anexados e recuperação de informações.

Sistema de Gestão Documental

Está sendo implantado com o apoio técnico do Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP e desenvolvido por uma Comissão Setorial, composta de representantes das Unidades da SETI. Neste ano foram concluídos os estudos para a composição de uma Tabela de Temporalidade, o Manual de Normas de Arquivamento, treinamento dos funcionários e a definição dos procedimentos para automatização do gerenciamento, organização e busca dos documentos nos arquivos.

3.8 - PARANÁ + TRANSPORTE

O Programa Paraná + Transportes tem como objetivo promover a melhoria e ampliação da infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos do Estado, de modo a tornar mais ágeis as condições de acessibilidade a todas as regiões. O Anel de Integração é a estrutura básica que servirá de ligação a todas as regiões do Paraná, agindo como um eixo de vida, trabalho e expansão do crescimento ao qual todos terão acesso de forma rápida e segura.

3.8.1 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A malha rodoviária no Estado do Paraná se apresenta com 12.434,97 km de estradas estaduais, dos quais 9.874,27 km (79,4%) são pavimentados e 2.560,7 km (20,6%) não pavimentados; 3.297 km de estradas federais e 245.620 km de estradas municipais.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Estado, na busca de melhores condições de transporte e segurança, o Governo do Paraná, através do DER, investiu R\$ 130 milhões, assim distribuídos:

- construção de rodovias - 34,72%;
- conservação de rodovias - 19,00%;
- apoio rodoviário aos municípios - 18,18%;
- Administração Geral - 28,10%.

3.8.2 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

O DER, atuou em todas as regiões do Paraná através dos seus Programas de Terraplenagem e Pavimentação, abrangendo 2.205,35 km entre obras concluídas e em andamento.

Concluiu a pavimentação asfáltica de 82,94 km, permanecendo em andamento 356,76 km e construiu 226,50 m de obras de arte especiais.

Estradas Rurais - Caminhos para Educação e Desenvolvimento

Objetiva a pavimentação de estradas municipais com aproveitamento das características existentes, visando melhores condições de transporte e segurança. A construção das estradas que compõem os dois primeiros trechos desse tipo de obra se enquadram como Projetos-Pilotos, que nortearão a execução de outros trechos que deverão beneficiar vários municípios paranaenses.

Foram concluídos 495,65 km de pavimentação poliédrica, através de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira com municípios, e estão em andamento outros 1.270 km.

3.8.3 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

Objetiva manter pavimentos, acostamentos, taludes, dispositivos de drenagem e todas as outras estruturas dentro da faixa de domínio da rodovia, o mais próximo possível das condições em que se encontravam imediatamente após a construção.

Objetivando a Conservação da Malha Rodoviária foram concluídos, pelo DER, 102,87 km de restauração, através dos Programas Normal e BID IV, estando em andamento outros 778,60 km. De forma preventiva, por meio dos mesmos programas, executou-se 152,68 km de selagem com lama asfáltica; estando em andamento 48,50 km. No programa normal, concluiu-se o recapeamento de 43,78 km, totalizando a atuação com restauração, selagem com lama asfáltica e recapeamento em 1.126,43 km de estradas estaduais. Esses serviços somam-se a outros itens, dentre os quais destacamos a realização de 919 km de sinalização

horizontal, 2.161 m² de sinalização vertical, 250.000 m³ de terraplenagem em vários trechos.

3.8.4 - APOIO RODOVIÁRIO AOS MUNICÍPIOS

Com o objetivo de assegurar condições de transporte permanente da produção agrícola, integrando a rede rodoviária municipal aos grandes centros, o DER prestou auxílio técnico e financeiro na construção, conservação e melhoramento da malha rodoviária municipal.

Nos Programas de Apoio Rodoviário aos Municípios foram executados 1.940,94 km de melhoramentos em estradas municipais, utilizando-se patrulhas mecanizadas, e 1.014,30 m de pontes com o fornecimento de vigas pré-moldadas.

Através do Programa Paraná-Rural-BIRD, nos serviços de adequação de estradas, foram executados 964,41 km de revestimento primário.

3.8.5 - MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS

A travessia de veículos e passageiros pela Baía de Guaratuba, efetuada por sistema ferry-boats gerenciado pelo DER/PR, transportou um total de 431.500 veículos, sendo: 397.000 automóveis, 17.900 caminhões, 9.300 ônibus, 7.300 motocicletas e similares.

No sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, operacionalizado com 40 empresas concessionárias, utilizando-se de 2.400 veículos distribuídos em 740 linhas de operação, foram transportados aproximadamente 74 milhões de passageiros.

3.8.6 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

A Secretaria de Estado dos Transportes, através do Departamento Hidro-Aero-Ferrovário, visando à manutenção do sistema, desenvolveu as seguintes ações:

- elaboração de um cadastro das travessias de rios por balsas, existentes no interior do Estado, onde ficou constatado que há 53 travessias por balsas, sendo 30 operadas pelas prefeituras municipais, 22 operadas pela iniciativa privada e uma pelo DER;
- repasse de recursos no valor total de R\$ 40.000,00 destinados à aquisição de balsa para o município de Laranjal;
- elaboração de planilhas de composição e cálculo das tarifas do serviço de ferry-boat, travessia da baía de Guaratuba;
- acompanhamento junto aos órgãos federais, responsáveis pelo modal hidroviário.

3.8.7 - INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

O transporte aéreo regional vem assumindo papel de destaque dentro do panorama do transporte aéreo nacional, promovendo a ligação entre diversas localidades e integrando as várias regiões dos Estados. É resultado do processo de interiorização do desenvolvimento econômico. O Governo do Estado, em 95, procurou dar continuidade ao processo de integração de aeroportos, compatibilizando-os com as diferentes funções e necessidades dos diversos setores da aviação.

A evolução da aviação regional e geral tem, contudo, sofrido restrições devido à inexistência de infra-estrutura aeronáutica adequada. Em consequência, o panorama dessa infra-estrutura é caracterizado pela predominância de aeródromos que não oferecem condições de operação e que algumas vezes apresentam conflitos de relacionamento urbano.

Diante dessa realidade, o Governo atuou na infra-estrutura aeroportuária orientada pelo Plano Aeroviário do Estado, que tem por objetivo definir e direcionar o desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária do interior do Estado, de modo a capacitá-la a atender as demandas da aviação civil e adequá-la ao desenvolvimento sócio-econômico do Paraná.

O Estado conta atualmente com 84 aeroportos e aeródromos devidamente homologados e registrados no Ministério da Aeronáutica, dos quais 46 públicos (37 com pavimento asfáltico) e 38 de propriedade particular (4 com pavimento asfáltico).

Dos 46 aeroportos e aeródromos públicos, 4 são administrados pela Infraero: Curitiba (Afonso Pena e Bacacheri), Londrina e Foz do Iguaçu. Os demais, totalizando 42 aeroportos e aeródromos, são administrados pelas respectivas prefeituras municipais, todas devidamente conveniadas com o Ministério da Aeronáutica, com interveniência do Departamento Hidro-Aero-Ferrovário da Secretaria de Estado dos Transportes.

As ações do Departamento Hidro-Aero-Ferrovário visando ao desenvolvimento do Sistema Aeroportuário do Estado, foram as seguintes:

- firmado convênio entre o Estado e Infraero objetivando obras e serviços de engenharia no aeroporto Afonso Pena. Os recursos financeiros previstos para a execução do convênio são de R\$ 64.000.000,00, sendo 50% do Estado e 50% da Infraero. Os novos investimentos vão capacitar o aeroporto para operar em escala internacional;
- pintura da sinalização horizontal nos aeroportos de União da Vitória, Guaratuba, Cornélio Procópio, Porecatu, Cianorte, Francisco Beltrão e Realeza. Investidos recursos de R\$ 26.000,00 na compra de tintas;
- recuperação da sinalização luminosa do aeroporto de Guaíra, através de convênio de repasse de recursos ao município, no valor de R\$ 60.000,00;
- implantação da sinalização luminosa do aeroporto de Umuarama, através de convênio de repasse de recursos ao município, no valor de R\$ 170.000,00;
- implantação de farol rotativo, rádio farol NDB e rádio VHF no aeroporto de Guarapuava, através de convênio de repasse de recursos ao Município, no valor de R\$ 160.000,00;
- terraplenagem, pavimentação e drenagem da pista de pouso e decolagem do novo aeroporto de Maringá, em convênio com o Ministério da Aeronáutica; foram investidos R\$ 2.897.853,00, participando o Ministério com 70%, no valor de R\$ 2.028.497,00 e o Estado com 30%, no valor de R\$ 869.356,00;
- elaboração do projeto do heliporto no Centro Cívico e do projeto da sinalização luminosa do aeródromo de Foz do Areia;
- elaboração do cadastro dos aeroportos e aeródromos públicos do Estado, onde foram estudadas e analisadas todas as possibilidades de melhorias;
- escolha de local para construção de aeródromo no município de Santa Helena;
- rejuvenescimento de pavimento com lama asfáltica nos aeroportos de União da Vitória e Porecatu, tendo sido investidos recursos na ordem de R\$ 150.000,00.

3.8.8 - FERROESTE

A Ferroeste foi concebida para ser implantada em duas fases: a primeira, fase "A", com 248 km ligando Guarapuava a Cascavel, e a segunda, fase "B", com 171 km ligando Cascavel a Guaíra.

A fase "A" foi dividida em dois módulos. O módulo I interligando a linha da RFFSA em Guarapuava e o Terminal da Cooperativa Agrária de Entre Rios, numa extensão de 10 km, concluídos em 26/08/93. O módulo II, numa extensão de 238 km, ligando o Terminal

da Cooperativa Agrária de Entre Rios e Cascavel, cuja infra-estrutura foi concluída em 30/09/95. Em termos de superestrutura ferroviária foram realizados os seguintes serviços:

- Lançamento de trilhos na linha principal - 23,00 km;
- 1º e 2º levantes da linha - 189,70 km;
- 3º levante da linha - 176,40 km;
- Nivelamento - 82,30 km.

Ainda no módulo II, foram realizados no exercício os seguintes serviços complementares:

- Proteção de taludes com hidrossemeadura;
- Construção de cerca marginal;
- Construção de passagem de nível provisória;
- Limpeza de barreiras;
- Conservação.

A obra prioritária foi o Terminal de Cascavel, cuja implantação é fundamental para o início da operação ferroviária desse módulo, em que foram concluídos a terraplenagem e o viaduto da pera de manobra e estão em andamento a drenagem, o lançamento de dormentes e trilhos e a construção da moega.

A obra atingiu metas importantes, quais sejam: a chegada dos trilhos no pátio de Cascavel, conclusão do silo de carregamento da Cooperativa Agrária de Entre Rios e o início da operação ferroviária do módulo I, com material rodante da RFFSA. Com a conclusão das obras do terminal de Cascavel, prevista para março de 1996, deverá entrar em operação o módulo II nos mesmos moldes do módulo I.

Quando pronto, o trecho Guarapuava-Cascavel deverá transportar, a partir do terminal de Cascavel, cerca de 4 milhões de toneladas/ano de grãos com destino ao Porto de Paranaguá e Parque Industrial.

A entrada em operação da Ferroeste proporcionará uma maior oferta de transporte, oferecendo alternativa às necessidades do mercado, gerando a expectativa de que os preços dos fretes serão forçados naturalmente para baixo, inclusive os fretes de produtos não transportados por ferrovias. Dessa forma, estará garantindo maior lucro ao agricultor e maior competitividade do produto no exterior.

Ganhará também o agricultor, na viagem de volta do trem, pois receberá os insumos agrícolas (fertilizantes, calcário, adubo, combustível) a custos menores de frete. Assim, procura-se revitalizar a agricultura paranaense, responsável por 21% da produção nacional de grãos.

É importante destacar que, com a implantação da Ferroeste, será incentivada a instalação de agroindústrias ao longo do seu traçado, criando empregos, circulando riquezas, gerando tributos e divisas, além de possibilitar a fixação do homem no campo.

3.8.9 - PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Foi instituído o Grupo de Assessoramento para o Planejamento de Investimentos em Infra-estrutura de Transportes - GAPIT, com a finalidade de coordenar os assuntos referentes à concessão da infra-estrutura sob a responsabilidade da Secretaria de Estado dos Transportes, bem como de suas entidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem-DER/PR, Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A-FERROESTE e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina-APPA.

Foram realizados levantamentos relativos às condições de pavimento das rodovias federais e estaduais do Paraná e das obras de arte especiais. Realizou-se, pelo DER, contagens de tráfego nas rodovias federais e estaduais do Estado. Procedeu-se ao diagnóstico e pesquisas sobre o transporte aquaviário de veículos e passageiros na Baía de Guaratuba (Ferry-boat).

Através de contrato com o Instituto Bonilha, realizou-se pesquisa do perfil do usuário de rodovias no Paraná.

3.8.10 - CONCESSÃO DE RODOVIAS

O Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná prevê a realização, por parte da iniciativa privada e durante período de tempo pré-determinado, de obras e serviços de interesse público, tais como duplicações e outras melhorias para aumento de capacidade, operação e manutenção de rodovias.

O programa tem como meta promover, a partir de 1996, investimentos em trechos de diversas rodovias que compõem o Anel de Integração ou a ele diretamente ligados, numa extensão de 2.003 quilômetros, que representam cerca de 15,6% de toda a malha pavimentada no Estado. Desse total, 1.648 quilômetros compõem rodovias federais e o restante, 355 quilômetros, rodovias estaduais.

As condições de tráfego atuais nas rodovias que compõem este programa são, na maior parte dos trechos, inadequadas. Levantamentos realizados pelo Governo do Estado, em toda a malha viária integrante do programa constataram, em boa parte dela, falta de conservação das pistas, saturação no tráfego, ausência de sinalização, tendo como resultado a insegurança para os usuários, o acréscimo indesejado nos tempos de viagem, com a conseqüente elevação de custos para toda a sociedade.

O Tráfego Médio Diário Anual nas rodovias listadas, de acordo com levantamento realizado pelo Governo do Estado, justifica a necessidade de intervenções para elevar a qualidade dos serviços e demonstra ser o programa auto-sustentável no que se refere à remuneração do concessionário.

A concessão será do tipo onerosa, isto é, caberá ao concessionário pagar ao poder concedente um valor pelo direito de concessão, sendo este o critério de julgamento que determinará, na licitação, os vencedores.

As providências legais necessárias à transferência, ao Estado, das rodovias federais integrantes desse programa, já foram tomadas pelo Governo Federal, com o encaminhamento do projeto de lei que autoriza a União a delegar aos Estados a administração e exploração direta, ou mediante concessão à iniciativa privada, dessas rodovias. O projeto de Lei, que recebeu do Congresso Nacional o nº 1.178/95, encontra-se em tramitação avançada.

Principais Intervenções

As principais intervenções previstas são, a saber:

- Investimentos em restauração, abrangendo pavimento, acostamento, drenagem, pontes e paisagismo, de modo a colocar as rodovias em plenas condições de tráfego num prazo máximo de dois anos;
- Implantação, em todas as rodovias constantes do programa, de sinalização, vertical e horizontal, como pórticos, placas, pinturas de faixas centrais e laterais e taxas refletivas;
- Duplicação de 776 quilômetros, distribuídos nas seguintes rodovias:
 - Ponta Grossa - Apucarana;
 - Arapongas - Apucarana - Mandaguari;
 - Maringá - Campo Mourão;
 - Campo Mourão - Cascavel;
 - Cascavel - Foz do Iguaçu;
 - Castro - Jaguariaíva;
- Obras de contorno de cidades;
- Construção de marginais;
- Construção de terceiras faixas;
- Implantação de iluminação de rodovias nos trechos próximos a núcleos urbanos.

Em todas as intervenções são identificados os impactos ambientais resultantes. Assim, o programa prevê medidas mitigadoras ou compensatórias, conforme o caso, bem como o seu monitoramento.

Prazo de Concessão

O prazo previsto para as concessões é de 20 anos, mesmo período constante no projeto de lei de delegação de rodovias federais aos Estados, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Tal prazo se justifica pela magnitude das obras, que exigem investimentos de porte elevado.

Investimento Previsto

As empresas ou consórcios concessionários deverão aplicar, ao longo do período de duração do contrato, investimentos da ordem de US\$ 1.675.000.000,00 (um bilhão seiscentos e setenta e cinco milhões de dólares), recursos que deixarão de sair dos cofres públicos, possibilitando ao Estado o investimento nas áreas essencialmente de sua responsabilidade.

Política de Pedagiamento

A política de cobrança de pedágio, a ser definida pelo poder concedente, será diferenciada de acordo com o número de pistas das rodovias - simples ou duplas - e por tipo de veículo. Sobre o pedágio incidirão Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto de Renda (IR). Adicionalmente, durante o período de obras deverá haver acréscimo na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide sobre materiais e serviços utilizados.

Conservação das Rodovias

A conservação das rodovias objeto de concessão será feita pela própria concessionária. A concessão prevê, obrigatoriamente, a instalação de postos de pesagem ao longo das rodovias, que serão administrados pela concessionária. Tal medida atende ao interesse do poder concedente, que é o de prover à população um serviço de qualidade, e ao da concessionária, que é o de evitar danos nos pavimentos e a elevação dos custos de manutenção.

Responsabilidades do Poder Concedente

O Estado, na qualidade de poder concedente, tem como principais responsabilidades durante o período de duração do contrato:

- Determinar os serviços iniciais que a empresa concessionária deverá executar antes de iniciar a cobrança de pedágio, tais como: recapeamento da pista com vistas à eliminação de buracos e outros defeitos e implantação de sinalização adequada.
- Determinar as melhorias necessárias às rodovias, como duplicações, contornos, intersecções, terceiras faixas, e o prazo em que deverão ser realizadas;
- Determinar os serviços que deverão ser prestados aos usuários, como socorro mecânico, médico e telefonia;
- Determinar o valor do preço do pedágio e possíveis reajustes ao longo do tempo, com vistas a manter o preço real original;
- Fiscalizar os serviços e obras previstos em contrato;
- Exercer o Poder de Polícia, por intermédio da Polícia Rodoviária, no que se refere a coibir excessos de velocidade e peso e ao respeito às regras de trânsito em geral, o que implica na aplicação de multas.

Responsabilidades da Empresa ou Consórcio Concessionário

A empresa ou consórcio, na qualidade de concessionária, tem como principais responsabilidades durante o período de duração do contrato:

- Realizar as obras e serviços definidos em contrato em perfeita concordância com as normas técnicas, cuja avaliação estará sujeita à aprovação do poder concedente;
- Efetuar a operação e a manutenção da rodovia;
- Efetuar a operação de pesagem e controle de velocidade de veículos nas rodovias;
- Arrecadar as tarifas dos usuários das rodovias.

3.8.11 - MODERNIZAÇÃO DOS PORTOS

O Porto de Paranaguá, pela sua vasta zona de influência e localização estratégica, abrangendo os Estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país, constitui o principal terminal de recepção e escoamento de mercadorias, via marítima, geradas e demandadas pela economia dessas regiões. Apresenta-se como fator de vital importância para a viabilização do sistema logístico de integração do Mercosul. Essa integração possibilitará ao país e ao Estado do Paraná participar estrategicamente de um empreendimento que resultará no quarto maior bloco econômico do planeta.

O modelo de parceria que a APPA pratica traduz o sucesso dos portos do Paraná no cenário econômico nacional. Os portos administram atualmente um complexo de terminais privados, terminais públicos e armazéns especializados para a movimentação de diferenciados produtos de origem agrícola. Com uma capacidade estática total de mais de 1.000.000 de toneladas, atua em parceria com a iniciativa privada, colocando o porto de Paranaguá dentro do contexto de modernização portuária atual, como o porto público mais privatizado ou terceirizado dos portos brasileiros, proporcionalmente.

Movimentação de Cargas

Mesmo enfrentando grandes dificuldades, como a política econômica/cambial adotada pelo Governo Federal, os desafios de recuperar e modernizar as instalações portuárias, com emergente necessidade de ampliação, e ainda administrar a evolução da implantação da Lei nº 8.630/87 de "Modernização dos Portos", os portos de Paranaguá e Antonina encerraram o ano apresentando resultados bastante positivos, atingindo 16,7 milhões de toneladas movimentadas.

A movimentação de cargas através dos portos do Paraná apresentou algumas alterações em sua diversificação, quantidade, espécie e acondicionamento.

Nos produtos sólidos a granel, o complexo portuário do corredor de exportação apresentou um quadro bastante atípico, comparado aos anos anteriores, na medida em que, além de constatar a dilatação do período dos grandes volumes exportados, entre maio e setembro, pico da safra, registrou uma sensível redução nos volumes de exportação da soja em grão, ao redor de 40%. Por outro lado, constatou-se o crescimento dos volumes exportados de seus derivados, 7,5 % no farelo e 16,3 % no óleo a granel.

A carga geral industrializada ou semi-industrializada foi o segmento que obteve maior crescimento, chegando ao patamar de 2,8 milhões de toneladas, com a expansão de aproximadamente 4% em relação a 1994. Outro recorde em movimentação foi registrado na carga geral, na importação, atingindo o patamar de 866,5 mil toneladas e apresentando 7% de crescimento em relação a 1994.

O segmento de líquidos a granel deverá atingir 3,4 milhões de toneladas movimentadas, entre importação, exportação, longo curso e cabotagem. O produto que mais se destacou foi o óleo de soja, que apresentou um volume total de 1,0 milhão de toneladas.

Como resultado da reativação do Porto de Antonina, ocorrida em 1994, a movimentação de cargas foi de aproximadamente 33 mil toneladas, tendo movimentado basicamente açúcar, sal e caulim. No entanto, com a assinatura do contrato com a FLUTRANS-Terminais Marítimos S/A., pelo qual a APPA arrendou parte da área operacional do Porto de Antonina para a operação com barcas na movimentação de cargas, prevê-se um substancial crescimento para Antonina.

Receita Cambial

Os Portos de Paranaguá e Antonina tiveram uma participação substancial na balança comercial, com mais de US\$ 3,8 bilhões de receita cambial. O aumento da receita em relação ao ano de 1994, foi aproximadamente de US\$ 0,3 bilhões.

Investimentos Portuários

A globalização da economia internacional, somada à necessidade de modernizar as operações portuárias, desencadeou o processo de revolução tecnológica na automação das operações portuárias, com parâmetros compatíveis com as características da frota de navios e novas tendências da logística do transporte marítimo.

Atualmente, a APPA continua em busca da manutenção dos ganhos em produtividade operacional. Porém com a diminuição da capacidade de produção dos equipamentos portuários disponíveis, em virtude da idade desses, somada à acelerada dinâmica do transporte marítimo internacional, a APPA elaborou um criterioso Programa de Modernização dos Portos do Paraná, pois frente à escassez de recursos para investimentos na infra-estrutura portuária por parte do Governo Federal, o Governo do Estado pretende, em conjunto com a iniciativa privada, viabilizar os investimentos necessários para elevar os portos do Paraná para o lugar que merecem.

3.9 - PARANÁ + TURISMO

O objetivo é estimular a atividade do turismo no Paraná, integrando as políticas de desenvolvimento econômico, meio ambiente, cultura, esporte e lazer. O trabalho, em parceria com municípios e iniciativa privada, de modo a atrair investimento e gerar empregos, será essencial para concretizar o programa.

3.9.1 - BRASIL NOVO TEMPO

Em conjunto com outros Estados, este projeto visa à promoção do produto turístico em quatro grandes países emissores, a saber: Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

3.9.2 - BRAZIL EXPERT

Trata-se do treinamento e credenciamento de agentes de viagens norte-americanos objetivando torná-los especialistas em turismo brasileiro.

3.9.3 - INSIDE BRAZIL

Projeto que visa à promoção do roteiro de turismo ecológico integrado, formado pelos Estados do Paraná, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em nível internacional.

3.9.4 - II SEMINÁRIO DE TURISMO DE EVENTOS - PROTUR

Seminário realizado em conjunto com a Foz do Iguaçu Turismo - FOZTUR, objetivou conscientizar os empresários do segmento, dirigentes municipais e comunidade em geral da importância da indústria do turismo como fonte geradora de riquezas.

3.9.5 - TURISMO NA ESCOLA

Visa à confecção de 38.000 cartilhas sobre o turismo, destinadas às escolas de 1º e 2º graus do município de Foz do Iguaçu.

3.9.6 - ECOVERÃO

Participação durante o período de dezembro/94 a fevereiro/95 no litoral do Paraná, com informações e outros atendimentos, além de realização de pesquisas sobre demanda.

3.9.7 - EVENTOS REALIZADOS

IGUASSU TOURISM MART - ITM/95

Bolsa de negócios com entrevistas pré-agendadas, oportunidade em que se comercializou o destino Foz do Iguaçu e em consequência os demais produtos turísticos do Estado.

Seminário - MARINAS E ESPORTES NÁUTICOS

Foi enfocando as oportunidades de investimentos tanto na Costa Oeste (lago de Itaipu) como no litoral. O evento reuniu empresários, dirigentes municipais e profissionais de

imprensa. Objetivou orientar os interessados no desenvolvimento de projetos de marinas e portos de lazer, bem como infra-estrutura náutica.

Seminário - PARQUES TEMÁTICOS

Contando com a participação de empresários do setor, dirigentes municipais e investidores, objetivou orientar tanto a iniciativa privada como o setor público da importância deste segmento como fonte geradora de riquezas no âmbito do turismo.

Seminário - HOTÉIS ECONÔMICOS

Tendo como público-alvo investidores, construtores, hoteleiros e dirigentes de municípios de interesse turístico. O evento procurou abordar aspectos de marketing, construtivos e jurídicos para formação de condomínios, tendo como objetivo principal a ampliação da oferta de hotéis de qualidade a custos reduzidos, principalmente nos municípios com vocação para o turismo, mas que não dispõem de recursos e estruturas apropriadas para exploração da atividade.

OFICINAS DE CAPACITAÇÃO EM ECOTURISMO

As oficinas de capacitação tiveram como principais objetivos o aperfeiçoamento dos processos de planejamento em ecoturismo, tanto no setor público como na iniciativa privada. Procura-se identificar novos produtos e definir prioridades regionais e estratégias de marketing, bem como a formação de disseminadores em ecoturismo.

Participação em Eventos

Objetiva o estímulo e a divulgação do produto turístico do Estado, bem como dotar o empresariado do setor de suporte técnico e institucional. Os principais eventos realizados no Brasil e no exterior, dentre os quais destacam-se:

- IBT - Bolsa Internacional de Turismo (Berlim);
- BNTM - Brazil National Tourism Mart (Maceió);
- Semana Brasileira em Buenos Aires;
- Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens - ABAV/95 (Brasília);
- Congresso da Associação Argentina de Agentes de Viagens - AAVYT/95 (Córdoba);
- Festival de Turismo de Gramado;
- Congresso dos Agentes de Viagens do Interior de São Paulo - AVIESTUR/95 (Águas de Lindóia);
- Congresso Brasileiro do Clubes de Maior Idade (João Pessoa);
- SOUTH AMERICA TOURISMART - SMART/95 (São Paulo);
- ADVENTURE TRAVEL SOCIETY (Nassau - Bahamas).

Apoio a Eventos Municipais Através de Repasse/Material Promocional

- Transporte de grupos folclóricos de Guarapuava e Maringá ao Rio de Janeiro para participação e divulgação do Estado no Carnaval/95 - Rio de Janeiro;
- Apoio na III Exponina - Exposição Feira de Antonina;
- Apoio para a realização do 1º Seminário de Turismo Rural, em Guarapuava;
- Apoio na confecção dos troféus para a Festa Nacional do Porco no Rolete, em Toledo;
- Apoio na realização da 1ª Oktoberfest de Foz do Iguaçu;
- Apoio na edição da 1ª EXPOMED - Exposição Agropecuária de Medianeira;
- Apoio ao Projeto Itiberê/confecção de material promocional, em Paranaguá.

Captação de Eventos

Objetiva a captação de eventos de cunho social e turístico para a cidade de Curitiba e para o Estado, através do Centro de Convenções que atraiu para Curitiba a realização de

156 eventos de diversas entidades promotoras. Deste total de eventos 132 foram de caráter Regional, 16 nacionais e 8 internacionais. Destes participaram 190.936 pessoas que movimentaram o setor terciário paranaense, em especial o setor hoteleiro e o comércio de Curitiba e do Paraná.

Melhorias Visando à Adaptação da Estrutura às Exigências do Mercado de Eventos

Com esse objetivo, foram executadas, algumas reformas e adaptações na estrutura física do Centro de Convenções, na tentativa de aumentar consideravelmente a área destinada a exposições de produtos e serviços, pois neste segmento de eventos, observou-se o crescimento da procura por parte dos agentes promotores.

Atividades Diversas

Realização de pesquisas para a verificação da demanda e fluxo turístico nos principais pólos receptivos do Estado, a saber: Foz do Iguaçu, Curitiba e Litoral.

Foram confeccionados diversos materiais de divulgação, destacando-se a Revista Paraná, editada em 8 idiomas, Folder Paraná, Litoral Promocional, Posters de Foz do Iguaçu, Guaratuba, Ilha do Mel, Litorina, Caiobá, sendo confeccionados 21.962 Cartazes; 53.100 Folders; 11.200 Shell folders e Outros 25.000 materiais ao Custo de R\$ 560.000,00.

Realização de 274 vistorias sobre controle de qualidade em hotéis, transportadoras, agências de viagens e restaurantes cadastrados pela EMBRATUR.

Enquadramento de 38 projetos hoteleiros junto à EMBRATUR.

3.10 - PARANÁ URBANO

Este programa objetiva estabelecer nos municípios do Paraná o desenvolvimento econômico, social e urbano, dotando-os de infra-estrutura necessária para o crescimento ordenado e sustentado.

O objetivo prioritário foi a execução de um novo programa de desenvolvimento urbano, a ser negociado com organismos internacionais - o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhoria da Infra-estrutura Municipal - PARANÁ URBANO - e o complemento de programa, já financiado pelo Banco Mundial - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

O aporte de inteligência específica em políticas urbanas foi proporcionado pela materialização de um Convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que, inclusive, está servindo de veículo para a capacitação de recursos humanos da SEDU.

As iniciativas herdadas, na área municipalista, foram integralmente cumpridas, até como uma forma de incentivo àqueles municípios que estabeleceram metas de modernização e desenvolvimento compatíveis. Foram planejadas e implementadas ações de fortalecimento das Associações Regionais de Municípios, que servirão de apoio técnico à execução do novo Programa - PARANÁ URBANO. O Programa Estadual de Saneamento Rural - PESR teve continuidade, através de repasse à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de recursos financeiros.

3.10.1 - PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU

O Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, realizado com recursos do Estado e do Banco Mundial - BIRD, com a execução concluída dentro do cronograma previsto, envolveu recursos num total de US\$ 39,90 milhões, assim distribuídos:

- subprograma de desenvolvimento institucional englobando ações de planejamento urbano, cadastro técnico, modernização, treinamento para os municípios, com valor de US\$ 3,50 milhões, destacando-se a supervisão e o acompanhamento de 165 planos de uso e ocupação do solo e 10 planos diretores municipais;
- subprograma de infra-estrutura urbana com a execução de creches, escolas, postos de saúde, posto de bombeiros, pavimentações urbanas, terminais rodoviários, iluminações públicas, redes de produção de água e redes de tratamento de esgoto sanitário, onde foram investidos US\$ 36,40 milhões.

Detalhamento das Ações Desenvolvidas pelo PEDU

Cartografia Urbana

- Supervisão da execução por parte de empresas de aerolevantamento, desde a cobertura aerofotogramétrica na escala 1:8000 até a restituição numérica na escala 1:2000, de bases cartográficas em 14 municípios, totalizando aproximadamente 800 Km² de áreas urbanas já preparadas para o uso em geoprocessamento.

Caracterização do Meio Físico

- Execução de 131 estudos geotécnicos de áreas urbanas de municípios do Paraná, visando disponibilizá-los para a execução dos Planos Urbanísticos.

Estrutura Administrativa e Regimento Interno

- Supervisão da execução de 42 estruturas administrativas e regimentos internos de municípios, realizados através da contratação de consultoria.

Administração de Material e Patrimônio

- Supervisão da execução de 04 subprojetos de Administração de Material e Patrimônio, realizados através da contratação de consultoria.

Administração de Recursos Humanos

- Supervisão da execução de 21 municípios que executaram o subprojeto Administração de Recursos Humanos e mais um que encontra-se em andamento, realizados através da contratação de consultoria.

Administração Tributária

- Supervisão da execução de 07 municípios que desenvolveram o subprojeto Administração Tributária e mais 02 outros que encontram-se em andamento, realizados através da contratação de consultoria.

Cadastro Técnico Imobiliário

- Execução de 35 cadastros técnicos imobiliários de municípios paranaenses e mais 08 que estão em fase de conclusão.

Assistência Técnica na Área de Gerenciamento Municipal

- Realização de 89 pareceres de capacidade de endividamento de municípios participantes do PARANÁ URBANO/ FDU apreciados pelo Banco Central;
- informações e consulta técnica na área de Processos Orçamentários, Contabilidade e Finanças, perfazendo um total de 37 municípios atendidos;

Na área de Administração Tributária foram elaboradas as seguintes análises:

- balanço Municipal e análise da situação econômica e financeira dos municípios integrantes do PARANÁ URBANO/FDU, perfazendo um total de 371 municípios atendidos;
- histórico da arrecadação municipal nos últimos 5 anos dos municípios do Estado do Paraná;

Na área de Cadastro Técnico Imobiliário, foram informatizados na nova versão o IPTU, DÍVIDA ATIVA, ISS e ARRECADAÇÃO, perfazendo um total de 87 municípios atendidos. O custo total pago nas ações do PEDU-INSTITUCIONAL é da ordem de R\$ 1.804.072,16.

Ações Desenvolvidas no Subprograma de Infra-estrutura Urbana - PEDU

- 208 análises de projetos com verificação dos documentos do processo;
- 111 análises de orçamento de obras;
- 163 autorizações de programação emitidas, com conseqüente elaboração de cronograma de desembolso:

Controle de Erosão:	4
Pavimentação:	90
Terminal Rodoviário:	7
Escola:	12
Creche:	4
Posto de Saúde:	3
Iluminação Pública:	10
Casa da Cultura:	2
Centro Comunitário:	1
Centro de Eventos:	1

Praça:	1
Paço Municipal:	1
Hospital:	1
Barracão Industrial:	24
Ginásio de Esportes:	1

- 50 alterações de projetos, após análise do processo e com elaboração do relatório de medição;
- Conferência de todos os orçamentos dos processos licitatórios das obras do PEDU E FDU;
- Atendimento aos prefeitos e técnicos dos municípios, "in loco", e via telefone;
- Atendimento na conferência de medições das obras com licitação apenas de materiais.

Gerenciamento do Subprograma de Infra-estrutura com as Atividades de Supervisão de Obras, Ressarcimento aos Municípios, Solicitação de Reembolso ao Banco e Controle da Conta Especial Relativos às seguintes obras:

PROJETOS	OBRAS CONCLUÍDAS	OBRAS EM ANDAMENTO
Iluminação Pública	9	10
Pavimentação Urbana	113	152
Praça	2	4
Reurbanização	-	1
Escola Profissionalizante	-	3
Hospital	-	3
Posto de Saúde	15	19
Creche	18	20
Centro Comunitário	4	-
Centro de Convivência de Idosos	-	1
Escola Regular	10	16
Posto de Bombeiros	2	-
Controle de Erosão	7	12
Terminal Rodoviário	2	13
Clube Irmão Caçula	1	3
Ginásio de Esportes	2	6
Campo de Futebol	1	-
Biblioteca	-	1
Casa da Cultura	1	2
Barracão Industrial	-	18
Centro de Eventos	-	1
Paço Municipal	2	8
Garagem Municipal	-	1

Informatização dos Municípios - PIMUN

Coordenação e implantação (em andamento) de uma rede estadual de informática com recursos do PEDU, visando aparelhar 250 municípios, a FAMEPAR e seus Escritórios Regionais com equipamentos de informática e de mais 334 municípios com aparelhos de fax. O objetivo básico desta rede é a modernização administrativa dos municípios, bem como facilitar aos mesmos o acesso aos bancos de dados de organismos estaduais, em especial o BRDE, e auxiliar no gerenciamento do PARANÁ URBANO.

O custo dos equipamentos, softwar e aparelhos de fax representa um total de US\$ 1.048.347,00.

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, criado pela Lei Estadual nº. 8.917/88, tem como objetivo disponibilizar, de maneira perene para os municípios paranaenses e agentes da administração direta e indireta do Governo do Estado, recursos para promover o desenvolvimento urbano, financiando programas, planos e projetos.

Foram investidos US\$ 41,6 milhões em 187 municípios do Estado diretamente, e em 64 municípios através da SANEPAR. Os ingressos específicos do Fundo atingiram US\$ 17,50 milhões de recursos externos e US\$ 48,60 milhões de retornos de financiamentos que possibilitaram um superávit de US\$ 34,90 milhões para futuros investimentos, além de um acréscimo de receitas para 96 de US\$ 7,20 milhões advindos dos recursos liberados.

3.10.2 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL

Objetiva a elaboração e o desenvolvimento do Programa e levou em conta a experiência adquirida pelo Governo do Estado com a implantação eficaz de dois outros Programas voltados ao desenvolvimento urbano: PRAM e o PEDU.

O principal objetivo do Programa é a melhoria das condições de vida nas áreas urbanas, especialmente das populações pobres, através da mobilização de recursos internos e externos para financiar, de forma não deficitária e não inflacionária, investimentos em infra-estrutura urbana e social. Visa ainda fortalecer a capacidade institucional e administrativa dos Municípios, bem como, contribuir para a estratégia urbana do Governo do Estado de apoio efetivo às cidades que são os suportes de geração de empregos e serviços.

O Programa abrangerá os seguintes componentes:

- Apoio Institucional - Gerenciamento;
- Assistência Técnica;
- Treinamento;
- Apoio ao Setor Produtivo - Equipamentos de Produção;
- Apoio à Infra-Estrutura Urbana - Equipamentos Urbanos;
 - Equipamentos Comunitários;
 - Saneamento e Meio Ambiente;
 - Apoio à Aquisição de Equipamentos e Veículos.

O montante total do Programa é de US\$ 415,00 milhões, sendo US\$ 83,00 milhões contrapartida do Estado, US\$ 83,00 milhões contrapartida dos subtomadores (Municípios e Sanepar) e US\$ 249,00 milhões do BID. Diversas ações foram realizadas em parceria com municípios, pela Famepar, tais como:

- desenvolvimento de metodologia, com colaboração de consultores internacionais, indicados pelo BID, para diagnóstico e proposições de ações institucionais dos municípios do Estado;
- execução de pesquisa, diagnóstico, preposições e ações, em 24 municípios, utilizando-se metodologia especificamente concebida, com a participação de 04 consultores e de 20 técnicos da FAMEPAR;
- concepção de escopo do Subprograma de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional do Programa PARANÁ URBANO, contemplando planos operacionais para o desenvolvimento institucional da FAMEPAR, fortalecimento institucional dos Municípios e Associações de Municípios;
- execução, sob orientação de consultor indicado pelo BID, do documento "marco lógico" do Subprograma de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional;
- realização de pesquisa em 64 municípios, utilizando-se questionário pré-concebido, com metodologia do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, visando subsidiar o Programa PARANÁ URBANO.

- participação de elaboração dos documentos "Regulamento Operativo" e "Manual de Projetos", sob a responsabilidade da SEDU;
- desenvolvimento, através da consultoria contratada, de Sistema de Informações Gerenciais - SIG, informatizado, visando ao gerenciamento do Programa PARANÁ URBANO, integrado com SEDU, FAMEPAR, Associações de Municípios e municípios;
- consolidação de banco de dados econômico-financeiros dos municípios visando as análises, diagnósticos e recomendações institucionais aos municípios com subsídios à concepção do Programa PARANÁ URBANO;
- manutenção e atualização constante de banco de dados financeiros dos Municípios visando ao cálculo da capacidade de endividamento para o Programa de financiamento (PEDU e PARANÁ URBANO);
- treinamento para as Associações de Municípios.

3.10.3 - BARRACÕES INDUSTRIAIS

Visa à implantação de empresas industriais, promovendo a geração de empregos e o alargamento das rendas dos municípios beneficiários, através da construção de edificações industriais de pequeno e médio porte, voltadas ao atendimento de uma demanda regional reprimida face ao alto custo dos investimentos em obras civis e dos terrenos, e da necessidade de implantação de infra-estrutura adequada ao funcionamento de pequenas empresas.

Os Barracões Industriais permitem aos Municípios interessados e com comprovadas condições e capacidade de endividamento, financiar o projeto através do FDU. A administração do empreendimento está a cargo da Prefeitura Municipal e de um Conselho constituído por representantes dos empresários e da comunidade, que o implantará, propiciando às empresas condições de operar seu negócio com um mínimo de risco e com custos rateados entre estas.

Dentre os benefícios para os empreendedores, destacam-se a redução do volume de capital inicial; redução do risco de insucesso; redução dos custos operacionais; ganhos de sinergia e a divulgação da empresa.

Dentre os benefícios para a comunidade, destacam-se a criação de empresas modelos, repercutindo, a longo prazo, em uma melhoria generalizada no sistema produtivo local; criação de empresas a partir de pequenos negócios que virão gerar novos empregos, maior produção e alargamento de renda. É um instrumento relativamente barato, que permite contínua reutilização para novos grupos de empresas; maior retorno social sobre os recursos públicos aplicados; a possível congregação de esforços de outras entidades de apoio empresarial para melhoria das empresas instaladas no barracão industrial.

O custeio do projeto envolve recursos orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Urbano, a título de empréstimo, representando 75% do valor do Programa; e recursos próprios dos Municípios, a título de contrapartida municipal, representando 25% do valor do Programa.

Num trabalho conjunto entre as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e a da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico e SEBRAE, foram assinados contratos com 61 municípios, para a instalação de barracões de cerca de 500m² para abrigar quatro pequenas indústrias por barracão, sendo que 5 municípios já iniciaram as obras.

3.10.4 - DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Objetiva melhorar as condições de vida das comunidades nas áreas urbanas. A Secretaria vem priorizando a transferência de recursos aos Municípios e Associações de Município, tendo como finalidade principal a melhoria da infra-estrutura.

Quanto aos municípios, tiveram continuidade e/ou foram realizados novos convênios para a execução de 98 obras, entre construções, reformas e ampliações, que vão desde

reurbanização de praças, barracões, galerias pluviais, quadras de esporte, creches, postos de saúde, enfermarias, hospitais e infra-estrutura de mananciais, entre outras, totalizando investimentos na ordem de R\$ 1.608.195,00 (um milhão e seiscentos e oito mil, cento e noventa e cinco reais) e beneficiando diretamente 86 (oitenta e seis) municípios.

Foram formalizados junto às Associações de Municípios convênios para transferência de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), ou seja, 18 (dezoito) associações foram beneficiadas para a aquisição de mobiliários e equipamentos.

Desenvolvimento Institucional - O Papel do PNUD

Elaboração, desenvolvimento e oficialização de cooperação internacional entre o Estado do Paraná através da SEDU e o Programa das Nações para o Desenvolvimento - PNUD, com a finalidade de implantar o projeto Ações Estratégicas para o Apoio ao Desenvolvimento Urbano. Com o objetivo principal de contribuir com a melhoria das condições de vida do cidadão nas áreas urbanas do Estado, atendendo para a devida proteção do meio ambiente, através do aperfeiçoamento da capacidade administrativa e de implementação das instituições promotoras do desenvolvimento urbano e assegurando a auto-suficiência das administrações municipais.

As principais ações foram a contratação de nove consultores, sendo dois internacionais e sete nacionais, que realizaram as seguintes atividades para o desenvolvimento do Programa PARANÁ URBANO:

- linhas gerais de políticas e diretrizes estaduais de desenvolvimento urbano;
- plano de operações para o desenvolvimento institucional da FAMEPAR, Associações de Municípios, Municípios e Entidades Setoriais;
- estudo de alternativas para gerenciamento e administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU;
- avaliações sócio-econômicas dos projetos de esgotamento sanitário relacionados na amostra de projetos do Programa PARANÁ URBANO, compreendendo desagregação dos custos, cálculos de investimentos e custos operacionais, projeção populacional, receita e despesas.

3.10.5 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Com o objetivo de solucionar os problemas de integração urbana e melhorar a qualidade de vida dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, estão sendo desenvolvidas no âmbito da COMEC as seguintes ações:

- o plano de estruturação física da Região Metropolitana de Curitiba, com a elaboração da proposta de estrutura física da região, notadamente nas áreas de circulação viária, transporte e diretrizes de uso e ocupação do solo urbano, para os diversos municípios na área de urbanização física;
- indicação das alternativas de áreas para Terminais de Transporte Metropolitano de Pinhais e Guaraituba;
- indicações de alternativas de traçado viário para eixos de Transporte Metropolitano de Santa Cândida-Guaraituba;
- indicações de alternativas de traçado viário para corredores de ligação: Corredor Norte-Almirante Tamandaré e Corredor Sudeste-São José dos Pinhais;
- elaboração de planta do Parque Regional do Iguaçu, de caráter ilustrativo, abrangendo a área entre o contorno sul e a Floresta Metropolitana;
- estudo de macrozoneamento do Parque do Iguaçu;
- Programa de Prevenção de Acidentes com Cargas Perigosas;
- cadastro metropolitano de loteamentos e desmembramentos, com atualização e manutenção de dados referentes a cada loteamento, planta a planta;
- propostas para implantação de parques e preservação de áreas verdes nos municípios de Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré;

- estudo alternativo de diretriz viária para o Contorno Leste seguindo os parâmetros de preservação ambiental e políticas metropolitanas de uso e ocupação do solo;
- elaboração de documento avaliando a situação da produção rural da região, voltada para o abastecimento alimentar, sobretudo a olericultura.
- integração do transporte na Região Metropolitana de Curitiba, de forma a racionalizar a circulação viária na zona central da Capital e franquear à população da Grande Curitiba todas as facilidades da Rede Integrada de Transportes.

4.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Desenvolvimento Humano no Paraná vem sendo buscado através do atendimento pleno às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda.

As ações sociais e a geração de novos empregos e renda merecem atenção prioritária do Governo. As pessoas vêm em primeiro lugar.

4.1 - PARANÁ + CULTURA

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento de uma identidade cultural que permeie todos os paranaenses. Essa finalidade será atingida com o estímulo ao conhecimento da história do Paraná em suas mais variadas áreas, como a arte, o folclore, as tradições, de modo que a redescoberta da cultura seja um reflexo da assimilação de informações e da descentralização da produção cultural em todas as suas formas.

4.1.1 - TRILHA DA CULTURA

Para atingir os objetivos de interiorização estabelecidos o Governo criou e vem desenvolvendo o programa "Trilhas da Cultura" - ação da Secretaria de Cultura com participação das Prefeituras Municipais abrangendo todas as áreas das artes, promovendo atividades de cunho didático e artístico. O programa foi apresentado em 49 municípios do Estado, com a realização de 40 espetáculos (música, dança, ópera e teatro) e 107 oficinas (bandas e fanfarras, coral infantil e adulto, iniciação a teatro musical, violão, flauta, regência de coral, desenho, escultura, óleo sobre tela, xilogravura, expressão vocal, cenografia, figurino, sonoplastia, iluminação, histórias em quadrinhos, fotografia, cinema, vídeo, literatura, conto, folclore e circo). Foram contratados 148 professores para ministrarem as 239 oficinas que atingiram 7.370 alunos. Contratados, também, 212 artistas que apresentaram 52 espetáculos, atingindo um público aproximado de 75.000 pessoas entre adultos e crianças.

Juntamente com o Teatro Guaíra desenvolveu-se o programa denominado "O Teatro Vai à Escola". São dois ônibus levando espetáculos infanto-juvenis especialmente para os alunos que moram nas periferias e nas regiões rurais. Os ônibus da Trilha apresentaram-se para mais de 40.000 crianças em 1995.

4.1.2 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ANTONINA

Desenvolveu-se o projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina com o detalhamento dos projetos arquitetônicos referentes ao primeiro conjunto de edificações a serem restauradas. Concomitantemente, foram entabuladas negociações com o Ministério da Cultura que permitiram o desenvolvimento de projetos para obtenção de recursos no valor de R\$ 1.000.000,00 a fundo perdido para se proceder a restauração dos primeiros seis imóveis de interesse histórico e artístico.

4.1.3 - CORREIO DA MEMÓRIA

Desenvolveu-se a concepção básica do projeto e estabeleceram-se as necessárias negociações com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a cessão das antigas instalações dos Correios no centro de Curitiba, para abrigar o Centro de Referência Cultural do Paraná - O Correio da Memória. Definiu-se, também, com a ECT, as bases operacionais do projeto.

4.1.4 - CANAL PARANÁ

A partir deste ano a Rádio e Televisão Educativa do Paraná passou a dar maior atenção à maneira de ser e à maneira de agir da comunidade paranaense, através das seguintes ações:

Radio Educativa AM e FM

Apresentando uma programação musical de qualidade, distribuída entre a música popular brasileira (de raiz e contemporânea), jazz e música clássica, a Rádio Educativa alcançou índices de audiência expressivos, já superiores a de algumas emissoras comerciais.

Televisão Educativa do Paraná

A programação da TVE objetiva colocar em evidência os acontecimentos originários na comunidade paranaense. Os programas Arte, Debate, Jornalismo, Ecos e Etnias são todos elaborados a partir de ocorrências locais.

4.1.5 - CENTRO DE ESTUDOS DE MÚSICA DE LONDRINA

Concebeu-se o projeto, em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano de Londrina, e iniciou-se tratativas junto ao Ministério da Cultura para obtenção de recursos.

4.1.6 - GRANDES FESTIVAIS

Além da realização de seus programas próprios, a Secretaria da Cultura coordenou e financiou o Festival de Música de Cascavel e o Festival de Música de Londrina, além de decisivo apoio ao Festival de Teatro de Londrina.

4.1.7 - PRODUÇÕES EM ARTES CÊNICAS E MUSICAIS

O Teatro Guaíra exibiu mais de 150 espetáculos. Até o final do ano, o público alcançou o recorde de 200 mil pessoas. A Orquestra Sinfônica do Paraná, o Corpo de Baile e o Teatro de Comédia do Paraná tiveram espaços destacados na programação do Guaíra.

4.1.8 - MUSEU PARANAENSE

Organizou dez exposições e três mostras itinerantes (exibidas no interior do Estado), além de expor o seu acervo permanente. Realizou onze projetos de estudos e pesquisas na área de arqueologia, paleontologia, sociologia e história do Paraná. O público visitante durante 1995 foi da ordem de 70.000 pessoas.

4.1.9 - ETNIAS PARANAENSES

Concebeu-se e estabeleceu-se, mediante tratativas com a Embaixada da Polônia, o Projeto Polônia 96 composto de vasta programação cultural de iniciativa conjunta do Estado do Paraná e República da Polônia.

4.1.10 - LITERATURA E EDITORAÇÃO

A Biblioteca Pública do Paraná consolidou-se como verdadeiro Centro Cultural, oferecendo à comunidade uma variada e inesgotável fonte de atividades culturais, artísticas e científicas. Promoveu palestras, debates e seminários para a discussão de literatura, filosofia, política e ciências; leitura e debate de textos poéticos, exibição de clássicos do cinema e peças teatrais interpretadas por grupos locais; organizou mostras fotográficas, exposições artísticas e científicas; cursos e oficinas de literatura e educação especial dirigidos a alunos e professores; além de abrir seus espaços para o lançamento de livros e outros eventos de natureza cultural.

A Biblioteca repassou livros e periódicos a 180 municípios do Estado pertencentes ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e incorporou ao seu acervo 12.459 novos livros. A média de frequência diária foi de 4.000 pessoas.

Editoração

Organizou e lançou o concurso nacional de poesias Helena Kolody. Até o ano anterior o concurso era apenas estadual.

Publicou dois números do jornal "O Nicolau", o primeiro comemorativo ao Cinquentenário da Vitória Aliada na 2ª Guerra Mundial e o segundo aos 100 Anos de Cinema.

4.2 - EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO

O objetivo do programa é a excelência da educação, que só poderá ser alcançada por intermédio da gestão compartilhada. Incentivar e apoiar a escola para se transformar numa força viva de desenvolvimento cultural na comunidade é a finalidade. A análise das necessidades e demandas educacionais no Estado direcionam o Plano de Ação da Educação - Plano ABC -, centrado em três eixos:

- 1º Eixo - Aluno e escola vivenciando novas e significativas oportunidades educacionais;
- 2º Eixo - Bons professores expandindo-se profissional, pessoal e culturalmente, com sistematização e continuidade;
- 3º Eixo - Comunidade participando efetivamente nas decisões junto ao sistema para alcance dos objetivos educacionais.

4.2.1 - AS PRIORIDADES NO SISTEMA EDUCACIONAL

As realizações na área educacional são mostradas de acordo com estes eixos de atuação do Plano de Ação da Educação, discriminadas por Prioridades, Projetos e outras atividades institucionais, que também contribuíram para a melhoria do Sistema Educacional Paranaense.

PRIMEIRO EIXO

Como prioridades neste primeiro eixo temos:

- Correção do fluxo escolar adequando a série à idade dos alunos no ensino fundamental. Como ações, a elaboração e início da implementação do Projeto Correção e Fluxo Escolar;
- Expansão e melhoria do currículo básico das escolas paranaenses compatibilizando-o com os parâmetros curriculares do Ministério da Educação.
- Suporte às escolas de 1º. grau para implementar a proposta do Ciclo Básico de Alfabetização, mediante a garantia de recursos humanos suficientes e da capacitação teórica e metodológica.
- Atenção integral ao aluno nas necessidades especiais. Neste sentido, foram realizados sete cursos para 2.800 professores sobre avaliação diagnóstica nas áreas mental, visual, auditiva e física. Com um investimento foi de R\$ 325.695,75, foram realizadas 2.858 avaliações na área mental com 1.622 encaminhamentos para educação especial; 970 avaliações na área auditiva com 335 encaminhamentos com indicação de prótese; 89 avaliações na área visual com 14 indicações para tratamento oftalmológico.
- Apoio, através de assinatura de convênios com instituições filantrópicas, para atendimento à criança portadora de deficiência, com repasse de R\$ 173.960,28.
- Reorganização do ensino médio na educação geral e profissionalizante, com expansão a partir de levantamento de demandas regionais e implantação de novas modalidades de ofertas. Para tanto, iniciou-se o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio (PROEM), no valor de US\$ 200.000.000,00, com financiamento do BID e contrapartida de 50% do Governo do Estado.
- Escolarização de jovens e adultos com modalidades não convencionais com a realização do Projeto de Reformulação do Ensino Regular Noturno. Este projeto visa proporcionar condições para que todos tenham acesso a uma escola de qualidade.

- Revisão e aperfeiçoamento da dinâmica do currículo e da gestão escolar mediante avaliação do rendimento escolar dos alunos de primeiro e segundo graus.
- Adoção da informática educativa de forma multidisciplinar no currículo. Sua ação é no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio do 2º grau, áreas de Física, Química, Biologia.
- Apoio ao processo de aprendizagem mediante distribuição de materiais pedagógicos e equipamentos às escolas, tais como: 35.500 cadernos; 830.000 livros didáticos; 3.464 livros de literatura infantil; 300.000 cadernos de orientação sobre o controle da dengue; diversos equipamentos e materiais para laboratórios de ciências.
- Promoção de atividades de saúde escolar e familiar voltadas à qualidade de vida, através do Projeto Adolescência Administrando o Futuro e Programa de Prevenção e Combate à AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis, em parceria com a Secretaria da Saúde e SEBRAE.
- Incentivo para a criação/fortalecimento da comunidade escolar, através de Seminário em Curitiba e envolvimento dos NRE's, visando desencadear a discussão para criar, revitalizar e/ou fortalecer as APM's, grêmios estudantis e conselhos escolares.
- Avaliação do Sistema Educacional, com seus subprojetos:
 - avaliação do rendimento escolar de primeiro e segundo graus de ensino;
 - avaliação da aprendizagem numa dimensão diagnóstica;
 - avaliação do desempenho docente e da equipe técnico-administrativo-pedagógica;
 - avaliação institucional da escola como integrante do sistema.

AS ESCOLAS DO CAMPO

Este Projeto tem por objetivo promover a qualificação agrícola, através da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções de agricultor e a ofertar aos jovens que frequentam as Escolas do Campo Certificação em Educação Geral a nível de 1º Grau/Supletivo em 1996.

Escolas do Campo com obras físicas concluídas nos seguintes municípios: Marmeleiro, Reserva, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Ortigueira, Faxinal, Pérola do Oeste, Figueira (Copel cedeu 11 casas), Salgado Filho, Califórnia, Carlópolis, Dois Vizinhos, Três Barras do Paraná (Copel), Boa Vista da Aparecida (Copel), todas com previsão de inauguração e funcionamento a partir de março de 1996.

Atividades realizadas:

- cursos de Capacitação de monitores: duas etapas para cada um dos três grupos;
- cursos para pais e dirigentes: duas etapas para cada um dos três setores;
- cursos para cozinheiras: uma etapa para cada um dos três setores.
- seminário anual das Associações de Casas Familiares Rurais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- encontros dos setores: três por setor com participação de pais, dirigentes e monitores;
- reuniões de dirigentes: a cada sessenta dias;
- visitas dos coordenadores de setor a cada Escola do Campo - CFR: em média três para cada Unidade Escolar;

SEGUNDO EIXO

Como prioridade neste eixo temos:

- Recuperação gradativa dos salários, proporcionando melhores condições de vida e de dignidade ao profissional da Educação através de recuperação

parcial dos salários, contribuindo para isto a Campanha Cidadão Nota 10 e a implantação de Plano de Carreira para o Quadro do Magistério, em estudos.

- Promoção de concurso público para professores para suprir gradativamente as vagas existentes no quadro do Magistério.
- Promoção de eventos à distância para atualização e revisão das áreas curriculares, em atendimento às demandas das escolas e dos Núcleos Regionais. Isto se faz mediante a preparação dos módulos de orientação para capacitação de professores de pré-escola à 8ª série.
- Promoção de seminários de imersão na cultura contemporânea para compreensão dos conceitos de excelência na educação e na gestão compartilhada.
- Produção de materiais de suporte ao currículo, envolvendo desde material impresso até softwares, com prioridade para a área de ciências, num enfoque multidisciplinar. Suas ações foram o projeto em conjunto com o Colégio Estadual do Paraná-para produção de recursos de aprendizagem na Área de Ciências e Geografia e a consolidação do Convênio IBM/ Ipardes.
- Incentivo financeiro, mediante bolsa-auxílio, aos professores que criarem ou participarem voluntariamente de projetos orientados às prioridades educacionais, atuando preventivamente contra a evasão escolar. Como ações, o estímulo à correção de fluxo escolar para eliminar a disfunção idade-série e criação de grupos de estudos em escolas.
- Estímulo à escola e aos Núcleos Regionais de Educação para planejamento integrado e avaliação, com destaque e reforço aos desempenhos da excelência. Como ações, foram realizados os seminários "Família, Caminho da Cidadania Plena" (promovido pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família) e "Cultura e Cidadania", em Londrina.
- Garantia do exercício da gestão compartilhada, mediante a capacitação de todas as instâncias do sistema educacional e fortalecimento dos instrumentos coletivos existentes nas escolas e municípios. Sua ação foi na criação do Caderno de Gestão Escolar e a integração dos funcionários da SEED-PR Unidade Central, NREs, Fundepar e Cetepar, no Seminário de Educação Avançada.
- Oferta de cursos formais para professores não habilitados atuantes na rede oficial de ensino. Foi apresentado ao MEC Projeto de habilitação pedagógica (Esquema I) para professores sem função pedagógica.

UNIVERSIDADE DO PROFESSOR

Foi constituída a Universidade do Professor, sociedade civil sem fins lucrativos, com a participação efetiva de todas as instituições de Ensino Superior e entidades ligadas à educação. Caracteriza-se como um organismo de apoio à área educacional para conceber, desenvolver e executar atividades relacionadas à capacitação de pessoal docente e de apoio.

O Projeto Universidade do Professor envolve em suas ações todos os profissionais de educação, atuantes em todos os municípios do Paraná. Concretamente, as ações da Universidade iniciaram-se em 95 com a efetivação dos seguintes eventos:

- seminário realizado em Praia de Leste, Paranaguá, com a participação de 350 técnicos da SEED/Fundepar e Núcleos Regionais de Ensino e 30 professores de escolas;
- 4 Seminários, com a presença, em cada um, de 445 diretores de escolas (realizados em novembro e dezembro de 1995).

As principais ações realizadas no período foram:

- cinco seminários de Educação Avançada realizados em Praia de Leste (outubro, novembro e dezembro);
- elaboração e aprovação do Estatuto Social (outubro/95);
- assinatura da ata de criação da Universidade pelos associados fundadores (outubro/95);
- designação da diretoria (Novembro/95);
- registro no Cartório de Títulos e Documentos;
- nomeação dos integrantes dos órgãos de deliberação e fiscalização;
- contato com a COPEL para viabilização do Centro de Capacitação de Faxinal do Céu.

VALE-SABER

Objetiva estimular a competência docente mediante formas diversificadas de capacitação e reforçar a permanência dos professores em sala de aula, na mesma escola.

Como efeito, temos a busca de uma nova concepção sobre o verdadeiro papel do profissional de magistério, o despertar para um novo potencial docente viabilizador de uma prática não reducionista, mas sobremaneira comprometida com o educando de forma crítica e construtiva de um novo Saber-Fazer educativo. A melhoria qualitativa do ensino por intermédio da aplicação de novos conceitos e práticas avaliativas de forma diagnóstica e processual é o desafio aos professores bolsistas para com todas as realidades que têm que ser diagnosticadas e enfrentadas em cada sala de aula.

Número de participantes (professores bolsistas):

- propostas apresentadas = 1.914;
- propostas aprovadas = 1.837;
- bolsas auxílio em vigência = 1.649.

Número de consultores (professores das IES):

- 212 professores.

Principais ações realizadas:

- elaboração dos "folders" da 1ª e 2ª etapas;
- elaboração do "Manual de Orientação" do Vale Saber;
- divulgação do Projeto em todo o Estado, atingindo todos os professores efetivos da Rede Pública de Ensino;
- convênios com as Instituições de Ensino Superior para selecionar propostas elaboradas pelos professores e acompanhar o desenvolvimento dos bolsistas;
- seleção de propostas de contribuição para a melhoria do ensino na rede escolar pública do Paraná.

TERCEIRO EIXO

Como prioridade neste terceiro eixo encontramos:

- Organização de instrumentos institucionalizados, realização de parcerias e criação de entidades jurídicas, sem fins lucrativos, para a integração de segmentos da comunidade junto ao sistema educacional, visando sua efetividade e satisfação da população. Suas ações envolvem a implantação do PARANATEC - Programa para a instalação da Agência para o desenvolvimento do Ensino Técnico no Paraná e da Implantação do AGE - Centro de Apoio à Gestão Escolar. Foram efetivadas parcerias com a Associação Comercial do Paraná; Federação do Comércio do Estado do Paraná; Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Estado do Paraná; e Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, dentro da prioridade

de implantação e dinamização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Educacional.

- Efetivação de ações conjuntas com os setores produtivos da sociedade para desenvolvimento do ensino médio de natureza profissionalizante. A ação foi a implantação do PARANATEC dentro do PROEM (Programa de Ensino Médio) em parceria com SENAI, SENAC, SENAR, CEFET e SEBRAE;
- Revisão do processo de integração entre estado e município, possibilitando maior suporte ao transporte escolar e à capacitação dos professores, além de planejamento conjunto de rede física, em municípios de maior porte. Foi contratada consultoria externa, mediante processo licitatório, para prestar assistência técnica aos municípios com relação ao Transporte Escolar em 1996, com um orçamento de R\$ 17.040.000,00 para atendimento de 327 municípios.
- Adoção de estratégias para obtenção de diálogo e cooperação com órgãos de representação sindical e entidades de articulação de profissionais da área educacional. Como ação desenvolvida, tem-se a constituição de comissão para valorização do magistério composta por 17 membros, com objetivo de propor soluções para otimização do Quadro Funcional e elaboração do Plano de Carreira e Implantação do Piso Salarial.
- Mobilização da comunidade para monitoramento das ações referentes à execução dos Planos Educacionais, de âmbito nacional, estadual, regional e local, apresentando o Plano de Ação nos eventos de capacitação e encontros para discussão e levantamento de críticas e sugestões.
- Criação e dinamização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Educacional. Sua ação foi iniciada com um processo de dinamização dos CREDES no segundo semestre de 1995 e realização de encontro em Curitiba em 20/10/95, com participação dos representantes de todos os CREDES. O número de CREDES no Paraná alcançou 450, com a participação de 15 profissionais em cada um. As categorias de profissionais envolvidas são as dos representantes dos profissionais da educação, da classe empresarial, dos clubes de serviço, dos trabalhadores, e da classe estudantil.

BANCO ESCOLAR

Visa envolver o setor bancário na discussão e solução de questões relacionadas às melhorias físicas e funcionamento das escolas públicas estaduais, bem como da implantação de um Programa de Atenção às Escolas Estaduais nos pequenos e médios municípios, distantes da SEED e Núcleo Regional de Ensino, otimizando recursos adicionais aos do Fundo Rotativo e recursos do governo estadual.

O Banco foi efetivamente implantado em 230 municípios, abrangendo 490 escolas e contando com o envolvimento de 230 gerentes do Banestado. Com ações conjuntas com os diretores de escolas e das Associação de Pais e Mestres, foi possível motivar as comunidades locais, angariando recursos para a manutenção, reforma e ampliação de escolas, bem como a aquisição de diversos equipamentos.

4.2.2 - OBRAS NOVAS E AMPLIAÇÕES - FUNDEPAR

Obras Concluídas - 192 prédios, perfazendo 93.152,00 m², sendo 626 salas comuns, 301 salas especiais e 1.205 salas para ambiente administrativo e demais dependências;

Obras em Andamento - 337 prédios, perfazendo 207.439,00 m², sendo 1.193 salas comuns, 785 salas especiais e 2.774 salas para ambientes administrativos e demais dependências;

Obras a Iniciar - 42 prédios, perfazendo 21.617,00 m², sendo 144 salas comuns, 82 salas especiais e 278 salas para ambientes administrativos e demais dependências;

Este conjunto de obras possibilitará atender 206.000 alunos (1.963 salas x 35 alunos/sala x 3 turnos)

Reparos

Obras Concluídas - 523 estabelecimentos atendidos
 Obras em Andamento - 145 estabelecimentos atendidos
 Obras a Iniciar - 79 estabelecimentos.

Obras Escolares - Departamento de Engenharia FUNDEPAR - PERÍODO : JAN. A DEZ. 95

DISCRIMINAÇÃO	CONCLUÍDAS 95	EM ANDAMENTO	A INICIAR	TOTAL GERAL
Prédios	192	337	42	571
Salas : Comuns	626	1.193	144	1.963
Específicas	111	315	20	446
Especiais	127	303	36	466
Orientação	63	167	26	256
TOTAL	927	1.978	226	3.131
Dependências Administrativas	273	643	58	974
Demais Dependências	520	1.239	119	1.878
Conjuntos Sanitários	412	892	101	1.405
Área de Construção	93.152	207.439	21.167	322.208
Investimento (R\$)	7.978.738,48	27.564.394,33	3.269.116,55	38.812.249,36
Número de Vagas Geradas	65.730	125.265	15.120	206.114

4.2.3 - PROGRAMA QUALIDADE DO ENSINO - PQE

PROGRAMA DE OBRAS ANO 1

MUNICÍPIO	Nº DE ESCOLAS	Nº SALAS DE AULA	Nº DE VAGAS	ÁREA (M ²) CONSTR.	CUSTO
ALMIRANTE TAMANDARÉ	5	30	3150	5.772,98	1.774.938
RONCADOR	1	8	840	1.402,40	416.456
QUEDAS DO IGUAÇU	1	6	630	1.056,50	316.738
S.TEREZINHA DO ITAÍPU	1	8	840	1.088,91	323.362
TELÉMACO BORBA	1	6	630	1.237,85	367.591
TIBAGI	1	6	630	1.111,90	330.189
TERRA BOA	1	8	840	1.214,24	360.580
COLOMBO	1	4	420	859,90	253.871
ITAPERUÇU	1	7	735	1.118,90	332.268
LARANJEIRAS DO SUL	1	4	420	773,67	229.749
SARANDI	1	10	1050	1.375,31	408.412
CASCATEL	2	22	2310	3.309,81	982.880
CURITIBA	4	70	7350	9.571,25	2.864.337
JURANDA	1	6	630	1.171,60	347.918
LONDRINA	2	23	2415	3.489,68	1.046.904
PINHÃO	1	8	840	1.069,20	320.760
RIO BRANCO DO SUL	2	8	840	313,04	393.912
TOLEDO	1	12	1260	336,25	400.875
GUARAPUAVA	1	10	1050	1.480,04	440.012
CASTRO	1	6	630	1.200,37	360.111
PONTA GROSSA	1	5	525	1.167,11	350.133
ARAPONGAS	1	8	840	1.398,96	419.688
MARINGÁ	1	12	1260	1.549,64	478.392
TOTAL	33	281	29505	45.069,51	13.490.76

PROGRAMA QUALIDADE DO ENSINO - PQE

ANO II - PREVISÃO DE ÁREA E VALORES

MUNICÍPIO	Nº DE ESCOLAS	Nº SALAS DE AULA	Nº DE VAGAS	ÁREA (M ²) CONSTR.	CUSTO
ALMIRANTE TAMANDARÉ	4	34	3.570	4.886,70	1.728.345,00
APUCARANA	2	18	1.890	2.512,00	879.200,80
BITURUNA	1	6	630	1.022,40	375.800,00
CAMPO MOURÃO	1	8	840	1.308,90	483.115,00
CASCATEL	3	25	2.625	4.095,60	1.508.460,00
CORBÉLIA	1	10	1.050	1.322,60	450.940,00
CURITIBA	3	34	3.570	4.462,80	1.625.010,00
FOZ DO IGUAÇU	4	66	6.930	7.547,60	2.716.660,00
GOIOERÉ	1	8	840	1.155,20	404.320,00
GUAÍRA	1	8	840	1.387,40	510.590,00
GUARAPUAVA	3	26	2.730	2.542,60	914.910,00
IRATI	1	8	840	1.189,40	416.290,00
LONDRINA	3	24	2.520	3.687,70	1.365.695,00
MAL. CANDIDO RONDON	1	10	1.050	1.486,40	545.240,00
MISSAL	1	6	630	1.022,00	357.700,00
PALMEIRA	1	6	630	1.155,20	429.320,00
PINHAI	1	8	840	1.155,20	429.320,00
PONTA GROSSA	5	34	3.570	6.042,40	2.239.840,00
SAO JOÃO DO IVAÍ	1	6	630	1.155,20	429.320,00
TOLEDO	4	32	3.360	4.952,00	1.808.200,00
UMUARAMA	1	8	840	1.155,20	429.320,00
UNIAO DA VITÓRIA	1	8	840	1.155,20	404.320,80
TOTAL	44	393	41.265	56.379,30	20.433.815,00

CONTRATO COM O BANCO MUNDIAL : Assinatura : 26/10/94

Efetivação : 26/01/95

Obras licitadas em 95 : 32 - área = 44.934,48
custo = 14.085.700,88

PROGRAMA QUALIDADE DO ENSINO - PQE

CRONOGRAMA FINANCEIRO (US\$)

EXPANSÃO E MELHORIA NA REDE FÍSICA

ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
5.540.934	14.258.291	14.510.937	11.079.500	11.078.873
TOTAL US\$ 66.468.535				

SUPRIMENTOS

MATERIAL	Nº Estabelecim. atendidos	Nº Municípios atendidos
Permanente	1448	313
Consumo	2483	471

RECUPERAÇÃO DE CARTEIRAS

MATERIAL	Nº Estabelecim. atendidos	Nº Municípios atendidos
21.613 Carteiras	577	155

4.2.4 - PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 1995

Nº MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº ESCOLAS ATENDIDAS	Nº ALUNOS ATENDIDOS	PESO (EM KG)	VALOR (EM R\$)
371	5.640	887.266	8.398.389.670	13.855.909.96

FUNDO ROTATIVO 1995

VALORES LIBERADOS:

FUNDO ROTATIVO	R\$ 9.752.042,97
COMPLEMENTOS	R\$ 134.050,94
TOTAL LIBERADO	R\$ 9.886.093,91

Número de escolas atendidas: 2084
Número de municípios atendidos: 371

4.2.5 - USINAS DO CONHECIMENTO

Em 95 foi elaborado o projeto de engenharia e realizado o lançamento do Projeto da Usina do Conhecimento em Londrina, no qual se destacam os seguintes

Números Significativos

	ÁREA CONSTRUÍDA	CUSTOS
Espaço 1 -	241,47 m2.....	R\$ 100.000,0
Espaço 2 -	386,43 m2.....	R\$ 150.000,0
Espaço 3 -	579,67 m2.....	R\$ 230.000,00

Situação em dezembro 95

- Assinatura do convênio/ aditivo com o CITIPAR
- Formação equipe/coordenação com seleção de consultores
- Projeto de Engenharia concluído
- Seleção do terreno em Londrina
- Elaboração do plano de ação da coordenação

4.2.6 - PROGRAMA RÁDIO ALUNO

Este programa envolve 62 emissoras paranaenses e 2 emissoras catarinenses, com 68 municípios participantes, beneficiando 540.000 alunos envolvidos diretamente, em 32 escolas estaduais envolvidas, com 18 programas semanais e 103 autoridades envolvidas nos debates.

4.2.7 - BANCO DE DADOS EDUCACIONAIS

SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR - MATRÍCULA INICIAL POR MODALIDADE E NÍVEL DE ENSINO - BIM.

	TOTAL				URBANA				RURAL			
	TOTAL	EST.	MUN.	MUZ.	TOTAL	EST.	MUN.	MUZ.	TOTAL	EST.	MUN.	MUZ.
PRÉ-ESCOLAR	89574	7115	59228	23231	84404	7108	55012	22288	5170	9	4218	945
1º GRAU - 1ª A 4ª	890883	183108	475035	232752	718702	179419	328439	210844	172191	3687	148598	21808
1º GRAU - 5ª A 8ª	734523	701276	32268	979	701273	672526	27937	810	33250	28750	4331	169
1º GRAU TOTAL	1625418	884382	507303	233731	1419975	851945	356378	211654	205441	32437	150927	22077
2º GRAU REGULAR	311087	310895	192	0	309355	309285	70	0	1732	1610	122	0
SUPLETIVO F1	11138	2875	5137	3124	11118	2875	5117	3124	20	0	20	0
SUPLETIVO F2	40837	38643	2194	0	40837	38643	2194	0	0	0	0	0
SUPLETIVO F3	8939	8695	244	0	8939	8695	244	0	0	0	0	0
ENSINO ESPECIAL	13153	4839	3357	4957	12957	4815	3251	4891	198	24	108	88
TOTAL	2100142	1257444	577655	265043	1887583	1223364	422264	241955	212559	34080	155391	23088

LEGENDA: EST. - ESTADUAL; MUN. - MUNICIPAL; MUZ. - MUNICIPALIZADA

4.2.8 - ENSINO SUPERIOR

A Rede de Ensino Superior do Estado do Paraná é formada por 61 instituições, distribuídas em quatro redes de ensino, com um universo aproximado de 100.000 alunos. As instituições de ensino superior estaduais são em número de 16 - 5 Universidades e 11 Faculdades Isoladas. Elas são responsáveis por 46% dos alunos de 3º grau do Estado, beneficiados com a gratuidade de um ensino superior de qualidade.

Dentre as atividades desenvolvidas neste ano destacam-se:

- a consolidação do Sistema Estadual de Ensino Superior Gratuito, beneficiando 45.795 alunos de graduação - são 11.621 vagas ofertadas anualmente em concurso vestibular, nas diversas áreas de ensino;
- oferta de 164 cursos de graduação, 24 de pós-graduação (22 mestrados e 2 doutorados), cujo desenvolvimento utilizou força de trabalho de 4.778 docentes e 5.457 técnicos administrativos;
- o incentivo à qualificação docente, através do afastamento com ônus para o Estado para cursos de pós-graduação de 58 professores, bem como a atribuição de incentivo à titularidade aos salários de 26 docentes, contemplados, também, com a devida promoção-elevação de classe/nível.
- em 95 foram reconhecidos pelo MEC: a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNIOESTE); os cursos de graduação em Pedagogia e Física da UEPG; Ciências e Biologia da UNICENTRO; Esquema I da UNIOESTE/ FACITOL; Pedagogia da UEM e Educação Artística e Artes Cênicas, da FAP.
- autorizado o funcionamento do curso de Química para Licenciatura e Bacharelado da FAFIG/UNICENTRO, de Guarapuava;
- adotadas medidas com vistas à descentralização da administração no âmbito das Instituições Estaduais de Ensino Superior, normalizando e simplificando procedimentos na outorga aos Dirigentes da Assinatura de Termos de Cooperação Técnica e Convênios de interesse da instituição e da sociedade;
- proposto Projeto de Lei para remunerar, em adicional, os servidores das IES que participam de serviços a terceiros, permitindo, desta forma, a sua participação nos lucros da organização;
- proposta minuta de decreto visando desburocratizar os processos de ingresso temporário nas IES, diminuindo os transtornos causados em situações excepcionais com a demora da reposição docente em prejuízo do aluno;
- proposta para aferir maior autonomia aos dirigentes das Faculdades Isoladas na diminuição dos mecanismos que impedem a alteração de carga horária docente;
- encaminhadas consultas eletivas à comunidade, objetivando a nomeação dos dirigentes da EMBAP, FAP, FAEFIJA, FAFIJA, FAFI de Cornélio Procópio, FAFI de União da Vitória, FAFIPAR, UNICENTRO e UNIOESTE.

O custo da manutenção da Rede Estadual resultou em R\$ 129.583.275,00, dos quais R\$ 123.655.953,00 foram para pessoal, R\$ 1.286.021,00 para investimentos, enquanto R\$ 4.641.301,00 ficaram para outras despesas correntes.

4.3 - PARANÁ + ESPORTE

O programa objetiva prioritariamente garantir o acesso ao esporte e lazer para toda a população e fazer com que a Educação Física Escolar contribua como educação para a saúde, lazer e vida do cidadão. Para concretizar o programa, foi fundamental a melhoria da qualificação dos profissionais que atuam na área, a ampliação do marketing no esporte paranaense e a adequação da infra-estrutura física e administrativa esportiva e de lazer do Estado. Uma atuação encarregada do esporte e do lazer tornará possível a atuação integrada dos vários segmentos envolvidos no setor, através de parceria.

Principais atividades desenvolvidas no exercício:

Vila Olímpica do Paraná

Objetivo:

- a formação de estudantes e atletas para um maior desenvolvimento dentro do esporte, formando a futura geração olímpica paranaense e brasileira;
- criar condições para o desenvolvimento do esporte e atividade física;
- tornar-se um pólo da prática esportiva, do desenvolvimento do esporte e da pesquisa;
- desenvolver uma infra-estrutura de excelência para a realização de eventos esportivos de grande porte e assegurar condições de treinamento, hospedagem e alimentação para equipes e seleções;
- incentivar e promover a prática de atividades físicas com bases na saúde e lazer;
- promover a capacitação de recursos humanos através de cursos, encontros, seminários, palestras e estágios;
- auxiliar e amparar eventos de órgãos afins;
- projetar o Estado do Paraná, seus valores esportivos, profissionais (científicos), como pólo de desenvolvimento esportivo, gerando divisas e promovendo seu nome.
- estimular projetos de âmbito estadual que possibilitem a descoberta de talentos esportivos, oferecendo condições técnicas e científicas indispensáveis para sua evolução.

Jogos Abertos do Paraná

Com vistas a aprimorar a qualidade técnica de seus atletas e projetar o esporte do Paraná a um lugar de destaque no cenário nacional, foram realizados os XXXVIII Jogos Abertos.

Jogos da Juventude do Paraná

O objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens atletas paranaenses.

Jogos da Juventude Brasileiros

O Paraná fez-se representar nesta competição, de âmbito nacional, realizada em João Pessoa - PB, sagrando-se campeão em handebol masculino e conquistando o terceiro lugar na categoria feminina.

Jogos Abertos Brasileiros

Competição promovida pelo Ministério Extraordinário de Desportos, visando à confraternização entre as equipes campeãs dos Jogos Abertos Estaduais, realizados em Indaiatuba - SP.

Jogos dos Servidores das Universidades do Paraná

Visando proporcionar aos servidores públicos estaduais atividades esportivas e de lazer, foram realizados em Marechal Cândido Rondon, com a participação de 450 servidores.

A Paraná Esporte tem, entre outras, a atribuição de apoiar os eventos esportivos realizados pelos municípios. Neste sentido, apoiou 170 municípios, com repasse de material esportivo, no montante de R\$ 40.611,00.

4.3.1 - ECO-VERÃO

Realizado em janeiro e fevereiro, com atividades de esporte-lazer aos veranistas que freqüentam os balneários paranaenses. Foram beneficiados com o evento 550.000 participantes, com esportes populares, além do serviço de informações aos turistas.

4.3.2 - FRUTOS DA TERRA

Com o objetivo de promover o incentivo técnico educacional e financeiro a jovens talentos esportivos do Estado, e criar condições para o surgimento de novos valores, auxiliou 240 atletas/mês, com uma bolsa de meio salário mínimo mensal, com recursos provenientes do SERLOPAR.

4.3.3 - PARCERIA ESPORTIVA

O Governo do Estado, em parceria com seis prefeituras municipais, propiciou aos municípios a construção/recuperação de instalações esportivas em escolas públicas e ginásios de esportes.

4.3.4 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS E ENTIDADES

Com o objetivo de custear eventos promovidos por entidades esportivas do Estado, foram repassados recursos financeiros no valor de R\$ 180.000,00 no exercício.

A Paraná Esporte atendeu 2 pedidos de municípios com recursos financeiros para a realização de atividades esportivas. Valor R\$ 60.000,00.

Atendeu também a 4 pedidos municipais para reparos e adaptações de instalações esportivas. Valor R\$ 61.229,00.

4.3.5 - LAZER EM AÇÃO

Este projeto contou com quatro atividades. Com o intuito de levar esporte e lazer às comunidades do Estado, a Paraná Esporte desenvolveu:

- Festival de Truco: foram atendidos 83 municípios com material esportivo, no valor de R\$ 2.300,00;
- Jogos da Criança: efetivados na semana da criança, envolveu 148 municípios, que receberam kits de material esportivo, somando R\$ 16.320,00;
- Passeio Ciclístico: 90 municípios receberam premiação para distribuir aos participantes do evento. Custo total R\$ 2.318,00.;

- Festival do Dia do Trabalhador: foram contemplados 120 municípios com material esportivo. Valor R\$ 13.132,00.

4.4 - CRIANÇA + FAMÍLIA

Este programa visa formular e desenvolver uma política de assistência social que priorize ações de caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos de acesso aos serviços essenciais, diminuindo ações assistencialistas e possibilitando a ampliação de atividades produtivas.

A Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR, tem por finalidade a organização, o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a articulação da política estadual da assistência social, conforme os princípios da Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Com base em princípios, diretrizes e linhas de ação programática redefinidas, a legislação em vigor exigiu uma total readequação das ações e o reordenamento institucional, com a estruturação do Estado e dos municípios para atuação na área social.

Isto significa a prestação de serviços de assessoramento às instituições governamentais e não-governamentais, fundamentados no conhecimento da realidade de cada município, bem como em um processo de planejamento que contribua com o desenvolvimento e execução de programas sociais e projetos de enfrentamento à pobreza. Significa, também, dar apoio ao reordenamento político, jurídico e administrativo das instituições assistenciais nos municípios.

Este reordenamento, com base na LOAS, imprimiu uma nova postura na prestação dos serviços públicos assistenciais, superando a perspectiva assistencialista, subsidiando técnica e financeiramente iniciativas que garantem a melhoria das condições de vida da população excluída dos mínimos sociais, dentro de uma perspectiva emancipadora.

Para a consecução de seus objetivos, a SECR definiu quatro eixos de atuação para a execução das atividades nas áreas de assistência social, de desenvolvimento comunitário, de apoio às atividades produtivas e de apoio à política municipal de assistência social, repassando recursos no valor de R\$ 2.576.126,37 para prefeituras municipais e entidades sociais, com vistas ao desenvolvimento de projetos em parceria.

No conjunto das políticas da SECR, a Coordenadoria de Assistência Social - CSS e o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP têm como finalidade coordenar as ações da área de assistência social visando ao atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, através da formulação e assessoria a programas e projetos voltados a fornecer subsídios aos municípios para o atendimento das necessidades sociais ligadas à família, crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Nesse sentido foram repassados, através da SECR, recursos no valor de R\$ 1.233.112,66 para o desenvolvimento dos projetos:

CRECHE: atende crianças entre 0 e 6 anos para suprir necessidades básicas. O valor de R\$ 611.541,53 foi para construção, reforma, ampliação, equipamentos e material de consumo e atendeu 4.057 crianças diretamente e 16.228 pessoas indiretamente.

PIÁ: crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos para ação sócio-educativa, implantado em três unidades (Lindoeste, Cambé, Medianeira) para atender 150 crianças.

DA RUA PARA A ESCOLA: fornecimento de uma cesta básica para famílias de meninos em situação de rua para incentivar o retorno ao lar. Implantando em seis municípios beneficiado em Almirante Tamandaré 226 crianças, Lapa 40, Pinhas 49, Irati 45, Ponta Grossa 252, São Jerônimo da Serra 41. No total de 643 famílias perfazendo aproximadamente 3.200 pessoas.

FORMANDO CIDADÃO: atinge a faixa etária de 7 a 17 anos, visando atendimento integral na estrutura dos Quartéis da Polícia Militar (Bombeiro, Cavalaria, Logístico etc.). Implantado em três municípios: Curitiba, Maringá e Cascavel, com 20 adolescentes em cada.

APOIO A PROJETOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos pertencentes a famílias desprovidas de recursos, como ação complementar a escola. Foi repassado R\$ 215.167,30 para atender reforma, construção, ampliação e material de consumo em 18 municípios, beneficiando 2.560 crianças e adolescentes, e indiretamente 10.240 pessoas.

FAMÍLIA ITINERANTE (ALBERGUE): atendimento a famílias itinerantes para meio de hospedagem e orientações temporárias. Foram repassados recursos para equipamentos em dois albergues (Pérola e Porecatu), construção e reforma em outros três (Maringá, Porecatu e Pérola) no valor de R\$ 119.708,40, beneficiando 1.070 pessoas.

APOIO FAMILIAR: atendimento e ações sócio-educativa às famílias desprovidas de condições básicas. Foram repassados recursos no valor de R\$ 78.199,00 para diversos municípios, beneficiando aproximadamente 7.630 pessoas.

AUTO-SUSTENTAÇÃO PARA ENTIDADE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E IDOSOS: foram implantados 16 projetos atendendo 3.079 deficientes e idosos, sendo repassados R\$ 115.929,23 englobando 14 municípios.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA E PRODUÇÃO - 3ª IDADE: este centro destina-se ao espaço para convivência do idoso. Foram repassados R\$ 12.311,20 para reforma e equipamento dos centros nos municípios de Cambira e Iporã, no total de 410 idosos.

APOIO A ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESCOLAS ESPECIAIS: apoio à construção de centros de atendimento em Toledo, com capacidade para 250 deficientes auditivos. Com repasse no valor de R\$ 51.209,00.

REVITALIDADE DE ASILOS: este projeto prevê a humanização nos asilos. Foram repassados R\$ 29.047,00 para atendimento de 300 idosos do Lar São Vicente do Paula em Umuarama.

O Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, criado pela Lei 8.485, de 3 de junho de 1987, com a denominação de Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, transformado em entidade autárquica pela Lei 9.663, de 16 de julho de 1991 e regulamentado pelo Decreto 959, de 28 de junho de 1995, tem como objetivo central a execução de programas de assistência social de acordo com as diretrizes da SECR.

Com o objetivo de operacionalizar suas diretrizes programáticas, consubstanciadas na legislação vigente para a área da assistência social e proteção integral à criança e ao adolescente, o IASP tem como prioridade a proteção especial aos adolescentes autores de infração penal e as crianças e adolescentes atendidos em abrigos e suas famílias. Em 1995 atendeu, através de suas 19 Unidades Sociais Oficiais, 6.374 crianças e adolescentes e concedeu auxílios e benefícios a 441 pessoas carentes.

O total de recursos repassados para prefeituras municipais e entidades sociais para a execução de programas foi de R\$ 2.381.288,69. Foram, também, promovidas gestões junto a prefeituras municipais, conselhos e demais organizações governamentais e não-governamentais para a implantação dos projetos CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL, SEMILIBERDADE E ATENDIMENTO EM LIBERDADE ASSISTIDA, ABRIGOS E CASAS LARES.

Ainda na área de assistência social, através do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foram repassados recursos para 9 entidades com destinação específica para atendimento à proteção especial, no valor total de R\$ 313.062,90.

Na área de desenvolvimento comunitário, cumprindo uma das diretrizes da LOAS, a SECR interagiu junto aos segmentos mais empobrecidos da sociedade, fomentando a organização comunitária, categorias de classe e congêneres, criando condições para o exercício da cidadania.

Desenvolveu os projetos:

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NAS VILAS RURAIS: o projeto objetiva proporcionar à população das Vilas Rurais à melhoria da qualidade de vida oferecendo infra-estrutura social e organização comunitária. Foi repassado R\$ 9.845,86 para construção do salão comunitário em Toledo, que beneficiou 90 pessoas.

ASSENTAMENTOS RURAIS: organização interna das áreas como mola mestra para o desenvolvimento econômico e social. Implantou unidades de produção rural em nove assentamentos, beneficiando 3.950 pessoas, com custo de R\$ 104.506,65.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA: são espaços onde predominam a população de baixa renda. Foi atendido 14 municípios com construção, reforma e ampliação de centros comunitários, beneficiando 3.700 pessoas, a um custo de R\$ 261.287,47.

CENTRAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: procura reunir, preferencialmente, num mesmo espaço físico a produção de hidrossolúveis (vaca mecânica), multimistura (farinha múltipla), panificação e pastício. Foram repassados R\$ 298.720,73 para aquisição de 18 panifícios e 8 pastícios, beneficiando 22.250 pessoas.

CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS: foram realizados 68 cursos em 68 municípios atingindo a 2.006 participantes.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - FUNDEC: atendimento a mini e pequenos produtores rurais. Foram implantados em 11 unidades de produção rural, beneficiando 5.421 pessoas, a um custo de R\$ 107.090,43.

Na área de apoio às atividades produtivas, a SECR procurou apoiar iniciativas no sentido de criar condições de inserção social e profissional de pessoas e grupos sem acesso às condições de geração de renda, estimulando o desenvolvimento da capacidade produtiva a nível individual ou coletivo através dos projetos Linha e Estação do Ofício, Estação de Produção, Estação do Ofício para Pessoas Portadoras de Deficiência, Programa do Artesanato Paranaense e Piá no Ofício, com repasses no valor de R\$ 516.187,87.

Para a implantação da LINHA DO OFÍCIO, foi adaptado um ônibus no valor de R\$ 19.898,00, destinado ao município de Toledo, onde foram realizados 8 cursos de iniciação profissional, formando 110 alunos. Foram adquiridos mais 15 ônibus, no valor de R\$ 280.500,00, cuja adaptação encontra-se em fase de execução, a um custo de R\$ 292.500,00 o que possibilitará a formação de 2.700 alunos/ano. Também no município de Toledo foi implantada uma estação do ofício.

PIÁ NO OFÍCIO tem como iniciativa profissional adolescente entre 14 e 18 anos, com inserção no mercado de trabalho. Foi implantado nos municípios de Paranavaí, Campo Mourão, Arapongas e São José dos Pinhais.

ESTAÇÃO DA PRODUÇÃO tem como objetivo o desenvolvimento de atividades produtivas que oportunizam a profissionalização e geração de rendas a pessoas carentes. Foi implantado em 14 unidades produtivas, beneficiando 210 pessoas com geração de rendas e 1.050 de forma indireta a um custo de R\$ 178.780,58.

O início das obras de restauração do imóvel onde está instalado o PROGRAMA DO ARTESANATO PARANAENSE, a instalação da loja "Feito aqui Paraná", a implantação do Conselho do Artesanato Paranaense, e a realização do Concurso de Presépio Natalino e de feiras de artesanato, foram as ações de destaque do Projeto de Incentivo e Valorização do Artesanato. O custo do Programa foi de R\$ 268.436,90 sendo que R\$ 119.000,00 oriundos da iniciativa privada.

A organização municipal insere-se no conjunto das políticas da SECR e do Governo do Estado, quando este prioriza o município como instância onde os problemas acontecem e podem ser mais facilmente resolvidos.

Neste contexto, o processo de organização municipal é fundamental, na medida em que as entidades sociais implementem ações de cunho profissional e de modernização das próprias ações e o poder público assuma a responsabilidade pelo comando das ações nesta área.

O trabalho de organização municipal é pré-requisito para a implementação da LOAS e dos programas e projetos da SECR e foram aplicados nesta área, recursos no valor de R\$ 45.374,70. A SECR e seus Escritórios Regionais viveram um intenso processo de aprendizagem juntamente com a sociedade civil, através da participação de seus segmentos representativos. Os resultados desses processos foram concretizados nas Conferências Regionais, Estadual e Nacional com a participação efetiva do Estado do Paraná, não só em termos de representatividade como na apresentação de teses a serem contempladas pela política pública de assistência social.

A intensa mobilização de organizações governamentais e não-governamentais em torno da implementação da LOAS levou a um processo de maior envolvimento de prefeituras municipais, entidades e da sociedade civil com a área da assistência social, privilegiando a participação e a descentralização.

O processo de organização municipal dependerá da capacitação de recursos humanos nos diversos segmentos e da estruturação dos escritórios regionais e das instituições, processo este gradativo.

O Estatuto da Criança e Adolescente teve consolidados os seus fundamentos como continuidade do processo já iniciado desde que a lei foi promulgada.

A SECR, visando orientar os municípios para a construção de Creches, Piás, Centros de Convivência da Família, Centros de Apoio ao Trabalhador Rural Volante e Portais do Ofício, tendo em vista o melhor aproveitamento do espaço físico, elaborou, através do

DECOM, os projetos padrão arquitetônicos e complementares, com um custo da ordem de R\$ 30.000.00.

Este foi o primeiro passo para a execução da ação programática proposta junto aos municípios, orientada conforme as políticas estabelecidas para a área social, em consonância com a legislação em vigor.

Além da reestruturação programática e da organização municipal, houve um investimento na área administrativa da SECR e escritórios regionais, com a instalação de rede elétrica e lógica para a implantação de sistemas de acompanhamento das ações, tramitação de processos e demais procedimentos administrativos de forma integrada. Foi também efetivado o treinamento da equipe técnica e de apoio para a utilização dos software e demais sistemas disponíveis e da rede instalada.

4.5 - PARANÁ + HABITAÇÃO

Este programa objetiva concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional de uma significativa parcela da população, possibilitando a implementação de estratégias para segurar a casa própria, material de construção e lotes urbanizados e no meio rural o assentamento dos trabalhadores volantes.

4.5.1 - AUTOCONSTRUÇÃO

O Programa Autoconstrução é destinado a famílias de baixa renda (1 a 3,5 SM) e que não possuam imóvel, onde o futuro morador escolhe o seu terreno dentro do loteamento, participa da elaboração do projeto, adquire o material que preferir e administra a construção de sua casa com a supervisão técnica da COHAPAR, resultando com isso em uma moradia executada com qualidade, rapidez e de baixo custo.

Para cada unidade autoconstruída, estima-se a geração de cinco empregos diretos e indiretos, no período de construção, cuja duração média é de cinco meses.

4.5.2 - ENCAMINHADOS À CEF (PRÓ-MORADIA)

Foram encaminhados e hierarquizados pelo Conselho Estadual de Política Urbana, 193 empreendimentos habitacionais, com recursos totais de R\$ 54.264.000,00, dos quais R\$ 12.324.000,00 são de contrapartida do Estado e municípios, prevendo atendimento a 111 municípios, com um total de 11.804 moradias, beneficiando 44.855 pessoas.

Destes, 145 projetos foram encaminhados à CEF, com recursos garantidos, totalizando 8.811 moradias, beneficiando 33.482 pessoas e envolvendo um empréstimo total de R\$ 33,08 milhões.

São projetos a serem executados com recursos do FGTS, através do Programa Pró-Moradia do Governo Federal.

4.5.3 - RUA DE OFÍCIOS

Em conjuntos habitacionais do Paraná, estimativas indicam que o desemprego chega a 60%.

Com a intenção de gerar empregos e promover uma animação urbana nesses empreendimentos, a Rua de Ofícios está sendo implantada sempre na rua com maior vocação comercial do conjunto habitacional, onde é acrescentado à moradia um espaço edificado de 10 a 15 metros quadrados, servindo como loja de comércio ou ateliê de ofícios. Para diferenciar-se das outras ruas, recebem um tratamento paisagístico.

O Programa Rua de Ofícios conta com 29 empreendimentos em estudo de viabilidade, e 6 em obras.

4.5.4 - CASA DA FAMÍLIA

Programa implantado a partir de 1991, executado pelo sistema mutirão, onde a Prefeitura participa com a doação do terreno e infra-estrutura, a população com a mão-de-obra e o Governo do Estado financia o material de construção.

Em janeiro de 1995, havia 83 conjuntos paralisados, dos quais 35 foram reativados durante o exercício 1995.

FASE	Nº CONJUNTOS	Nº UNIDADES
Entregues	81	6.004
Em Obras	162	13.868
TOTAL	243	19.872

Através deste programa, foram investidos cerca de R\$ 18 milhões, beneficiando 75.513 pessoas.

Cadastro da Demanda Habitacional

Para se ter o levantamento do déficit habitacional do Estado, a COHAPAR realizou um cadastramento em 341 municípios e 18 distritos, totalizando 119.593 inscrições.

Esses dados permitirão traçar o perfil da demanda no Paraná e serão um referencial para que a SEPH - COHAPAR planeje melhor suas ações.

Redução da Inadimplência

De 23 mil devedores, 10 mil saldaram suas dívidas após um trabalho de campo envolvendo técnicos dos 13 escritórios regionais da Cohapar. Neste trabalho de renegociação, a empresa ofereceu alternativas de pagamento, como: aglutinação em cobranças trimestrais para 16 mil moradores que pagam prestações abaixo de R\$10,00, reduzindo seus prazos de financiamento e quitação de saldos devedores pelo número de prestações restantes, ou com o FGTS com desconto de até 50%.

4.6 - PARANÁ + JUSTIÇA

O programa tem como finalidade promover uma política penitenciária adequada aos objetivos de custódia e recuperação dos detentos. Desenvolver ações voltadas à programação e ao respeito ao indivíduo consumidor, através do Procon, garantindo ao carente o acesso à Justiça e o respeito aos direitos humanos e sociais, através da Defensoria Pública.

4.6.1 - CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES - CONEN-PR

O Conselho Estadual de Entorpecentes do Paraná - CONEN-PR desenvolveu a prevenção; orientação às escolas, empresas e grupos comunitários; recuperação; e orientação de textos e material didático, em escolas; empresas - SIPAT; grupos comunitários; grupos religiosos; grupo de jovens (escoteiros da igreja, etc.); clubes de serviço - (Rotary, Lions, etc.); cursos abertos à comunidade.

Grupos comunitários, como por exemplo associações de moradores, igrejas, grupos de jovens e clubes de serviços, têm solicitado e obtido, do CONEN-PR, palestras, orientação e encaminhamento do usuários de drogas para recuperação, assim como cursos de formação para atuar na prevenção ao uso e abuso de drogas.

É preciso destacar aqui o curso aberto a comunidades que se convencionou chamar "Módulos", pela sua natureza estrutural. Os módulos foram elaborados em diferentes horários, de modo a permitir às pessoas interessadas diferentes opções ou chances de participação. Foram realizados 6 módulos na sede do CONEN-PR.

Este programa de Prevenção em drogas é composto de onze módulos de duração mínima de três horas cada, que vão desde a prevenção e tratamento até a legislação vigente.

As atividades do CONEN-PR atingiram diretamente o universo de mais de nove mil pessoas, na sua grande maioria educadores que atuaram na prevenção, aumentando significativamente o número de beneficiados pelas suas atividades.

4.6.2 - CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO - CONPEN

O Conselho realizou 218 sessões, nas quais foram apreciados, até o final do exercício, cerca de 1.500 processos.

No Centro de Observação Criminológica e Triagem, o Conselho Penitenciário, em cumprimento ao disposto no artigo 137 da Lei de Execuções Penais, presidiu 51 (cinquenta e uma) Cerimônias de Livramento Condicional, nas quais foram liberados cerca de 106 apenados.

4.6.3 - DIREITOS DA CIDADANIA

Objetiva educar para os direitos humanos - pela realização de cursos, palestras, grupos de discussão, reuniões com prefeitos, secretários municipais e diretores de departamentos de educação, nos municípios e associações paranaenses, com o objetivo de divulgar o conteúdo e o significado dos direitos humanos, estimular a participação dos cidadãos nas questões de sua comunidade e criar grupos de direitos humanos multiplicadores. Foram atendidas aproximadamente 2.000 pessoas, abrangendo 11 municípios.

Pró-Cidadania

Celebração de convênio com Municípios e Associações, com o objetivo de promover meios para alcance da cidadania, da população carente, no que se refere à documentação

pessoal exigida por lei. Foram atendidos 179 municípios e associações, com repasse de R\$ 803.586,89.

Reestruturação e Orientação à Vítima de Crime -PROVIC

Atendimento jurídico, psicológico e social aos indivíduos e famílias carentes, para orientação no atendimento dos direitos humanos e da cidadania, encaminhamento de procedimentos legais, execução de ações para a assistência às vítimas de crime ou de ação criminosa de ofensa à integridade física, com a proposição de 21 ações, e atendimento a 300 pessoas.

Fórum da Cidadania

Em fase de instalação, o Fórum se constituirá num centro de referência de direitos humanos, com o objetivo de atender à população carente em seus direitos. Com previsão de inauguração para janeiro de 1996, o Fórum da Cidadania será instalado em Curitiba. A meta é a instalação de outros nas demais cidades paranaenses, iniciando-se pelas capitais regionais. No Fórum, serão desenvolvidas todas as atividades da CODIC.

Defensoria Pública do Paraná

Objetiva melhorar o desempenho de suas atividades - prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial à população economicamente carente. Compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, a Defensoria Pública do Paraná modificou sua forma de atuação e, em consequência, aumentou significativamente o número de atendimento de pessoas, que diariamente necessitam desse serviço jurídico gratuito, alcançando o total de 22.000 atendimentos.

Em razão da Defensoria Pública não estar ainda totalmente estruturada e não possuir o seu quadro funcional, tornou-se necessária a celebração de convênios com inúmeros Municípios, Faculdades e Universidades para que, nos moldes dos anos anteriores, a assistência judiciária gratuita também fosse prestada às pessoas carentes domiciliadas no interior do Estado, através de advogados credenciados para a realização desse serviço. Assim, 126 convênios foram firmados (120 com os Municípios e 6 com Faculdades de Direito e Universidades), o que ensejou o atendimento jurídico a mais de 100.000 pessoas, totalizando R\$ 1.205.340,00 de recursos repassados.

Ainda, a Defensoria Pública do Paraná celebrou convênio com o Instituto de Mediação, associação civil sediada em Curitiba, pioneira no Brasil, implantando um serviço de mediação que, mediante a utilização de técnica adequada, possibilita a solução amigável dos conflitos que envolvem interesses de pessoas carentes, além de proporcionar o aprimoramento técnico dos servidores que atuam nessa área.

4.6.4 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Objetiva prestar serviços à população, através da coordenação da Política Estadual de Defesa do Consumidor, não só quanto ao seu atendimento, mas, também, desenvolvendo programas e projetos que visam sua conscientização e educação nas relações de consumo. Esses programas e projetos são traduzidos à população através das mais variadas atividades, como pesquisas de preços, elaboração, publicação e divulgação de material educativo e a descentralização da defesa do consumidor no Estado do Paraná, entre outras, objetivando difundir, a idéia da defesa do consumidor no Estado. Desenvolveu as seguintes ações e projetos:

- através da área jurídica o PROCON deu continuidade ao acompanhamento da AÇÕES CIVIS COLETIVAS DE INDENIZAÇÕES contra 45 administradoras de consórcios, visando à devolução das quantias pagas, corrigidas monetariamente, àqueles consorciados que desistiram dos seus grupos, e foram realizadas 635 audiências de conciliação.
- Termo de Compromisso com o Consórcio EQUITEL/FURUKAWA/ INEPAR com ciência da TELEPAR e DELCON, tendo em vista as inúmeras reclamações dirigidas a este órgão em relação ao Programa do Atendimento Integral à

Demanda (PAID), para expansão de terminais telefônicos, em razão do não cumprimento previsto nos contratos, decidiu, com base no parágrafo 6º, do art. 5º, da Lei nº 7347/85, para o fim de se providenciar a completa execução do referido programa e, assim, satisfazer os interesses dos assinantes contratantes do mesmo.

- com o objetivo de evitar abusos durante a temporada de verão, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon/PR, age em todo o litoral do Estado através de um Sistema Estadual Integrado de Defesa do Consumidor, do qual participam inúmeros órgãos na orientação, fiscalização e Defesa do Consumidor.

Comparação de preços de produtos de consumo básico - supermercados

Pesquisa de 164 produtos de consumo básico, realizada semanalmente em 11 supermercados da capital, cujos resultados são divulgados pela imprensa.

Escuta Procon

O objetivo deste projeto, além de repassar aos municípios paranaenses questões pertinentes à defesa do consumidor como dicas, informações e posicionamentos do PROCON/PR, através das rádios de todo o Estado, é a descentralização da defesa do consumidor, através da conscientização das administrações municipais da importância da criação de um PROCON municipal.

Comparação de Preços de Produtos de Consumo Básico - Cesta Básica

Face ao acordo firmado entre a Associação Paranaense dos Supermercados, o PROCON, a SUNAB e a Promotoria de Defesa do consumidor, foram realizadas pesquisas semanais em 11 supermercados de Curitiba, a fim de verificar se o referido acordo estava sendo cumprido, bem como divulgar à população quais os supermercados que estavam praticando os preços mais baixos em relação aos produtos cujos preços estavam acordados.

Comparação de Preços de Produtos e Serviços de Consumo Básico

Pesquisas de produtos e serviços de consumo básico, como: recauchutagem de pneu; tarifas bancárias; chaveiro; dedetização/desentupimento; serviços domésticos; fotocópias; telefone celular e vídeo locadoras, realizadas em datas comemorativas: Páscoa, Dia das Crianças, Natal, etc.

ABC do Consumidor

Objetiva levar informações aos consumidores sobre seus direitos, através de elaboração e divulgação de dicas, folders e cartilhas.

Nenhum município sem Procon

Eleita, no ano de 1994, como uma das prioridades do Governo do Estado, a descentralização da Defesa do Consumidor no Paraná continua sendo meta nesta nova gestão. Atualmente, existem 55 PROCONS implantados ou com a Lei de criação aprovada, e a Divisão de Estudos e Pesquisas está desenvolvendo uma série de atividades visando conscientizar as administrações municipais quanto à importância da criação de um órgão específico de defesa do consumidor. Dentre estas atividades, foram realizados 3 treinamentos aos técnicos de 28 municípios.

Disque Procon - 1512

O Projeto atendeu, em 1995, 28.895 solicitações de informações.

Escreva Procon

O Projeto recebeu 1.400 reclamações e/ou orientações, através de carta.

4.6.5 - SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

O Sistema Penitenciário do Paraná iniciou o ano com 3.859 presos, terminando o ano com uma população em torno de 4.049 detentos, composta por 3.887 homens e 162 mulheres.

O encaminhamento ao Conselho Penitenciário de 386 pedidos de indulto e comutação de pena para os internos de regime fechado, semi-aberto e regime aberto, sendo 135 pedidos de indulto e 251 pedidos de comutação de pena, atendendo ainda as solicitações dos presos que estão cumprindo pena nas cadeias públicas do interior do Estado.

O ensino formal é levado a efeito em todas as unidades penais, nos turnos da manhã, tarde e noite, com o apoio e acompanhamento da equipe de pedagogas da DIED no desenvolvimento do processo, desde a matrícula até o exame final. No início do ano de 1995, as atividades começaram com 1.006 alunos-presos matriculados, sendo que com o desdobramento em matrículas por disciplina, chegou-se ao atendimento de 1.678 matrículas na 1ª fase - 1ª a 4ª série, 1.449 matrículas na 2ª fase - 5ª a 8ª série e 830 matrículas na 3ª fase - 2º grau.

As atividades desenvolvidas no Projeto de Ressocialização Através da Profissionalização dos Internos teve continuidade após a ratificação de Termo de Cooperação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania com diversas entidades - Senai, Senac, Cefet, Sesc e Telepar - para a execução de cursos profissionalizantes.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES			
ANO	RECURSOS APLICADOS	NÚMERO DE CURSOS	NÚMERO DE PRESOS ATENDIDOS
1993	R\$ 14.925,49	27	426
1994	R\$ 24.236,36	53	772
1995	R\$ 51.137,20	49	683

Foram desenvolvidas ações para a implementação de canteiros de trabalho com a ocupação da mão-de-obra dos internos, sendo firmados 64 convênios com empresas privadas e com órgãos públicos, com a ocupação de 1.137 presos em canteiros de produção. O acompanhamento das atividades de mais 28 canteiros produtivos nas unidades penais, ocupando cerca de 485 presos, além de 104 canteiros de manutenção e conservação dos estabelecimentos que ocupam perto de 1.194 presos, bem como 24 canteiros de artesanato com 214 presos, o que totaliza em torno de 3.030 presos ocupados, com uma taxa de ocupação de 75 % do total de presos do Sistema Penitenciário.

Dentre as obras e melhorias realizadas nas instalações físicas das unidades penais, vale destacar as seguintes:

- construção da Penitenciária Estadual de Maringá: continuidade e conclusão das obras, com 5.300,00 m² de área construída, em fase final de acabamento;
- construção do Setor de Educação na Penitenciária Estadual de Londrina, concluída em dezembro/95, com 260 m² de área construída;
- construção do muro externo do anexo da Penitenciária Estadual de Londrina, com 180 m;
- construção de Posto de Revista e Vigia no Complexo Médico-Penal do Paraná, com cerca de 70 m.

Escola Penitenciária do Paraná

A Escola Penitenciária do Paraná, a quem compete a realização de cursos de formação, reciclagem e treinamento em serviço para os funcionários do Sistema Penitenciário em todos os níveis, mediante a realização de cursos de capacitação, treinamento e estágios de preparação para o provimento dos cargos de lotação do sistema, promoveu a realização de 30 cursos de treinamento e reciclagem com 59 turmas, atendendo a 1.563 servidores do Sistema Penitenciário.

Destacou-se a realização do VI Curso de Formação de Agentes Penitenciários, com vistas à implantação da Penitenciária Estadual de Maringá, cujo estágio foi executado junto à Penitenciária Estadual de Londrina.

Patronato Penitenciário do Paraná

O Patronato Penitenciário do Paraná, como órgão de execução penal, deu continuidade ao "Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso - Pró-Egresso", mediante a efetivação de 19 convênios com entidades públicas e privadas, Prefeituras e Faculdades do interior, dando atendimento a uma média mensal de 422 egressos de unidades penais e 262 egressos de cadeias públicas, bem como a uma média mensal de 470 pessoas em cumprimento de pena em regime aberto.

Através da execução do "Programa de Assistência ao Apenado nas Cadeias Públicas", foram dados 7.308 atendimentos de assistência a presos nas cadeias públicas, com uma média mensal de 609 presos, com 624 cadeias visitadas em 300 municípios do Paraná.

População Carcerária

O Sistema Penitenciário do Paraná, com uma capacidade nominal de projeto de 1.246 vagas para presos do sexo masculino em regime fechado, conta com uma população de 2.715 presos representando uma taxa de lotação de 218%.

A Colônia Penal Agrícola do Paraná, com capacidade nominal de projeto de 400 vagas para presos em regime semi-aberto masculino, abriga 825 presos, representando uma taxa de lotação de 206%.

No Complexo Médico-Penal do Paraná, unidade destinada a presos sob medida de segurança em regime fechado, com uma capacidade nominal de projeto para 200 presos do sexo masculino, existe uma população de 347 presos, portanto com ocupação de 173,5%.

Aconteceu 1.829 saídas definitivas de presos do Sistema; porém, no mesmo período houve 2.190 entradas novas, verificando-se que a população prisional aumentou de 3.859, para 4.049, havendo portanto um acréscimo de mais 190 presos no Sistema Penitenciário do Paraná, sem abertura de vaga, superlotando ainda mais os estabelecimentos penais.

Considerando a capacidade máxima de lotação nos estabelecimentos penais de regime fechado, isto é, utilizando-se beliches e triliches, há um excedente de 441 presos, já recolhidos ao sistema, porém sem acomodação adequada, utilizando colchões no chão das celas.

Perfil dos Presos

O perfil criminal dos presos do Sistema Penitenciário do Paraná tem se mantido nos últimos anos, onde a incidência maior se revela nos crimes de furto, roubo e atentado contra a vida, com 22%, 27% e 18% respectivamente.

Dos 4.049 presos, 503 são provisórios (12%), 632 são reincidentes (16%), e 2.914 (72%) são primários.

Da mesma forma, a faixa etária dos presos também não teve nenhuma alteração significativa, pois 69% conta com menos de 31 anos de idade.

Com relação ao estado civil, em torno de 50,6% dos presos são solteiros, 20,4% são casados e 22,3% são amasiados.

O perfil profissional dos presos do Sistema Penitenciário mostra que cerca de 35% são oriundos de atividades da construção civil, 20% da agricultura, 10,5% do comércio e 6,3% são provenientes de atividades da indústria.

Outra característica significativa se refere à escolaridade dos presos, pois a maioria não cursou o 1º grau. A situação de escolaridade dos presos mostra que 13,8% são analfabetos, 16,9% são somente alfabetizados e 54,4% têm o 1º grau incompleto, perfazendo 85%.

4.6.6 - JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial do Paraná participou no Encontro Nacional de Registro do Comércio, onde a Jucepar apresentou um painel especialmente quanto à descentralização dos Serviços, Recadastramento de Empresas, Protocolo com código de Barras e autenticação de processos, em que tais experiências têm servido de modelo para as demais Juntas Comerciais.

- Plano Setorial de Informática, visando à desburocratização e descentralização dos serviços oferecidos pela Jucepar, com elaboração em conjunto com a CELEPAR de um projeto de informática onde são contemplados os tópicos:
- serviço de auto atendimento;
- digitalização de processos;
- instalação de Rede Local Windows NT para a sede da Jucepar.
- Recadastramento de Empresas Mercantis e Industriais, viabilizado através de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Fazenda/Coordenadoria da Receita Estadual, visando ao recadastramento dos contribuintes paranaenses, criando um Banco de Dados a nível Estadual de todas as Empresas mercantis industriais.
- Recadastramento Municipal - Prestadoras de Serviços, em estruturação, com a participação das Prefeituras Municipais e Associações de Municípios.
- Em processamento o convênio a ser firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba para autorização governamental referente ao recadastramento das Empresas prestadoras de serviços, com previsão de deflagração do processo no mês de janeiro/96, devendo atingir 45.000 empresas prestadoras de serviços da grande Curitiba.

4.6.7 - IMPRENSA OFICIAL

A Imprensa Oficial do Estado, como entidade da administração indireta foi instituída para aperfeiçoar o sistema gráfico-editorial do Estado, tendo por objetivo editar o Diário Oficial e o Diário Oficial da Justiça, executar os serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual, além de enfeixar em livros os atos e trabalhos oficiais do Estado. Os serviços gráficos efetuados a terceiros se restringem exclusivamente à publicação de editais, avisos e matérias de obrigação legal.

O governo retomou a modernidade, através das redes de comunicação que estão sendo estendidas para todo o Estado, incluindo órgãos da capital e do interior.

Na modernização do parque gráfico contamos com a aquisição de uma impressora bicolor, uma impressora rotativa, para jornais, em fase de instalação, e uma processadora de fotolitos que será integrada ao sistema de computação gráfica.

Paralelamente, estará sendo implementado um programa de controle de qualidade, cujo treinamento será iniciado ainda neste ano, ao lado de um extenso programa de treinamento para os funcionários, que inclui cursos diversos na área de informática, já iniciado no primeiro semestre de 1995, até estágios técnicos na Imprensa Oficial de São Paulo, através de intercâmbio técnico já acertado com a Assessoria de Comunicação daquela entidade, sem custos.

4.6.8 - PESOS E MEDIDAS

Visa desenvolver suas atividades de proteção e defesa ao consumidor, quer através da fiscalização metrológica de rotina, quer através de atuação conjunta com outros órgãos ou entidades afins.

Além dessas atividades básicas, o IPEM/PR busca apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico, atuando na verificação do cumprimento à certificação da qualidade de produtos e serviços, tendo como parceiras instituições que desenvolvem estudos e pesquisas no Estado.

Como parte integrante da Rede Nacional de Metrologia Legal, o IPEM/PR exerce as mais diversas atividades delegadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, sob sua orientação e supervisão técnica

Neste sentido, o IPEM/PR delineou temas estratégicos de atuação, priorizando ações, a serem desenvolvidas e acompanhadas através de projetos específicos. Essa atuação pode ser agrupada nos seguintes temas estratégicos: Desenvolvimento das Atividades de Metrologia, Desenvolvimento das Atividades de Apoio à Normalização e Certificação da Qualidade, e Desenvolvimento das Atividades de Administração do IPEM/PR:

4.7 - PARANÁ + SEGURANÇA

Objetiva o desenvolvimento de atividades que proporcionem a segurança individual e do patrimônio, promovendo a defesa social do cidadão e a harmonia coletiva, tendo como pressuposto básico de atuação a qualidade da prestação dos serviços. A ênfase será destinada às ações orientadoras e educativas mediante contatos com as comunidades. A rapidez como resposta aos atendimentos será fator fundamental como ação de respeito ao usuário. A perfeita articulação entre a Polícia Militar e Polícia Civil será indispensável na aglutinação de esforços visando aos objetivos comuns.

A Segurança Pública tem, ao longo do tempo, procurado difundir táticas e procedimentos operacionais que se coadunem com a realidade mutável na Capital, Região Metropolitana de Curitiba e no interior do Estado.

O desencadeamento sistemático de operações gera na população uma maior sensação de segurança e proteção, ao mesmo tempo em que, presumivelmente, imprime um certo temor ou sentimento de risco na vontade de agir do delinqüente.

Na elaboração do planejamento é fundamental a priorização dos locais a serem protegidos, de acordo com a Demanda Potencial Estimada (Incidência de Delitos e Reclamos da Comunidade), de modo a agir com eficiência na utilização dos recursos disponíveis para alcançar os objetivos.

O objetivo de qualquer política pública para a área da segurança é colocar a criminalidade em um limite que não ameace a harmonia social e a própria ordem estabelecida. Assim, a Segurança Pública foi priorizada com uma série de medidas, a começar pelo investimento no policiamento ostensivo nas médias e grandes cidades paranaenses. O Governo do Estado buscou ainda, através do Patrulhamento da Fronteira, combater o contrabando de veículos e o tráfico de drogas. Além disso, o homem do campo passou a contar com a proteção da Unidade da Patrulha Rural.

A Segurança Pública através do investimento de R\$ 5.397.827,00 teve como objetivo a renovação e manutenção da frota de veículos e equipamentos como armamentos, comunicação, informatização da estrutura, materiais diversos para o Instituto de Criminalística, Instituto Médico Legal e Escola da Polícia Civil.

No âmbito da Polícia Civil, houve alteração do quadro de pessoal, com a nomeação de 93 servidores de diversas carreiras policiais civis e a exclusão de 99.

Através da Escola de Polícia Civil foram ministrados cursos a 259 alunos, dentre os quais: Formação Técnica Profissional (p/alunos novos), Escrivão de Polícia, Perito Criminal, Datiloscopista, Operador em Telecomunicações, Investigador de Polícia, Auxiliar de Necrópsia, Identificador Datiloscópico e Delegado de Polícia, etc.

Foram ministrados, ainda, outros cursos, como Formação de Vigilantes, Segurança para Condutor de Táxi, Curso de Balística Forense, Reciclagem em Armamento e Tiro para policiais, Qualidade Total para Policiais Civis, etc., num total de 2.088 alunos.

O Instituto de Identificação emitiu um total de 412.029 documentos como 1ª e 2ª vias de identidade, atestados, cédula com retificação, etc.

O Departamento de Polícia Civil instaurou 5.896 inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante de diversos delitos, com indiciamento de 6.437 pessoas, e realizou a movimentação de 45.376 autos.

Foram construídas 12 delegacias em diversos municípios, num total de 1.050,12 m², num montante de R\$ 234.809,00. Também foram concluídas obras de reparos em 12 municípios, envolvendo Delegacias, Distritos Policiais, Custódia e outros, no valor de R\$ 251.885,00.

Encontra-se em andamento a construção de 17 Delegacias em municípios diversos, no total de 2.444,59 m², no montante de R\$ 701.855,00, assim como obras de reparos em 38 Delegacias, através de convênios com Prefeituras Municipais, no total de R\$ 711.000,00.

Na área da Polícia Militar houve a inclusão de 1.199 policiais militares e exclusão de 747, contando a Academia Policial Militar do Guatupê com 120 alunos oficiais.

Pelo Comando da Polícia Militar da Capital foram atendidas 28.051 ocorrências e o Comando do Policiamento do Interior aproximadamente 1.175.785 ocorrências.

O Corpo de Bombeiros atendeu as seguintes ocorrências:

- princípios de incêndio, incêndios florestais, em veículos, explosões, risco de vida de pessoas, alagamentos, vazamento de gás, picada de animal, choque elétrico, desabamentos, etc., sendo 3.329 na Capital e 9.732 no interior;
- inspeção de local, vistorias, prevenção de incêndio, captura de animais, extermínio de insetos, corte de árvores, etc., 17.186 na Capital e 64.404 no interior;
- policiamento de local de ocorrência, atendimento de acidente, isolamento/evacuação de áreas, salvamento de pessoas, busca de animais e objetos, etc., 16.834 na Capital e 10.718 no interior.

Destacamos a atuação da Polícia Militar, em conjunto com a Polícia Civil, nas Operações Militares, conforme segue:

Comando do Policiamento da Capital:

- Operação Pagamento, Fiscalização da Receita Estadual, Policiamento de Praças Desportivas, Patrulhamento Escolar, Operação Carnaval, Operação Centopéia, Operação Habitat, Operação Finados, Operação Vestibular e Operação Feliz Natal.

Comando do Policiamento do Interior:

- Patrulha Rural, Operação Verão, Operação Centopéia-CODESUL, Operação IPVA, Operação Fronteira, Operação Rallye Internacional da Graciosa, Operação Carnaval. Outras operações em desenvolvimento: Operação Integração, Operação Fiscalização de Produtos Perigosos, Operação de Proteção ao Meio Ambiente, Patrulha Escolar e Projeto Formando Cidadão.

No DETRAN, as Diretrizes Governamentais visam à qualidade e agilidade na prestação de serviços, o atendimento ao cidadão e descentralização administrativa. Foram iniciadas com uma nova estrutura funcional diversas ações para mudanças através da valorização da rotina de trabalho e da atualização tecnológica.

Dentro desta nova visão já foram implantados os seguintes projetos: Manual de Procedimentos, Consulta a Débitos de Veículos via telefone/fax e Programa Voluntários do Trânsito, encontrando-se em andamento uma série de projetos, quais sejam: Licenciamento Anual, Multas Integradas, Integração DETRAN x Despachante e DETRAN x Auto Escolas, Formação de Condutores, Educação de Trânsito, Terceirização dos Exames Médico e Psicológico, Central de Informações, Informatização das CIRETRANS, Recadastramento de Proprietários de Veículos, Serviços de Inspeção de Segurança Veicular Eletrônica e Central de Atendimento ao Usuário.

Foram concluídas as construções das CIRETRANS dos municípios de Guaraniaçu, Iporã, Cianorte, Ivaiporã e Arapoti, totalizando 1.739,86 m² e estando em andamento a construção de mais 11 CIRETRANS, em diversos municípios.

No aspecto financeiro verificou-se a seguinte situação: arrecadação de R\$ 79.868.000,00, despesas e repasses de R\$ 43.588.000,00, resultando um superávit de R\$ 37.280.000,00.

4.8 - PARANÁ + SAÚDE

O objetivo do programa é elevar os níveis de atendimento à população em todo o Paraná reduzindo de forma definitiva o alto custo social resultante da falta de prevenção. O programa está assentado sobre cinco diretrizes básicas:

4.8.1 - SISTEMAS INTEGRADOS DE ASSISTÊNCIA AO TRAUMA E EMERGÊNCIA - SIATE

Tem por objetivo implantar serviços de atendimento pré-hospitalar no Paraná seguindo-se o modelo já existente em Curitiba, de forma gradativa. O critério de priorização das regiões e população, a mortalidade, características do sistema viário e existência de corpo de bombeiros, e garantir um atendimento rápido e adequado no local da ocorrência do acidente, possibilitando a diminuição de óbitos por traumas, bem como evitar o agravamento dos danos e a geração de seqüelas.

Implantou-se o Sistema em Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais.

4.8.2 - POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE

O Governo do Estado executou a Política Estadual de Saúde em concordância com a Política Nacional e as prioridades do Estado, marcada pela atenção integral à criança, pela descentralização hierarquizada do Sistema de Saúde, ampliação das redes de saneamento básico e programas de educação, visando à melhoria da qualidade de vida e da saúde de toda a população paranaense.

Municipalização dos Serviços

Tem-se hoje 100% dos municípios paranaenses gerenciando os serviços básicos de saúde que eram do Instituto de Saúde do Paraná - ISEP. Quanto à rede especializada, 12 municípios assumiram os Centros Regionais de Especialidades - CREs.

Dos municípios do Estado, 303 já assumiram o gerenciamento das internações hospitalares, estando sob controle das Secretarias Municipais de Saúde a distribuição das Autorizações de Internações Hospitalares - AIHs. Aproximadamente 352 municípios já assumiram a execução das atividades de Vigilância Sanitária e o processo de municipalização das ações de vigilância epidemiológica pela NOB/SUS se deu em cerca de 323 municípios e o das ações de imunizações em 371 municípios.

Obras

De janeiro a novembro, através do Departamento de Engenharia do ISEP, foram fiscalizados 15.494 m² de obras entre reformas, ampliações e construções, em convênio com prefeituras e terceiros, e deste total foram concluídos 5.813 m² de obras.

De acordo com as listagens apresentadas pelo Departamento de Engenharia, do total de obras 27 estavam em andamento, 17 paralisadas, 20 não iniciadas e 14 concluídas. O quadro que se segue apresenta a situação das obras em andamento e concluídas por tipo:

OBRAS	CONSTRUÇÃO	REFORMA	AMPLIAÇÃO	AMPLIAÇÃO/ REFORMA	TOTAL
Em Andamento					
Hospital	07	02	04	01	14
Centro de Saúde	03	-	-	-	03
Posto de Saúde	04	-	-	-	04
Pronto Socorro	-	-	01	-	01
Regional de Saúde	01	-	-	-	01
Central de Apoio	02	-	-	-	02
CPPI	-	01	-	-	01
CRE	-	01	-	-	01
Subtotal	17	04	05	01	27
Concluídas					
Hospital	02	03	-	-	05
Centro de Saúde	04	-	03	-	07
Posto de Saúde	01	-	-	-	01
Subtotal	07	03	03	-	14
TOTAL GERAL	24	07	08	01	41

No que se refere à amplitude em m² das obras concluídas, destacam-se: o Hospital Mauro Senna Goulart (4.100 m²); o Hospital Regional de Cascavel (354 m²); o Hospital Municipal de Salto do Itararé (316 m²); o Centro de Saúde de Cafelândia (283 m²); e o Centro de Saúde de Enéas Marques (210 m²).

Atendimento à População

Atendimento Ambulatorial

De janeiro a novembro, os atendimentos realizados por todos os prestadores do SUS perfizeram um total de 69.522.153 atendimentos básicos, 11.471.725 consultas médicas básicas, 5.106.554 consultas médicas especializadas, 825.001 consultas com procedimentos de urgência/emergência, 5.026.348 exames de patologia clínica, 769.730 exames de radiologia, 800.498 exames especializados e 2.681.006 terapias especializadas. Através da rede própria estadual, prestou-se 1.340.698 atendimentos básicos, 590.896 consultas médicas básicas e especializadas, 27.661 consultas de urgência e emergência, 155.538 exames de patologia clínica, 46.713 exames de radiologia, 29.621 exames especializados e 409.887 terapias.

Atendimento Odontológico

De janeiro a novembro, todos os prestadores do SUS realizaram 9.903.848 procedimentos individuais em odontologia, sendo que deste total 79.482 foram pela rede própria estadual. Com relação aos procedimentos coletivos que incluem o bochecho com flúor e orientações de higiene bucal, foram atendidas crianças da 1ª a 4ª séries do 1º grau de escolas públicas, com 35.210.406 bochechos.

Atendimento Hospitalar

À SESA/ISEP, como gerente a nível estadual do Sistema de Internações Hospitalares do SUS, coube a distribuição e controle de 817.550 Autorizações de Internações Hospitalares - AIHs.

Imunização

De janeiro a maio, na vacinação de rotina (3ª dose) em menores de 1 ano, a aplicação de 54.057 doses de vacina Tríplice, 54.437 doses de Antipólio, 60.375 de BCG e 64.943 doses Anti-sarampo; e na faixa etária de 1 a 04 anos, no sentido de complementar o esquema, a aplicação de 44.222 doses de Antipólio, 38.123 doses de Tríplice e 43.073 de Anti-sarampo. Em continuidade ao Plano de Erradicação do Sarampo, a aplicação de 105.888 doses de vacina. Ainda, a aplicação de 118.754 doses de vacina Dupla e 101.642 de Toxóide-Tetânica (Plano de Controle do Tétano e Difteria).

Nos Dias Nacionais de Multivacinação dos menores de 5 anos com a vacina Antipólio, foram vacinadas 1.040.872 crianças; e na vacinação Tríplice Viral (Sarampo, Rubéola e Caxumba), 2.174.979 crianças de 1 a 12 anos.

Em continuidade à Vigilância e Controle de Efeitos Adversos às Vacinas nos municípios, a realização de análise em 44 reações adversas.

Para a operacionalização das campanhas e serviços de rotina de imunizações, a distribuição de 170.000 cartazes e 223.000 folders.

Sistema Público Estadual de Hemoterapia e Hematologia

Através da rede própria estadual de hemoterapia e hematologia, de janeiro a setembro, foram realizadas 62.756 coletas de bolsas de sangue, 73.515 transfusões, 773.739 exames de sangue dos doadores, a produção de 122.861 hemocomponentes, a realização de 4.491 consultas de urgência/emergência e 851 exames bioquímicos no Hemocentro de Curitiba.

Ainda, a realização de 1.683 análises de controle de qualidade sorológica em amostras enviadas pelos Bancos de Sangue do Estado; e a promoção de palestras envolvendo 62.756 pessoas, com o propósito de conscientizar a equipe de coleta e doadores para o ato de doação espontânea de sangue.

Produção e Distribuição de Medicamentos - Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica Paranaense

Visando atender a rede própria e prefeituras municipais, foram produzidos, de janeiro a dezembro, 53.800 frascos de 100 ml de Hipoclorito de Sódio a 2,5%, 27.000 litros de Hipoclorito de Sódio a 1% para desinfecção hospitalar, 3.074.600 comprimidos de Mebendazol 100 mg, 5.363.938 comprimidos de Mebendazol 200 mg, 1.013.500 comprimidos de Ácido Acetil Salicílico 500 mg, 1.972.000 comprimidos de Ácido Acetil Salicílico 100 mg, 714.500 comprimidos de Furosemida 40 mg, 1.636.000 comprimidos de Tetraciclina 250 mg, 1.952.980 comprimidos de Fluoreto de Sódio 1 gr, 141.000 frascos de Benzoato de Benzila 25% e 376.500 frascos 500 ml de Vaselina Líquida.

Distribuíram-se 139.465.575 unidades de medicamentos para reposição trimestral a regionais de saúde, hospitais próprios do ISEP, convênios e municípios; 17.535.340 unidades de soros e vacinas e 910.465 unidades de medicamentos excepcionais listados na Portaria 32 do Ministério da Saúde.

Vigilância Sanitária

As ações desenvolvidas nesta área contemplam o controle de alimentos e zoonoses, de produtos (medicamentos, correlatos, cosméticos, etc.) e serviços de interesse em saúde (hospitais, bancos de sangue e outros), saneamento básico e ambiental e saúde do trabalhador, cujas atividades são desenvolvidas pelo Centro de Saneamento e Vigilância Sanitária do Paraná, em conjunto com os municípios que possuem equipes de Vigilância Sanitária.

Destacamos atividades de inspeções, investigação, coleta de amostras, expedição de certificados, visitas, campanhas, análises laboratoriais, análises de projetos, distribuição de hipoclorito de sódio a 2,5% e orientações de uso e divulgação, dentre outras.

Vigilância Epidemiológica

Através dos municípios, regionais de saúde e do Centro de Epidemiologia do Paraná/ISEP, foi acompanhado, analisado e controlado o comportamento das doenças infecciosas e parasitárias de maior interesse em saúde pública, tais como o tétano, difteria, coqueluche, paralisia flácida e aguda, sarampo, meningite, AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, hanseníase, hepatite viral, febre tifóide, leptospirose, cisticercose humana, teníase e dengue.

Na prevenção e controle de acidentes toxicológicos, destacam-se o trabalho com animais peçonhentos e ocorrências toxicológicas.

Apoio Laboratorial

Através do Laboratório Central do Estado - LACEN, que atua a nível de investigação e pesquisa para apoio à área ambulatorial, de vigilância epidemiológica e sanitária, foram realizados, de janeiro a setembro: 19.716 exames em bacteriologia, 41.381 em imunologia,

11.119 em virologia, 7.282 lâminas em controle de qualidade (Hanseníase) e 4.625 lâminas em controle de qualidade (Tuberculose).

Com o propósito de oferecer subsídio técnico-científico ao Programa de Saúde do Trabalhador para monitorar os parâmetros biológicos referentes à exposição ocupacional e outros casos clínicos, foram realizadas 264 análises de dosagem de chumbo, 122 exames de dosagem de ácido delta-aminolevulínico e 05 exames de dosagem de mercúrio.

Para controle da cisticercose - Programa de Controle da Cisticercose no Estado, a realização de pesquisas em 310 amostras de ovos e cistos de parasitas.

No controle de qualidade de produtos alimentícios, foram realizados exames em 2.426 amostras de produtos de origem animal e em 2.571 amostras de produtos de origem vegetal; no controle de qualidade de bebidas alcoólicas ou não, exames em 351 amostras. Na pesquisa de aflatoxinas em grãos e subprodutos, analisaram-se 80 amostras; e no controle de qualidade de produtos alimentícios e bebidas responsáveis pelas toxinfecções alimentares, 95 amostras.

Em cumprimento ao convênio entre MAARA e SESA, análises em 3.566 amostras de produtos de origem animal, oriundas de indústrias com SIF.

No controle da qualidade da água de consumo humano de populações não favorecidas com sistema de tratamento e abastecimento público, realizaram-se exames em 210 amostras; para controle de qualidade da água relacionada ao Programa de Controle de Infecção Hospitalar da Rede Pública, a análise microbiológica em 34 amostras; no controle de água de abastecimento público, a análise de 167 amostras; e no controle de água mineral e gelo, análises em 26 amostras.

No controle de medicamentos fitoterápicos, análises em 50 amostras; e no controle de medicamentos alopáticos, análises em 62 amostras.

Quanto ao controle físico-químico de saneantes, a execução de análises físicas e químicas em 48 amostras.

Produção e Pesquisas de Imunobiológicos

O Centro de Produção e Pesquisas de Imunobiológicos - CCPI, período de janeiro a setembro, produziu:

- 765 frascos com 15 ml de sangue de carneiro desfibrinado;
- 16.066 frascos com 04 ml de indicador biológico para esterilização a vapor;
- 184 frascos de 02 ml de plasma de coelho liofilizado;
- 438 frascos com 01 ml de Antígeno de Montenegro;
- 198 frascos com 01 ml de Antígeno para pesquisa de anticorpos Anti-Cysticercus cellulosae (imunofluorescência indireta);
- 35 frascos com 01 ml de Antígeno para pesquisa de anticorpos Anti-Cysticercus Cellulosae em humanos;
- 33 frascos com 01 ml de Antígeno para Pesquisa de Anticorpos Anti-Leishmania Brasiliensis;
- 100 ml de Antisoro de Streptococos Beta Hemolítico dos Grupos B e G.

Foram reproduzidos e mantidos 19.407 animais de laboratório; fornecidos 9.868 para CPPI e LACEN, 5.878 para a UFPR e 180 para outras instituições. Ainda, 652 identificações de serpentes peçonhentas e 12.741 de artrópodos peçonhentos.

Programas Especiais

Atuou-se nos programas especiais de saúde como o da Mulher, da Criança, do Adolescente, de Saúde Mental, de Saúde Bucal, da Família, Órtese e Prótese, destacando-se inúmeros eventos e atividades desenvolvidas.

Prevenção e Controle da Cólera

Na prevenção e controle da cólera, destacam-se:

- a realização de 519 análises bacteriológicas para *Vibrio Cholerae* em esgoto doméstico pelo IAP, com colocação de mechas pela Vigilância Sanitária em diversos municípios;
- a realização de pesquisa pelo LACEN do vibrião colérico, coliformes fecais e salmonella sp, em 86 amostras de hortaliças e hortifrutigranjeiros;
- o preparo de 672 mechas, pelo LACEN, para monitoramento de esgotos na pesquisa do *Vibrio Cholerae*.

Prevenção e Controle da AIDS

Na prevenção e controle da AIDS no Estado, destacam-se as seguintes ações:

- o atendimento a 893 pacientes com antiretrovirais;
- a distribuição de 600.000 preservativos, aproximadamente, para prevenção das DST/AIDS, realizada pelas 24 Regionais de Saúde;
- a distribuição de 1.000.000 folders, 1.000.000 botons, 50.000 cartazes, 4.200 camisetas e 300 outdoors; anúncios na revista Intervalo, mídia na televisão e emissoras de rádio AM/FM, referente à Campanha de Prevenção às DST/AIDS, através das 24 Regionais de Saúde;
- a descentralização de insumos laboratoriais (ELISA - 54.000 exames e WESTERN BLOT - 1.200 exames), para realização de exame diagnóstico para detecção do vírus HIV, envolvendo os seguintes municípios: Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Apucarana, Paranaguá, Maringá, Londrina, Guarapuava e Pato Branco;
- o treinamento e estágio no LACEN para bioquímicos das localidades citadas no item anterior para reciclagem na realização do teste ELISA, e treinamento específico para o exame confirmatório Western Blot;
- o treinamento de manejo clínico (assistência ambulatorial e hospitalar do doente de AIDS), para profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e no Hospital Emílio Ribas de São Paulo (centros nacionais de referência em AIDS), com repasse de informações acerca de atualizações terapêuticas para as principais infecções oportunistas, com ênfase em Ginecologia e Obstetrícia, Clínica Geral - Porto Alegre e Pediatria - São Paulo;
- a Oficina de Capacitação de Monitores para repasse de informações a profissionais de saúde e ONGs do Estado em Saúde Mental, do HIV e do doente de AIDS (Cruz Vermelha, Porto Alegre - RS);
- a participação de profissional de saúde da área de assistência em AIDS em Seminário de Avaliação dos Serviços Assistenciais frente à AIDS, dentro do convênio Brasil/França, no Rio de Janeiro;
- a participação do Seminário da Partners of America;
- o encaminhamento com repasse de recursos financeiros a eventos de prevenção;
- a descentralização de SAEs - Serviços Ambulatoriais Especializados, referência às unidades de saúde que realizam atendimento ambulatorial a portadores e doentes de AIDS, ou seja, para um atendimento mais especializado às infecções oportunistas de pacientes a eles encaminhados; este serviço será implantado nos municípios - sede de macro-regionais, com a participação efetiva das Regionais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde. Para tal, haverá incentivo e estímulo da Coordenação Estadual com repasse de alguns equipamentos, materiais permanentes e de consumo; assessoria para Maringá, Cascavel, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Curitiba (implementação); e implantação do serviço e treinamento/reciclagem aos profissionais de saúde que atuarão nos SAEs;

- a implantação de COAs - Centros de Orientação e Aconselhamento Sorológico, visando aumentar a frente diagnóstica no Estado; além do exame, repassam às pessoas que procuram o serviço, informações de prevenção acerca da contaminação e situações de risco a que o indivíduo possa se expor; nos mesmos moldes dos SAEs, estão sendo repassados recursos para municípios estrategicamente localizados;
- a previsão de implantação de Hospital-Dia nos serviços hospitalares de Cascavel (Hospital Regional de Cascavel), Londrina (Hospital Universitário - UEL), e Maringá (Hospital Universitário - UEM); além de implementação para ampliação do número de leitos do Hospital-Dia de Curitiba (Hospital Oswaldo Cruz). Numa primeira fase, serão implantados os Hospitais-Dia em localizações geográficas do Estado procurando manter o paciente o mais próximo possível de sua residência (Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina, Cascavel, Paranaguá, Francisco Beltrão);
- a continuidade do atendimento a 20 pacientes/dia em regime de Hospital-Dia, no Oswaldo Cruz - Curitiba, com 3.193 atendimentos (3.173 em clínica médica e 20 em clínica pediátrica).

Informatização

Além da manutenção dos sistemas existentes, foram implantados sistemas informatizados para as Centrais de Marcação de Consultas Especializadas e Leitos Hospitalares; foram inauguradas as seguintes Centrais: Maringá, Guarapuava e Cornélio Procópio, e estão em funcionamento as de Paranaíba, Francisco Beltrão, Pato Branco, Apucarana, Campo Mourão, Umuarama e Ponta Grossa, estas ainda não inauguradas oficialmente e a gerência e lista de espera para a Central de Transplantes do Estado.

Foram implantados, de forma descentralizada nas Regionais de Saúde, o Sistema para Controle e Avaliação das Internações Hospitalares, o de Controle e Gerência das Doses de Vacinas Aplicadas no Estado conforme o Programa Nacional de Imunização, e o de Registro de Notificação de Doenças; e desenvolvido um sistema para registro das ações dos Agentes Comunitários, para dar suporte aos municípios na implantação do Projeto.

Combate ao Fumo

No combate ao fumo, período de janeiro a setembro, destacam-se a realização de inúmeras palestras, campanhas, cursos, divulgação, concursos, apoio a eventos esportivos e assessorias diversas, visando difundir os malefícios do tabagismo e conscientizar a população sobre o tema.

5.

GESTÃO PÚBLICA

A efetividade na Gestão Pública vem sendo buscada através de ações integradas entre Governo e Sociedade, dispondo os recursos de forma a criar altos e crescentes níveis de produtividade e competitividade no Paraná

As demandas por serviços governamentais crescem desproporcionalmente em relação aos recursos disponíveis. Tal situação requer uma nova definição de papéis, na qual o Estado, a iniciativa privada, os trabalhadores e os demais agentes da sociedade cooperem efetivamente entre si, buscando uma equação de co-responsabilidade. Assim, setor público e setor privado serão parceiros no desenvolvimento efetivo da sociedade, propiciando, com isto, uma mudança na qualidade política das decisões tomadas pela administração e a obtenção de resultados em sintonia com as demandas sociais.

5.1 - PARANÁ + INFORMAÇÃO

Este programa foi desenvolvido através de uma formulação compartilhada e de mecanismos de monitoramento governamental, para avaliar e aprimorar a efetividade de programas e projetos, através de sistemas que possibilitem o envolvimento intersecretarial, e a agilidade nas respostas à comunidade.

O Estado vem tendo condições de melhor administrar a partir do conhecimento de parâmetros e indicadores de desempenho gerencial, custos, dimensionamento de recursos e prazos de execução, acompanhados e detalhados por nível de utilização.

5.1.1 - SISTEMA INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DO GOVERNO

Foi criado, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e em fase de implantação, o Sistema Integrado de Acompanhamento do Plano de Governo, visando propiciar condições às Secretarias e órgãos, de forma setorial, para o acompanhamento do fluxo de execução de seus programas e projetos, e ao Estado, de forma global, uma visão do trabalho conjunto realizado por todas as estruturas que o compõem.

Visou propiciar ainda, às secretarias e órgãos do Governo do Estado do Paraná, ferramenta de informática na elaboração e acompanhamento de seus programas e projetos, dando maior agilidade à sua elaboração ao mesmo tempo que procura criar uma memória das ações do Estado, através de um histórico de programas e projetos.

Através do estabelecimento de relatórios gerenciais para cada programa e projeto, será mostrado, de forma analítica, o andamento das ações do governo.

O sistema, inédito nos moldes em que vem sendo criado, permitirá, não somente ao atual governo, mas ao Estado, estrutura atemporal, o acompanhamento permanente de resultados.

5.1.2 - PLANO SETORIAL DE INFORMÁTICA

O Plano Setorial de Informática visa estabelecer as diretrizes de informatização, alinhados à missão institucional de cada órgão - SEMA/IAP/SUCEAM, contribuindo desta forma para que o investimento em informática seja eficiente e eficaz para a realização dos seus objetivos e atribuições.

Este plano prevê a implantação do Sistema de Informações Ambientais único e integrado para o Estado, uma vez que é necessária uma aplicação que promova a inter-relação das diversas informações ambientais, para que seja possível o Gerenciamento Ambiental, tanto com relação ao planejamento, quanto à conservação e ao controle do Meio Ambiente.

5.1.3 - PESQUISA E INFORMAÇÕES

O IPARDES faz parte do Sistema de Planejamento e Coordenação Geral e tem a função de produzir conhecimento e informações para assessorar, subsidiar e fundamentar os programas do Governo Estadual referentes ao direcionamento e definição de estratégias para o avanço e consolidação da estrutura produtiva, social e ambiental do Paraná.

Nesse sentido o IPARDES atua como suporte técnico, atendendo demandas e desenvolvendo trabalhos conjuntos com outras instituições públicas estaduais, federais e municipais, assim como do setor privado e de representações políticas e sociais.

A atuação em pesquisa e informações consubstancia-se através de dois centros:

CENTRO DE PESQUISA - Responde pela elaboração de estudos, projetos e programas, acompanhamento da evolução da economia e sociedade, subsidiando a formulação da política estadual de desenvolvimento.

Deu-se continuidade a projetos de caráter permanente, tais como:

- Estudos do Comportamento Demográfico, tendo sido concluídas as estimativas populacionais até o ano 2000 para todos os municípios, desagregadas em área urbana e rural, e por faixa etária;

- Acompanhamento e Análise Conjuntural, tendo sido produzidos seis boletins de caráter bimestral, bem como o informativo Paraná - Exportações 1994;

- Estimativas da Renda Interna - foi feita a revisão metodológica da série do Produto Interno Bruto Estadual 1980/94, de acordo com metodologia nacional do IBGE;

- Sistema de Indicadores Analíticos para Planejamento e Gestão - foi feito um aperfeiçoamento do sistema e disponibilização em meio magnético, além da produção de novos indicadores para o atendimento de diversas demandas específicas do setor público (SEED, INCRA, TELEPAR, SERT, SEPL, etc.);

- Pesquisa de Emprego e Desemprego - a partir de pesquisas mensais com cerca de 2.500 questionários aplicados na Região Metropolitana de Curitiba foram produzidos 12 (doze) informativos mensais acompanhando a evolução das condições do mercado de trabalho, além de dois informativos especiais sobre Migração e Trabalho do Menor;

- Perfil dos Municípios do Paraná - iniciou o repasse da metodologia para municípios do Estado.

Também foram celebrados convênios de forma a atender demandas específicas, tais como:

- Cartas Temáticas para o Programa Paraná Rural (BIRD), tendo sido produzido um Atlas com cartas temáticas de declividade, rede de drenagem e uso potencial do solo para todo o Estado;

- Macrozoneamento da Apa de Guaraqueçaba (IBAMA);

- Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), tendo realizado um estudo piloto, visando contribuir para uma formulação metodológica de caráter nacional.

Dentro do Projeto Qualidade no Ensino Público de 1º Grau (PQE/BIRD), estão em realização dois estudos:

- Avaliação do Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental no Estado do Paraná; e

- Priorização de Municípios Paranaenses para Investimentos Públicos em Rede Física Escolar de 1º Grau.

Estudos de Competitividade Agroindustrial no MERCOSUL (Convênio FAO) - o IPARDES desenvolveu para o Brasil os Estudos da Competitividade da Cadeia Têxtil e da Comercialização do Feijão, considerados como produtos sensíveis para o Brasil. Foi iniciado junto ao IPEA um estudo para subsidiar a formulação do Programa Nacional de Competitividade e Produtividade na área têxtil.

Também em Convênio com o IPEA e junto à rede de instituições de pesquisas estaduais, foi iniciado o Projeto "Balanço e Perspectivas da Descentralização de Programas Sociais no Paraná".

Em Convênio com a SERT/Ministério do Trabalho está em elaboração o "Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)", que deverá servir de referência para os demais estados da federação.

Além desses estudos e projetos em desenvolvimento, o IPARDES tem atuado como contrapartida técnica nos principais programas do Governo Estadual, participando dos Programas Vilas Rurais, Paraná 12 Meses, Paraná Urbano, Projeto de Gestão de Recursos Hídricos (JICA), Programa de Expansão e Melhoria no Ensino Médio, bem como tem apoiado tecnicamente, sempre que solicitado, a atuação de diversas secretarias e órgãos estaduais.

Este Centro tem ainda a seu encargo a edição da *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, publicação técnico-científica de caráter quadrimestral, que editou os números 85, 86 e 87.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Tem como atividade primordial o gerenciamento da Base Pública do Estado (BPUb), proporcionando a disseminação de informações sócio-econômicas e do sistema de indicadores do Estado.

Como atividade de suporte não apenas ao IPARDES, mas também a outros órgãos, vincula-se a este Centro o Núcleo de Métodos Quantitativos.

As principais atividades realizadas neste Centro foram vinculadas ao sistema de produção de indicadores e índices de preços, fortemente demandados pelo setor privado e pela sociedade em geral, além de subsidiar a atuação do setor público:

- Índice do Custo de Vida em Curitiba (IPC) - está passando por uma profunda reformulação em sua metodologia, de forma a poder refletir com mais transparência a real variação dos preços que afetam o consumidor;
- Índice de Preços de Obras Públicas (IPOP) e Pesquisa Mensal de Preços de Materiais de Consumo (Projeto DEAM) - além de referenciar os gastos do setor público estadual, estão sendo disseminados para outros estados da federação;
- Projeto Sistema de Referência de Dados (SRD) - está sendo agora disseminado em meio magnético.

Este Centro procedeu uma série de inovações, intensificando e aprimorando o uso de informática e de multimídia, destacando-se: INTERNET, reengenharia da Base Pública para Ambiente UNIX, modernização do Sistema de Realizações de Governo (SRG), Banco de Imagens, Plano de Governo em Multimídia e disseminação de projetos de pesquisa em Multimídia.

5.1.4 - INFORMÁTICA E INFORMAÇÕES

O Conselho Estadual de Informática e Informações - CEI, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, objetivando integrar e dar maior agilidade aos sistemas voltados para usuários internos e externos e o disciplinamento do uso de informática da Administração Pública Estadual.

No âmbito da Celepar, introduziu-se mudanças na Política Estadual de Informática e Informações, através do Decreto 465/95 que tem por objetivo a integração, racionalização e otimização dos recursos de informática, dotando o Estado de informações que viabilizem sua atuação gerencial e operacional.

Segundo a ótica de Gestão da Informática de Estado pelo Sistema Estadual de Informações, o Governo vem atuando no processo de planejamento de informática dos diversos Órgãos, através da elaboração dos Planos Setoriais de Informática, que permite ao Estado ter uma visão planejada do conjunto dos projetos e investimentos necessários para dotar os órgãos de soluções informatizadas, segundo normas e padrões estabelecidos para todo o Estado. Esse instrumento permitiu o início de uma relação harmônica e eficaz junto ao Conselho Estadual de Informática e Informações (CEI), produzindo ganhos concretos para a gestão de informática do Estado.

Na sua atuação de provedora de soluções de informática para os Órgãos do Estado, a CELEPAR vem atuando em parceria com esses órgãos, viabilizando projetos importantes para a administração e melhoria dos serviços ao cidadão, podendo-se destacar:

- nova solução de informatização do DETRAN, com descentralização dos serviços através dos CIRETRANs;
- solução de Marcação de Consultas e de Reserva de Leitos Hospitalares, levando ao cidadão do interior do Estado a facilidade de marcação de consultas especializadas e reserva de leitos;

- Sistema Tele-Cidadão, que proporciona mais um canal de acesso do cidadão ao Governo, que permite que sejam formuladas críticas, sugestões e solicitações, ao mesmo tempo em que disponibiliza informações e feed-back ao cidadão.;

- Projeto Qualidade de Ensino, que no seu segmento de informática visa dotar a administração escolar de suporte informatizado que aprimore a gestão do ensino no Estado, objetivando a melhoria de sua qualidade;

Como suporte à implementação de alguns projetos prioritários de Governo, a CELEPAR disponibilizou soluções completas envolvendo recursos de hardware e software, compreendendo desde a instalação até a assistência técnica, incluindo atualização tecnológica, possibilitando atendimento mais ágil e efetivo às necessidades emergências. Entre os Órgãos atendidos, podemos destacar a Casa Civil e Secretaria de Governo (Governadoria), DETRAN, Departamento de Estradas de Rodagem-DER e Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Como infra-estrutura tecnológica para suporte aos projetos de modernização do governo, a CELEPAR vem implantando no Estado a sua ligação à Rede INTERNET, que possibilitará o acesso dos Órgãos a informações do mundo todo, bem como o Correio Eletrônico, que permitirá a modernização dos fluxos de comunicação entre os órgãos, e tornará mais ágil e transparente o conteúdo das informações inerentes aos processos burocráticos desses Órgãos, permitindo a criação de formulários eletrônicos, agenda integrada, troca de mensagens e outros aplicativos de tratamento de documentos. Está prevista a interligação, via Correio Eletrônico, do Estado com os Municípios e Tribunal de Contas.

Como infra-estrutura para agilização da comunicação entre os órgãos, foi elaborada pela CELEPAR e licitada pela Secretaria de Administração a Rede Metropolitana de Alta Velocidade, que permitirá, na sua primeira fase, a interligação dos órgãos situados no Centro Cívico, com grande melhoria de "performance" no intercâmbio de informações, possibilitando o desenvolvimento de novos projetos que se utilizem desta facilidade.

5.2- REPRESENTAÇÃO DO CIDADÃO JUNTO AO GOVERNO

As atribuições inerentes à função de Ouvidor-Geral versa que atuará no respeito aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade administrativa e na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela administração pública estadual, através do atendimento direto, onde a população registrará sua insatisfação ou sugestão.

Neste exercício foram realizadas diversas reuniões com o grupo interno, onde a meta principal se concentrou no resgate da credibilidade da população e na mudança de paradigma. Hoje a Ouvidoria está voltada para o indivíduo como pessoa, seu conceito de cidadania está mais ampliado, deixou de ser apenas mais um órgão fiscalizador.

Também foi realizado o I Encontro de Ouvidores da Casa, onde todos os representantes de diversos órgãos cadastrados na Ouvidoria e atuantes no Programa Ouvidor da Casa passaram a conhecer mais as propostas do programa e presenciar depoimentos da problemática encontrada em cada órgão.

A Ouvidoria Geral implementa as suas ações sempre de modo ordenado e sistematizado, procurando agir e alcançar com eficiência e efetividade os seus objetivos.

Partindo do pressuposto que a Ouvidoria Geral é efetivamente o elo entre a comunidade e o Estado nas questões da administração pública, que o destinatário final de nossas ações é o cidadão, que almejamos a melhoria do serviço público sempre respeitando a figura do servidor e que é necessário a satisfação recíproca tanto do cidadão quanto do servidor público, instituiu-se o Sistema Integrado da Cidadania - SISDADANIA, conjunto de ações e programas, de atuação interna e externa.

Através do SISDADANIA, iniciou-se a implementação dos primeiros programas:

- ALÔ CIDADÃO;
- OUVIDOR DA CASA;
- CONVÊNIOS DA CIDADANIA;
- OUVINDO A COMUNIDADE;
- CIDADÃO: É O SEGUINTE;
- OUVIDOR MIRIM;
- OUVIDOR PENITENCIÁRIO.

Com o objetivo de inserir a instituição no campo internacional, visando-se a busca e troca de experiências, a Ouvidoria Geral postulou e foi aceita nas três principais organizações que dão suporte à instituição do Ombudsman.

Assim, a Ouvidoria Geral do Paraná faz parte como membro associado do Instituto Latino-Americano del Ombudsman, do Instituto Ibero-Americano del Ombudsman, ambos com sede na Argentina, e como membro votante do Internacional Ombudsman Institute, sediado no Canadá.

Do mesmo modo, o Ouvidor Geral do Estado faz parte do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Ouvidores.

Face ao pioneirismo de que desfruta o Paraná na área, constantemente a Ouvidoria tem sido convidada para relatar em palestras e conferências a experiência do Estado, tais como: no 1º Encontro Nacional de Ouvidores Públicos, João Pessoa, Paraíba; IV Conferência Internacional sobre Ombudsman, patrocinada pelo Instituto Latino-Americano del Ombudsman, realizada em Maracaibo, Venezuela; e do "Encuentro de Ombudsman del Mercosur", em Montevideú.

A Ouvidoria Geral atendeu 1.749 reivindicações, das quais é importante salientar que 778 solicitações ou 44% foram prontamente resolvidas através de intervenção telefônica, no prazo máximo de 48 horas, e, por exigirem uma apreciação mais acurada, 971 ou 56% das reivindicações originaram processos autuados, os quais foram enviados aos órgãos competentes.

Das 1.749 reivindicações, 1.355 pedidos ou 77% obtiveram êxito nas soluções; 123 respostas ou 7% não foram consideradas satisfatórias pelo Ouvidor; 254 ou 15% dos processos até a presente data ainda estão pendentes de resposta e, finalmente, instaurou-se 17 sindicâncias, equivalentes a 1% do total. A população fez valer os seus direitos através de 1.411 ligações telefônicas; 209 cartas e 129 visitas pessoais.

Desses contatos, registrou-se 844 reclamações sobre o funcionamento de órgãos públicos; 329 denúncias; 297 solicitações de serviço; 30 sugestões para o aperfeiçoamento de ações administrativas e 249 informações de interesse coletivo.

Em resumo, pode-se afirmar que a análise positiva dos trabalhos da Ouvidoria Geral deve-se à colaboração de todos os órgãos da administração pública que responderam com pronta atenção e consistência às reclamações da população, demonstraram uma excelente predisposição para satisfazerem não somente os pedidos da própria Ouvidoria, mas o entendimento de que se existe esta instituição que serve de ponte entre o governo e os cidadãos, o objetivo maior é a humanização das relações e a melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade e aos indivíduos que a integram.

Os quadros estatísticos a seguir elencados tornam pública a ação da Ouvidoria Geral.

SITUAÇÃO DAS REINDICAÇÕES	TOTAL	%
1995		
Solucionados	1.355	77
Em Tramitação	254	15
Respostas não Satisfatórias	123	7
Originou Sindicância	17	1
TOTAL GERAL	1.749	100

5.3 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este programa objetiva a ação permanente do Estado, no estímulo à transformação de atitudes, procedimentos, sistemas e estruturas administrativas, que tenham por objetivos o equilíbrio da distribuição de bens e serviços à comunidade, e a busca da competência administrativa na gestão do patrimônio coletivo.

5.3.1 - PLANEJAMENTO INTEGRADO

As principais atividades desenvolvidas de coordenação das ações governamentais e de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo, realizadas no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e suas vinculadas, foram direcionadas no sentido de organizar e direcionar as ações do governo, para uma melhoria da Gestão Pública.

Ressaltamos que a SEPL, na busca de transformações efetivas, elaborou diversos projetos com vistas ao financiamento junto a organismos internacionais, destinados a promover o desenvolvimento estratégico e geoeconômico para o Estado do Paraná, atuando, assim, sempre em conjunto com a iniciativa do setor privado, nas ações de melhoria de qualidade de vida da população paranaense.

5.3.2 - ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Com o objetivo de acompanhar o repasse de recursos previstos para o Estado no Orçamento da União, implantou-se o programa de acompanhamento diário de recursos repassados ao Paraná e aos demais Estados brasileiros. Dois relatórios quadrimestrais foram elaborados.

Para elevar a participação financeira do Paraná no Orçamento da União, estabeleceu-se uma parceria com o BANESTADO para a identificação de recursos e encaminhamento no âmbito dos Ministérios, de pleitos, programas e projetos paranaenses junto ao Governo Federal, especialmente na formulação de projetos e emendas ao orçamento da União.

5.3.3 - SUPORTE TÉCNICO AO CODESUL

Foi dado suporte técnico às atividades do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, participando de reuniões técnicas realizadas nos Estados-membros e coordenando, no Paraná, as atividades de todos os grupos de trabalho criados no âmbito do CODESUL - CRECENEA. Para tal, foram realizadas várias reuniões de trabalho com representantes técnicos de Secretarias e Órgãos do Estado e elaborados diversos documentos.

5.3.4 - PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

Conduziu-se a coordenação técnica do Programa Comunidade Solidária no Paraná realizando-se diversas reuniões com as Secretarias de Estado, Órgãos do Governo Federal e Prefeituras envolvidas e participando de reuniões nacionais do Programa.

5.3.5 - CENTRO DE GESTÃO DE PROGRAMAS (UGP/PROSAM)

A UGP/PROSAM, desenvolveu as seguintes atividades:

- coordenação das negociações da estratégia de implantação do PROSAM, entre os executores (COMEC, SANEPAR, SUCEAM, IAP e Prefeitura Municipal de Curitiba) e o Banco Mundial (BIRD);
- coordenação das atividades dos executores no que se refere à supervisão;
- revisão e encaminhamento, para aprovação do BIRD, dos editais de licitação e dos documentos para seleção de consultoria elaborados pelas entidades executoras, correspondentes a diversas contratações de obras e serviços de consultoria;
- elaboração de Pedidos de Saque de Fundos da Conta do Empréstimo BIRD nº 3505-BR, no montante de US\$ 8,2 milhões para aporte na Conta Especial do PROSAM, movimentada no Banco do Brasil;
- elaboração dos Pedidos de Pagamento, Adiantamento e Reembolso, através da Conta Especial do PROSAM no Banco do Brasil, no montante de US\$ 10,2 milhões;
- preparação e envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), para elaboração do Relatório Anual de Auditoria do PROSAM;
- supervisão das obras e serviços em execução e sob responsabilidade das entidades executoras do PROSAM.

5.3.6 - INTEGRAÇÃO REGIONAL

Instituiu-se a Coordenadoria de Integração Regional pelo Decreto 897/95, com o propósito maior de compatibilizar as ações governamentais com as aspirações regionais, além de suas funções institucionais previstas na referida legislação.

Principais atividades realizadas:

- representação junto aos Municípios e demais órgãos, com o intuito de apresentar o plano de governo, visando à compatibilização de ações;
- participação no Seminário Para o Desenvolvimento Regional Integrado, em agosto de 95 em Chapecó-SC, e no 7º Seminário de Arquitetura Latino-Americana, na Universidade de São Paulo, capital;
- participação na elaboração do Convênio envolvendo o Governo do Estado do Paraná, Ministério do Exército e o Município de Foz do Iguaçu, visando aproveitamento da área central do atual Quartel de Foz do Iguaçu.
- Na elaboração dos seguintes projetos e estudos:
 - Projeto - Assentamento Rural junto a eixos estruturantes - rodovias;
 - Projeto - Metrônor (novo) - dados para geoprocessamento;
 - Projeto - Estudo de viabilidade para implantação do "Centro Regional de Negócios" - Eixo Londrina / Maringá;
 - Estudo - juntamente com a Mineropar, sobre a realidade da exploração mineral no Estado do Paraná;
 - Estudo - Implantação dos Presídios-fábrica no Estado do Paraná.

5.3.7 - PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Nesta área, foram realizadas as seguintes atividades:

- desenvolvimento de estudos de natureza organizacional e elaboração de propostas de adequação das estruturas, bem como a consequente formatação de leis, estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos e entidades da administração pública estadual, instituídos com a implantação da Lei nº 11.066/95;
- orientação e assessoramento técnico e jurídico permanentes na área de planejamento institucional aos diversos órgãos e entidades solicitantes da administração pública estadual e municipal de outros estados;
- manutenção permanente do Sistema de Legislação Organizacional - LOP e do Sistema de Estrutura de Governo - EGO e a publicação do Cadastro Organizacional do Poder Executivo Estadual;
- emissão de pareceres e informações técnicas sobre matéria de natureza organizacional;
- emissão de pareceres em processos de revisão de proventos de inatividade.

5.3.8 - AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Escritório Brasil China - EBC atuou no sentido de apoiar, em seus estágios iniciais no setor privado em suas relações comerciais com a China, tanto no âmbito das importações quanto no das exportações. Assim, com relação àquelas o EBC apoiou a importação de graxas, cadeira de rodas, pneus, confecções, tênis, brinquedos, rolamentos, escovas e espanadores, eletrodomésticos, etc. Relativamente às exportações, procurou-se apoiar iniciativas referentes a óleo de soja, couro bovino, partes de frango, madeira, etc.

Merece destaque especial o envolvimento do escritório visando viabilizar a participação chinesa na FEIRA DO PARANÁ. Nesse evento, os chineses ocuparam 26 stands, a cargo de grupos empresariais de Beijing, Tianjin e da Província de Zhejiang. As delegações foram compostas de 111 pessoas, abrangendo autoridades governamentais e empresários. Na oportunidade, o EBC organizou uma Rodada de Negócios com os chineses, que contou com a participação de 25 empresas brasileiras. Nessa ocasião, o Governo do Paraná assinou um acordo de cooperação com a Câmara de Comércio de Tianjin, visando ao intercâmbio de informações e ao apoio mútuo, quando da visita de delegações empresariais.

O Escritório Brasil China envolveu-se também no levantamento de informações em favor do lado chinês, visando à implantação de um "outlet center" no Paraná. Também apoiou a Hidromar, de Londrina, para a importação de graxas manuais, produzidas na China, em conformidade com as especificações daquela empresa. Assessoramento à Indústria IKA em suas negociações com a indústria chinesa no setor de malas e pastas, e também à Herbitécnica, interessada na importação de matérias-primas chinesas no setor de agroquímicos.

Destacam-se ainda as seguintes atividades:

- esforços no sentido de estabelecimento de "joint-ventures";
- ampliação das relações de cooperação científico-tecnológica;
- recepção de delegações chinesas;
- apoio à ida de paranaenses à China.

5.3.9 - COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO

Foi criado o Centro de Coordenação de Programas do Governo - CCPG, com a finalidade de desenvolver projetos destinados à obtenção de financiamentos de organismos internacionais.

Foram instalados, no CCPG, três Unidades de Desenvolvimento de Projeto - UDP, com os seguintes objetivos:

Unidade de Desenvolvimento de Projeto Paraná 12 Meses

Visa reverter a situação de pobreza rural no Estado numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, geração de novos empregos, proteção ao meio ambiente e melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural.

Componentes do Projeto:

- manejo e conservação dos recursos naturais;
- modernização da agricultura familiar;
- combate à pobreza no meio rural;
- capacitação e profissionalização;
- organização e fortalecimento institucional.

Público Beneficiário:

- 557.000 famílias/propriedades rurais; aproximadamente 1.500.000 pessoas.

O projeto deverá abranger o atendimento a 8.700.000 ha, a um custo de US\$ 350 milhões, sendo: US\$ 175 milhões Recursos do BIRD, e US\$ 175 milhões Recursos de Contrapartida Local, 95% dos recursos serão aplicados a investimentos.

Unidade de Desenvolvimento de Projeto Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio - PROEM

Visa aumentar a eficiência, eficácia e equidade do Sistema de Educação Média do Paraná. Especificamente, ampliará e reorganizará a oferta de oportunidades, melhorando a formação e proporcionando a preparação básica para o trabalho, elevando a qualidade e a pertinência da aprendizagem, bem como assegurando a equidade do acesso, de acordo com as reais necessidades sócio-econômicas do Estado.

O Programa se baseia nos princípios do Plano "ABC" da Secretaria de Estado da Educação, que se refere a: Alunos nas escolas, Bons professores e Comunidade participando.

Componentes do Projeto:

- oferta do Ensino Médio;
- desenvolvimento técnico-pedagógico;
- infra-estrutura, equipamentos e materiais;
- recursos humanos;
- desenvolvimento institucional.

Público Beneficiário

- Egressos do primeiro grau, hoje em número de mais de 300 mil alunos. Com a implementação das inovações este público deverá alcançar mais de 600 mil alunos, em cinco anos.

O projeto abrangerá todo o Estado do Paraná a um custo de US\$ 200 milhões, sendo: US\$ 100 milhões Recursos do BID, e US\$ 100 milhões Recursos de Contrapartida Local.

Unidade de Desenvolvimento de Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná - PARANASAN

Objetiva fornecer abastecimento de água e infra-estrutura de esgotos sanitários adequados para as Regiões Metropolitana e Litorânea, bem como eliminar os riscos de saúde

e ambientais, diretamente relacionados à remoção imprópria de resíduos de produtos agrotóxicos no Estado do Paraná.

Componentes do Projeto:

- água e esgoto - Região Metropolitana de Curitiba -RMC;
- água e esgoto - Região Litorânea;
- sistema de disposição de resíduos de agrotóxicos perigosos;

O projeto abrangerá a Região Metropolitana de Curitiba - RMC e Região Litorânea, a um custo de US\$ 392 milhões, sendo: US\$ 220 milhões Recursos do OECF, e US\$ 172 milhões Recursos de Contrapartida Local.

5.4 - QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA

Na gestão da Secretaria de Estado da Administração, destacam-se, na área de Recursos Humanos, as seguintes atividades :

- criação e instalação do Programa de Atendimento e Integração de Servidores Estaduais, com problemas sociais e de comportamento, provocados pelo abuso do álcool e das drogas;
- alteração da Lei 10.692, para criação de Serviços da Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em todo o Estado, com base em grau de risco das atividades de funcionários;
- revisão do desenvolvimento de pessoal de diversos Órgãos, na maioria decorrente das alterações de estruturas organizacionais;—
- realização de quatro concursos, com 12 em tramitação;
- projeto de integração da folha de pagamento de pensões do IPE, referente a servidores do executivo;
- elaboração do plano de cargos, carreiras e salários do Quadro Geral do Estado, com a criação de um cargo único, "Agente Público", com características genéricas, ascensão funcional por meio de concurso interno e mediante pré-requisitos definidos;
- criação de tabela salarial com valores únicos por classe.

Ainda na área da Administração, foi promovido o cadastramento de imóveis ocupados por Órgãos Estaduais. Criação de Grupo de Trabalho de Racionalização do Fluxo de Processos, com a implantação do projeto arrastão que visa à redução de processos parados a mais de 365 dias.

O Instituto de Previdência do Estado do Paraná promoveu o lançamento de programas especiais, de relevante interesse para o funcionalismo público estadual, conforme abaixo relacionados:

- Programa de Assistência Integral à Saúde do Servidor;
- Programa de Combate e Prevenção do Câncer na Mulher - PREV-MULHER;
- Programa de Educação Sanitária;
- Programa de Atendimento à Saúde Integral do Adolescente;
- Programa de Atendimento à Terceira Idade;
- Programa de Controle de Hipertensão Arterial.

Promoveu ainda a modernização e agilização dos serviços prestados aos segurados do IPE, denominado Núcleo de Marcação de Consultas, para o qual está sendo desenvolvido um novo sistema pela CELEPAR.

Em fase de maturação o projeto IPE-COMUNICANDO, que engloba o DISK-IPE, uma linha direta entre o usuário e o Instituto, na área de atendimento à saúde, do Plantão 24 horas, do Centro de Atendimento ao Diabético e do Núcleo de Clínica Médica.

Foram realizadas 15.258 consultas médicas e 1.859 odontológicas.

O laboratório do IPE foi totalmente modernizado com a aquisição de equipamentos de análise informatizados, e de um sistema de controle em microcomputador, aumentando a capacidade de atendimento, atingindo 68.198 exames neste exercício.

5.4.1 - PROFISSIONALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Dentro da visão do atual governo de implementar uma política de profissionalização dos recursos humanos, dirigida aos servidores públicos estaduais, através de programas de educação e desenvolvimento humano, foram realizados, por iniciativa dos diversos órgãos da administração estadual, inúmeros cursos, palestras e seminários, visando ao aprimoramento dos servidores:

Administração Geral:

- 67 Programas de Treinamento com a participação de 978 servidores;

- 01 Programa de Alfabetização facilitando o acesso à aprendizagem de adultos e superando os primeiros passos da Educação básica, onde a SEAD foi a primeira instituição conveniada a beneficiar-se com o CES - Centro de Estudos Supletivos, sem o deslocamento dos alunos do local de trabalho;
- 04 Programas de Desenvolvimento Gerencial, para maior eficácia na prática e na cultura administrativa, no contexto das Organizações;
- 78 Cursos de informática contando com 359 treinandos, capacitando e desenvolvendo os funcionários do Estado, com o intuito de instrumentalizá-los (técnicas operacionais) em Microinformática;
- 01 Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública-CIPAD, com 360 horas/aula, com a participação de 28 servidores.
- 01 Curso Excelência no Serviço Público; e
- Congressos, Palestras e Seminários.

Educação:

Capacitação descentralizada, constituída pela realização de cursos propostos pelas escolas e viabilizados pelos 30 Núcleos Regionais de Educação do Estado. No ano de 1995 foram realizados 366 (trezentos e sessenta e seis) cursos, atendendo 44.091 professores.

Além desses cursos, foram organizados Grupos de Estudos em escolas nos seguintes Núcleos Regionais de Educação: Irati, Nova Londrina, Paranaíba, Maringá e Pato Branco.

Capacitação Centralizada, constituída por cursos propostos e viabilizados pelo Departamento de Ensino de 1º Grau da SEED. Com relação a esta forma de capacitação, foram realizados os seguintes eventos:

- Seminário Estadual de Ensino e Pesquisa de História e Geografia, atendendo a 400 professores;
- Seminário Estadual de Ensino e Pesquisa em Educação Física, atendendo a 400 professores;
- Seminário Estadual para Coordenadores do Ciclo Básico de Alfabetização, envolvendo 100 participantes;
- Seminário Estadual para Equipes de Ensino dos Núcleos Regionais de Educação, com vistas à apresentação, à divulgação e ao encaminhamento dos Cadernos do Ensino Fundamental, com participação de 150 representantes;
- Seminário "Módulo 00", envolvendo 210 participantes dos Núcleos Regionais de Educação, em treinamento de promotores de leitura, na perspectiva PROLER;
- Encontro para Elaboração de Relatório do Censo Escolar com o Sistema Estadual de Registro Escolar, envolvendo 120 participantes;
- Encontro do Projeto Informática Educativa com 60 participantes;
- Especialização em Pedagogia Religiosa, organizada em seis cursos ministrados a nove turmas e atendendo a 260 participantes;
- Reunião de Trabalho com Diretores Gerais dos Centros de Atenção Integral à Criança - CAICS e Coordenadores de Pólos de Suporte Técnico do PRONAICA e com as Secretarias de Educação, com 90 participantes;
- Reunião de Trabalho com Dirigentes da FAE, com 20 participantes;
- Curso de Línguas Kaingang e Guarani para professores índios.

Saúde:

Através do Centro Formador de Recursos Humanos do ISEP, no período de janeiro a dezembro, desenvolveram-se:

- Curso de Auxiliar de Enfermagem (17 em andamento, 05 em fase de implantação e 07 concluídos);
- Curso de Técnicos em Higiene Dental (03 em andamento e 01 em fase de implantação);
- Curso Técnico de Patologia Clínica (01 concluído e 01 em fase de implantação);

- Curso de Vigilância Sanitária e Ambulatorial (01 concluído).
- 10 Cursos de Capacitação para Assistência ao Indivíduo Portador de Tuberculose, em Curitiba, parceria com Prefeitura Municipal de Curitiba (8 h/aula cada; 370 participantes);
- Curso de Vigilância Epidemiológica do Câncer, em Curitiba, com SOGIPA e DVP (20 horas; 50 participantes);
- diagnóstico da Hanseníase e Leishmaniose, em Toledo, com CEPI e 20a. RS (8 horas; 30 participantes);
- Curso Básico de Capacitação em Boas Práticas de Fabricação (8 horas; 10 participantes);
- Treinamento de Introdução à Informática - SINAN, em Curitiba, com CEPI e GTI (40 horas; 24 participantes);
- Treinamento em Hanseníase, em Curitiba (32 horas; 15 participantes);
- 1º Encontro dos Centros Docentes Assistenciais de Saúde/PR, em Curitiba (8 horas; 30 participantes);
- 07 Oficinas de Territorialização nas Macrorregiões Norte, Noroeste, Centro Oeste e Campos Gerais (04 h/aula cada; 171 participantes);
- 04 Oficinas de Territorialização para municípios da 18a. RS (24 h/aula cada);
- 12 Oficinas de Territorialização para municípios da 5a., 12a, 19a, e 21a. Regionais de Saúde;
- 02 Oficinas de Planejamento Estratégico, em parceria com NESCO, DVP e GPC (40 h/aula cada, 25 participantes);
- 10 Cursos de Informática Básica MS DOS e WINDOWS, em Curitiba, com GTI, 10 horas cada;
- Curso de Controle de Qualidade em Laboratório, em Curitiba, com LACEN e CITIPAR (16 horas, 30 participantes);
- Encontro sobre Políticas de Sangue e Hemoderivados, em Curitiba (8 horas; 65 participantes);
- 02 Seminários em Vigilância à Saúde, em Curitiba, com DVP e PMC (16 horas; 30 participantes);
- Seminário sobre Informação, em Curitiba, com DVP e GPC (04 horas; 20 participantes);
- Seminário de Recursos Humanos, em Curitiba, com DRH e DVP (04 horas; 20 participantes);
- Seminário de Política Estadual da AIDS, em Curitiba, com DVP e Regional de Saúde (8 horas; 30 participantes);
- Curso de Capacitação e Informação sobre DST/AIDS, em Curitiba, com ONGs (20 horas; 30 participantes);
- Encontro de Atualização DST/AIDS, em Curitiba, com SINDSAÚDE; (20 horas; 20 participantes);
- Encontro Estadual Projeto Drogas, em Curitiba, com MS, SMC e SEED (12 horas, 30 participantes);
- Encontro de Coordenadores Estaduais de AIDS - Regiões Sul e Sudeste, em Curitiba, com MS (40 horas; 30 participantes);
- Encontro com Multiplicadores - AIDS, em Curitiba, com APAVI (20 horas; 20 participantes).

Em parceria com a EMATER, a edição das fitas educativas "Aranha Marrom e Escorpiões" (17 minutos), e "Cobras Venenosas" (20 minutos); e a montagem do Programa de Rádio "O Homem e a Terra" (diariamente, 10 minutos).

Cabe ainda registrar: a montagem e apresentação de 02 peças teatrais "AIDS" e "Infecção Hospitalar" (25 apresentações; 50 participantes); a realização de cine debate dos filmes "O Preço do Desafio", "Sociedade dos Poetas Mortos" e "Conduzindo Miss Daisy"; e a

montagem das exposições "Saúde da Mulher", "100 Dias de Governo", "Ser, Saber e Fazer na Saúde".

Planejamento/IPARDES

Foram realizados 46 Cursos Técnico-Gerenciais, com carga horária total de 1.585 horas/aula, atendendo a 709 alunos; também foram realizados 118 Cursos de Informática Básica e Avançada com carga horária total de 3.782 horas/aula, atendendo 1.112 alunos; e ainda 16 eventos (Seminários, Palestras e Workshops) atendendo a uma média de 1.980 participantes.

Destacam-se nessa programação:

- Curso Laboratório Integrado de Desenho de Estratégias Regionais (LÍDER), em Convênio com ILPES/CEPAL, destinado a formar quadros técnicos especializados na gestão de políticas públicas;
- organização do Encontro Paranaense para a HABITAT II - Assentamentos Humanos para o Século XXI, a criação de um novo cenário, no qual o IPARDES atuou como Secretaria Executiva;
- Curso de Elaboração, Gerência e Avaliação de Projetos (EGA), realizado em Convênio com a Universidade Estadual de Londrina e destinado a formar especialistas na área de projetos governamentais;
- destaca-se finalmente, o Programa de Treinamento para o Sistema Integrado de Acompanhamento do Plano de Governo (SIAPG), ferramenta gerencial de suporte às ações da administração pública que qualificou 229 servidores de 61 instituições da administração direta e indireta do Estado.

REPAROS, MELHORIAS, PROJETOS, ETC.

NÚMERO DE OBRAS					
SETOR	1991	1992	1993	1994	1995
Educação	1.072	800	1.109	712	708
Segurança	68	143	730	149	93
Fazenda	70	78	14	57	43
Saúde	34	29	35	28	13
Outras	148	818	255	129	148
TOTAL	1.392	1.868	2.143	1.075	1.005

ÁREA REPARADA (M ²)					
SETOR	1991	1992	1993	1994	1995
Educação	321.000,00	240.000,00	226.612,88	53.760,78	71.335,84
Segurança	20.400,00	42.900,00	28.900,74	129.619,47	52.079,42
Fazenda	21.000,00	23.400,00	2.407,00	20.473,00	2.200,00
Saúde	10.200,00	8.700,00	59.651,77	66.796,79	1.840,00
Outras	44.400,00	245.400,00	87.258,83	26.780,83	69.264,16
TOTAL	417.000,00	560.400,00	404.831,22	297.430,87	196.719,42

5.4.2 - OBRAS PÚBLICAS

Através da Secretaria de obras Públicas e de sua vinculada, o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, foram realizados 1.587 obras e serviços que totalizaram o valor de R\$ 73.439.774,04, conforme demonstram os quadros abaixo:

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

NÚMERO DE OBRAS					
SETOR	1991	1992	1993	1994	1995
Educação	115	111	868	237	390
Segurança	25	18	160	21	36
Fazenda	02	01	66	01	09
Saúde	55	04	69	05	07
Outras	24	111	240	69	140
TOTAL	221	245	1.403	333	582

ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)					
SETOR	1991	1992	1993	1994	1995
Educação	51.286,35	35.041,52	411.791,87	90.021,94	226.389,73
Segurança	9.542,56	7.511,02	66.908,87	10.791,80	6.248,33
Fazenda	334,40		61.715,17	10,00	118,67
Saúde	29.904,96	277,27	44.346,40	581,97	7.695,30
Outras	2.933,50	40.001,68	76.847,72	14.023,41	96.773,62
TOTAL	94.001,77	83.821,49	661.610,03	115.429,12	337.225,65

5.5 - PARANÁ FISCAL

Este programa visa o acompanhamento e fiscalização de empresas ou setores econômicos, a serem implementados em ordem preferencial de importância desses segmentos na composição da arrecadação tributária estadual; aprimoramento da cobrança da dívida ativa, ajuizada ou não, através do projeto "cobrar bem"; melhorar a qualidade do atendimento ao público usuário; implantar uma campanha administrativa para despertar a cidadania fiscal, a exemplo do projeto "Cidadão Nota 10"; reagrupar a receita estadual; aumentar a capacitação técnica dos servidores da CRE.

5.5.1 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Dentro das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda destacam-se a arrecadação tributária e administração financeira. A Arrecadação está a cargo da Coordenação da Receita, com área de atuação em todo o Estado, através das Delegacias Regionais, Agências de Rendas e Postos Fiscais. A Coordenação da Administração Financeira tem como atribuições principais o controle e gerenciamento da dívida pública, repasses financeiros aos órgãos da administração direta e indireta e os registros contábeis. Além disso, estão vinculados à Secretaria o Banco do Estado do Paraná, Serviço de Loteria do Estado e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

A execução orçamentária e financeira, apesar de todas as dificuldades da conjuntura econômica nacional, foi desenvolvida de forma equilibrada. Isto em função da programação financeira ter sido administrada através de prioridades, principalmente pessoal, serviço da dívida e custeio administrativo, e de acordo com o potencial e capacidade de arrecadação.

Deve-se ressaltar que a programação financeira global é realizada em conjunto com a Secretaria do Planejamento, com a concessão de capacidade de empenho aos órgãos da administração direta e indireta. Em seguida é elaborado o cronograma mensal e diário de fluxo de caixa, onde são discriminadas as receitas e as despesas. Quanto à despesa, em conjunto com os Grupos Financeiros de todas as Secretarias, é elaborada a programação mensal que é ajustada diariamente para adequá-la à receita efetiva de caixa. Evidentemente, a programação da despesa por espécie leva sempre em consideração a expectativa de arrecadação no período, estabelecendo prioridades.

A arrecadação total provável do exercício deverá atingir US\$ 3.190 milhões, com o Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS, como principal componente da receita com participação de US\$ 2.026 milhões ou 63,5% do valor arrecadado.

Com o serviço da dívida pública, será pago até o final do exercício de 1995 R\$ 264,5 milhões, dos quais R\$ 187,8 milhões de dívida pública interna e R\$ 76,7 milhões de dívida externa. O pagamento do serviço da dívida pública deverá representar 8,3% do total arrecadado e 13,1% do ICMS. O saldo devedor da administração direta deverá oscilar em torno de R\$ 1.575,1 milhões, sendo R\$ 1.205,2 milhões da dívida interna e R\$ 369,9 milhões da externa.

Com isso fica evidenciado que apesar de todas as dificuldades, o financiamento dos gastos do governo, foram feitos exclusivamente com recursos arrecadados, considerando que os ingressos de operação de crédito foram negativos - pagamentos R\$ 264,5 milhões e ingressos R\$ 142,5 milhões.

Com relação a despesa de pessoal, a folha de pagamento está em torno de 75,4% em relação a receita corrente líquida, sendo que o Paraná é um dos poucos Estados brasileiros que conseguiu honrar os compromissos com a folha de pessoal e inclusive o 13º salário, com

pagamentos em dia, sem necessidade de empréstimos e ainda realizar investimentos para a execução do plano de Governo.

O Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro/SIAF, que tem como objetivo principal, registrar o orçamento e apoiar a programação financeira, os processos de atualização dos arquivos da emissão de documentos (empenhos, liquidações, recolhimento de crédito, etc.) e a emissão de relatórios operacionais legais se uniformizaram com o processamento de dados, sendo efetuadas as seguintes melhorias no exercício:

Reformulação da integração da folha de pagamento, para proporcionar a inclusão de órgãos da administração indireta, com inclusão da conta única, repasses, consignatários, pagamentos automáticos, inclusive "repiques" quando pagamento às vinculadas.

Automatização contábil dos Fundos FUPEM, FUNREFISCO e FNPM, com o Sistema de Contabilidade por Micro-SCM e implantação do SIAF em 14 órgãos da administração indireta.

Na área de arrecadação e fiscalização de tributos, com a finalidade de evitar a sonegação fiscal e evasão de rendas, foram programados e colocados em execução diversos projetos: Operação Outono, Combustíveis e Lubrificantes, Porta a Porta, Desenquadramento de Microempresas, Operação Integração, Saldo Credor, Parâmetros, Receita Certa, Operação Natal. Merece destaque o projeto Cidadão Nota 10, que tem como objetivo a conscientização da população para o exercício da cidadania fiscal, tendo como resultado até novembro a arrecadação de 44 milhões de notas fiscais.

Elaborado em parceria com a Junta Comercial o projeto Recadastramento de Contribuintes que objetiva atingir 183.000 contribuintes, com o cadastramento até novembro de 130.000 contribuintes.

O projeto Cobrar Bem - IPVA para cobrança de débitos de anos anteriores, que resultou na regularização de mais de 85.000 contribuintes, totalizando o valor aproximado de R\$ 6,0 milhões, sendo 50% repassado aos municípios.

Com relação ao Fundo de Participação dos Municípios, foram apropriadas 152.126 Declarações Fisco Contábeis, 4,3% a mais que no ano anterior, dos quais 50,2% de microempresas e o índice de omissão para apuração do valor adicionado que constitui a base de cálculo do índice foi de 18,6%.

Os depósitos totais do Banco do Estado do Paraná registraram em outubro/95 a cifra de R\$ 2.601 milhões, representando um crescimento real de 20% no exercício, que apesar dos elevados índices de compulsório determinados pelo BACEN, ainda permitiram alavancar as operações, especialmente dos pequenos e micro produtores. As operações de crédito alcançaram no mesmo período um volume aplicado de R\$ 2.416 milhões.

O patrimônio líquido do Banestado superou a cifra de R\$ 410 milhões e apresentou rentabilidade líquida aproximada de 8,0%. Dessa forma, a confiança depositada pelos mais de 115 mil acionistas do Banestado está recompensada nos excelentes resultados obtidos, que contribuirão no processo de crescimento de desenvolvimento do Estado.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Agência PR, aprovou financiamentos de R\$ 120,1 milhões que determinaram a alavancagem de investimentos em atividades produtivas na ordem de R\$ 237,9 milhões. De acordo com dados levantados nos projetos, as inversões deverão gerar 6.306 empregos, com incremento na arrecadação de ICMS de 60,1 milhões.

O Serviço de Loteria do Estado, arrecadou R\$ 15,9 milhões, com administração de 4 modalidades de apostas, mais o credenciamento e autorização aos clubes para realização de bingos.

5.5.2 - FISCALIZAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

INSPETORIA GERAL DE FISCALIZAÇÃO

Produção Fiscal

A tabela abaixo demonstra o desempenho da fiscalização nos últimos quatro anos, considerando os períodos de janeiro a dezembro de cada exercício, exceto o exercício de 95 que compreende o período de janeiro a outubro.

5.5.3 - PRODUÇÃO FISCAL X ARRECADAÇÃO

PERÍODOS	ARRECADAÇÃO EM MILHÕES US\$	AUTUAÇÕES EM MILHÕES US\$	EVASÃO FISCAL ALCANÇADA (%)	QDE.PAF'S POR ANO
JAN. A DEZ. 1992	1379	200	15,66	29.220
JAN. A DEZ. 1993	1382	218	15,77	30.552
JAN. A DEZ. 1994	2020	371	18,36	46.696
JAN. A OUT. 1995	2246	599	26,66	47.820

Os resultados acumulados relativos a quantidade de autos de infração lavrados e o valor dos mesmos são expressivamente superiores as quantidade e valores correspondentes aos períodos encerrados de exercícios anteriores.

Os percentuais de evasão fiscal alcançada, nos períodos considerados, retratam o esforço direto da fiscalização no combate à fraude e sonegação fiscal, decorrentes da economia informal, que foram trazidas à formalidade através do lançamento de ofício promovido pelo agente fiscal. O significativo acréscimo desse percentual no exercício de 95, atribuímos aos seguintes fatos:

- intensificação das atividades fiscais através da implementação de projetos específicos de fiscalização;
- ingresso de novos agentes fiscais no quadro da CRE.

5.5.4 - PROJETOS ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO

Os denominados projetos especiais são atividades fiscais planejadas e coordenadas de forma centralizada, implementadas a nível estadual, algumas voltadas para segmentos econômicos específicos onde se constataram maiores focos de evasão fiscal. A operacionalização dessas atividades se dá de forma descentralizada através das dez Delegacias Regionais da Receita Estadual.

Os principais projetos e resultados obtidos foram:

OPERAÇÃO OUTONO

Consiste em atividades fiscais voltadas para a verificação da regularidade das notas fiscais que acobertam o trânsito de mercadorias nas rodovias paranaenses.

Período de execução: abr./95 a jul./95;

Resultados: 1.161 autos de infração lavrados no montante de R\$ 584.157,23.

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

Consiste na verificação da regularidade fiscal das operações efetuadas em todas as etapas de comercialização do segmento econômico que opera no ramo de combustíveis e lubrificantes, compreendendo os estabelecimentos varejistas, atacadistas/distribuidores e inclusive fabricantes, de médio e grande porte.

Período de execução: abr./95 a dez./95;

Resultados: 1.248 autos de infração lavrados no montante de R\$ 9.663.000,94

Observação: obteve-se uma recuperação real na arrecadação desse segmento na ordem 11,20%, correspondente a um montante de R\$ 28,87 milhões, comparando-se o período de jan. a out./95 com igual período do exercício anterior.

PORTA A PORTA

Consiste em atividade fiscal voltada ao comércio varejista com vistas à avaliar o reflexo da campanha governamental "Cidadão Nota 10" e também verificar a regularidade da situação cadastral e operacional dos estabelecimentos comerciais em geral. A pesquisa foi efetuada sobre uma amostra correspondente a 12% do universo do referido segmento, partindo-se de um marco referencial (julho/95) e medindo-se a evolução mês a mês, a partir de agosto/95 (início da operacionalização da campanha).

Período de execução: jul./95 a dez./95

Resultados: incrementos positivos: nas quantidades de notas fiscais emitidas de 9,18% em ago./jul., de 3,46% em set./jul e de 4,79% em out./jul.; nos valores das notas fiscais emitidas de 6,74%, 2,43% e 12,06%, respectivamente

DESENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS

Consiste em reavaliar as empresas enquadradas no regime especial de microempresa que desfrutam do benefício de isenção do ICMS e promover o desenquadramento daquelas que excederam os limites de valores estabelecidos em Lei ou deixaram de cumprir as normas exigidas para a permanência no regime.

Período de execução: maio/95 a dez./95.

Resultados: no período de maio a julho foram desenquadrados mais de 17.556 estabelecimentos, estando previsto para o mês de dezembro o desenquadramento acima de 20.000. No primeiro período, foram ainda, emitidos 113 autos de infração no montante de R\$ 118.831,33.

OPERAÇÃO INTEGRAÇÃO

Esse projeto consiste numa continuidade ao Projeto nº 001-95-IGF-OPERAÇÃO OUTONO, tendo os mesmos objetivos.

Período de execução: ago./95 a dez./95.

Resultados: foram lavrados 1.476 autos de infração no montante de R\$ 919.497,32, no período de ago./95 a nov./95.

OPERAÇÃO SALDO CREDOR

Consiste em visita fiscal às empresas previamente selecionadas, constantes de listagem de processamento, que apresentaram, sistematicamente, saldos credores de ICMS nos últimos seis meses, para se avaliar a consistência dos créditos quanto a origem e lançamento em conta gráfica, bem como os processos de transferência desses créditos para terceiros.

Período de execução: out./95 a dez.95;

Resultados: no período de out./95 a nov./95 foram emitidos 46 autos de infração no montante de R\$ 13.763279,42, mais o estorno de crédito no montante de R\$ 364.002,50.

PARÂMETRO

Esse projeto é baseado num modelo alemão e consiste num Sistema de Auditoria Fiscal que contém uma ampla base de dados relativos às informações econômico-fiscais das empresas, consolidando-as por ramos de atividades econômicas e porte, estabelecendo parâmetros (indicadores econômico-fiscais) médios de cada segmento para serem comparados com cada empresa em particular, objetivando-se a avaliação individual de desempenho que irá proporcionar o controle preventivo e seleção racional das empresas a serem fiscalizadas.

Período de execução: out./95 a dez./95 para implantação do sistema pela Assessoria de Informática; jan. a mar./96, emissão de relatórios gerenciais e de parâmetros para testes de laboratório em municípios selecionados pelas unidades regionais (Delegacias); abr./96 em diante está prevista a operacionalização em âmbito estadual.

OPERAÇÃO NATAL

Esse projeto consiste em visitas fiscais junto ao comércio varejista em geral: lojas comerciais, shopping, lojas de departamento, etc., durante o mês de dezembro, para se verificar a regularidade na emissão de notas fiscais por parte das empresas, mormente quando as vendas estão aquecidas em decorrência das festas de final de ano. Outros objetivos são visualizados: conscientização tributária do empresário, exercício da cidadania fiscal pelo consumidor, apoio e disseminação a campanha governamental "Cidadão Nota 10". No período de agosto a novembro/95 foram coletadas aproximadamente 44 milhões de notas fiscais.

CIDADÃO NOTA 10

Esse projeto foi desenvolvido em conjunto entre a Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Comunicação Social e Banco do Estado do Paraná, e tem por objetivo a conscientização da população para o exercício da cidadania fiscal e o aumento da arrecadação tributária estadual. Foram arrecadadas no período de AGO/95 a NOV/95 aproximadamente 44 milhões de Notas Fiscais.

- escolas atendidas: 918;
- municípios atendidos: 918;
- alunos beneficiados: 554.071;
- equipamentos distribuídos para as escolas:
- retroprojetores: 625;
- TVs : 382;
- vídeo: 218;
- impressora: 151;
- microcomputadores: 300.

5.5.5 - PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Foram estabelecidas diversas parcerias com as Entidades abaixo, que têm em comum o exercício do poder fiscalizatório, com a finalidade de integrar ações conjuntas e complementares no interesse maior de arrecadar:

- Termo de Cooperação Técnica firmado entre Secretaria da Fazenda, Ministério Público, Ministério da Agricultura, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde, com o fim específico de fiscalização integrada voltada aos gêneros alimentícios e medicamentos;

- resultado de operações conjuntas com os Órgãos acima nominados sobre o segmento da carne: no período de jul./95 a out./95 foram lavrados 802 autos de infração no montante de R\$ 505.726,79;
- Convênios de Ações Conjuntas e Integradas com os municípios com fim específico de fiscalização do escoamento das safras agropecuárias e cobrança do IPVA;
- Convênio com a EMATER e INSS, para o desenvolvimento de ações conjuntas e integradas no meio Rural visando o exercício da cidadania fiscal pelo produtor e conscientização tributária das empresas agropecuaristas;
- Resolução Conjunta com a Polícia Militar para fiscalização do ICMS relativo às operações de trânsito de mercadorias e IPVA;
- Convênio com a Receita Federal - Superintendência da 9a. Região Fiscal, para ações conjuntas e integradas, intercâmbio de informações e disponibilização recíproca de banco de dados econômicos, fiscais e cadastrais;
- Operação CODESUL realizada em conjunto com a Polícia Civil dos Estados do Sul em barreiras pré-estabelecidas e em estacionamentos de veículos, no período de ago./95 a out./95, resultaram na emissão 189 autos de infração no montante de R\$ 701.342,72.

5.5.6 - INSPETORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO

Principais Metas

- Efetuar recadastramento dos contribuintes do ICMS;
- agilizar a cobrança de débitos pendentes;
- agilizar a cobrança da dívida ativa;
- efetuar estreito acompanhamento da arrecadação no sentido de incrementá-la;
- promover a atuação conjunta com órgãos e instituições, tais como: Banestado, Detran, Celepar, Junta Comercial do Paraná, Procuradoria Geral do Estado e Varas da Fazenda Pública;
- examinar a eficácia do sistema de cobrança através de GR-3.

5.5.7 - CADASTRO

Elaborado em parceria com a Junta Comercial do Paraná, o "Projeto de Recadastramento dos Contribuintes" objetiva atingir 183.000 estabelecimentos.

Ainda para aprimoramento e modernização do cadastro de contribuintes do ICMS, foram desenvolvidos projetos para:

- alterar o código de identificação das empresas, tornando-o numérico (hoje é alfanumérico) e seqüencial no âmbito do Estado (atualmente a numeração é seqüencial por município). Tais mudanças facilitarão a informatização dos dados e atualizações, permitindo a manutenção de um cadastro mais íntegro, ágil e eficaz. O sistema já foi desenvolvido e a implementação está prevista para janeiro a março/96;
- alteração dos documentos de cadastro criando um novo modelo do DUC- Documento Único de Cadastro e o DCS- Documento de Cadastro dos Sócios. Esses formulários exigem dados mais completos sobre a empresa e seus sócios, visando tornar mais eficiente a fiscalização e a cobrança de débitos;
- alteração da tabela de códigos de atividades econômicas, visando adequá-la às necessidades do fisco;
- inclusão de sócio estrangeiro no cadastro a partir de agosto/95.

5.5.8 - COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Foi implementado no mês de abril/95 o "Projeto Cobrar-Bem", que propôs a ação conjunta da Coordenação da Receita do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Ministério Público para efetivar a cobrança de débitos inscritos ou não em dívida ativa. O projeto vem atingindo excelentes resultados e já conseguiu recuperar, até o mês de novembro, mais de R\$ 35,0 milhões.

Para aprimorar o sistema de cobrança foi aperfeiçoado o controle dos depósitos judiciais efetuados por contribuintes nos autos de medida cautelar, inscrevendo-os todos em dívida ativa e suspendendo-se apenas o ajuizamento até que sejam decididos.

Foi também desenvolvido um sistema para inscrição de dívidas oriundas de autos de infração lavrados por outras Secretarias de Estado e de Resoluções e Acórdãos do Tribunal de Contas. Tal sistema permitiu a inscrição de autos que estavam sobrestados aproximadamente há um ano.

Cobrança de Débitos Pendentes

Foi elaborado o "Projeto Cobrar-Bem - IPVA" para cobrança dos débitos de exercícios anteriores, que resultou na regularização de mais de 85.000 contribuintes, totalizando um valor de aproximadamente R\$ 6.000.000,00, sendo que 50% do montante deste valor foi repassado aos municípios.

Do projeto resultou a Norma de Procedimento Conjunta nº 001/95 entre a Secretaria da Fazenda e Secretaria de Segurança Pública, articulando ações para fiscalização do IPVA pela Polícia Militar, através de blitz em todo o Estado.

A cobrança de débitos em atraso de GIA e Autos de Infração foi desenvolvida através do "Projeto Cobrar-Bem".

Modernização do Sistema de Arrecadação

A exemplo do que vem ocorrendo em outros estados da Federação, foi desenvolvido em conjunto com o Banestado, a Celepar e o Tribunal de Contas o "Projeto de Modernização do Sistema de Arrecadação" que objetiva a automação dos procedimentos relativos à declaração do ICMS e aos recolhimentos de tributos estaduais. Tal projeto explora o uso ostensivo da informática como ferramenta de trabalho, possibilitando à CRE prestar um serviço de melhor qualidade ao contribuinte e facilitando ao mesmo o cumprimento de suas obrigações fiscais. Além destes, são objetivos do projeto a agilização, racionalização e segurança no processamento dos dados de arrecadação e redução no custo operacional. Está previsto a sua implantação no mês de julho/96.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

Relativamente ao IPVA foi implantada a sistemática de consulta por telefone sobre débitos de veículos.

Foi também desenvolvido, em conjunto com o DETRAN, a Celepar e o Banestado, o "Projeto de Licenciamento Anual/96" que moderniza e agiliza a forma de cumprimento das obrigações relativas aos proprietários de veículos no Paraná.

Participação na elaboração do Anteprojeto de Lei do IPVA/96 e encaminhado à Assembléia Legislativa. Se aprovado, conseguiremos recuperar a queda ocasionada com a diminuição da alíquota e concessão da isenção aos veículos com mais de 15 anos (nacionais) ou 25 anos (estrangeiros), dadas pela Lei aprovada para o IPVA/95.

Guia de Recolhimento GR-3

Em 1994 foi implantado um sistema para simplificar a arrecadação de ICMS sobre produtos primários, que até então era feita em agências de rendas em guias especiais. A arrecadação passou a ser feita em agências bancárias, utilizando guias comuns adquiridas em papelarias.

Após o exame de aproximadamente 15.000 guias de recolhimento modelo 3 (GR-3 - produtos primários), em que não se constatou sua eficácia, decidiu por sua manutenção.

5.5.9 - COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

A administração burocrática Pública no Brasil vem sendo objeto de variadas críticas nas últimas décadas, e dentre elas, uma das mais procedentes têm a ver com a falta de uma revisão gerencial e de integração, tendo como conseqüências a desmotivação funcional e a ineficácia no atendimento das necessidades do cliente, no caso, a sociedade.

Dentro do contexto de suas atribuições, a CAEC propôs-se a uma atuação mais participativa, menos rígida e mais inserida em um modelo moderno de desempenho, mais próprio à "era da informação". Mas, como em toda mudança de paradigma, trata-se de um processo que se faz ao longo do tempo, uma alteração na filosofia de gestão é continuamente aperfeiçoada.

A Coordenação de Assuntos Econômicos deu seqüência, portanto, às ações que vinham sendo implementadas, sob a forma de Programas de Trabalho, intrinsecamente relacionados entre si e de objetivo comum: diagnosticar a ação do Governo Estadual e sugerir alterações de políticas quando necessário.

Área Econômico Tributária

"Programa de Análise do desempenho da Arrecadação do ICMS no Paraná e sua relação com o comportamento da economia".

- Em fase de estruturação com dados provenientes de Guias de Recolhimento do ICMS que se traduzem em fonte de dados primários, tanto para o acompanhamento econômico, quanto para a arrecadação. O objetivo do Projeto é verificar se a arrecadação está sendo compatível com o desempenho da economia estadual;
- foi emitido também, o "Boletim Mensal do ICMS", que contém o desempenho real do imposto por setores e atividades econômicas com a utilização de deflatores específicos aplicados aos fatos geradores de ICMS.

Programa de Análise das Principais Contas Públicas Estaduais e reflexos sócio-econômicos. (Análise da Receita, da Despesa e do Resultado financeiro global à exceção do ICMS).

- A tarefa consistiu na montagem de um modelo formal de análise das Contas Públicas. Foi elaborado o projeto que sistematiza esta atribuição objetivando dotar a Coordenação de Assuntos Econômicos de uma estrutura de informações capazes de, além da análise financeira que vinha sendo feita, imprimir-lhe maior capacidade de avaliação, a partir do confronto de desempenho das finanças estaduais com os indicadores sócio-econômicos disponíveis (a aplicabilidade da Despesa Pública e seu financiamento), e com o desempenho ainda que parcial de um conjunto de Estados selecionados com base em critérios já definidos e a respeito de algumas Contas da Receita e da Despesa;
- realizou-se o diagnóstico do desempenho financeiro estadual na década de 90 (1990/95), que servirá de base às comparações que o Projeto se propõe e aos seus produtos finais (Análise das Contas Públicas Estaduais, gestão financeira e implicações sociais e Análise Comparativa do resultado Financeiro global do Estado e Estados selecionados).
- elaborou-se análise detalhada do Estudo produzido sob a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (de consultor independente), solicitado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (SEAIN) e denominado: "Análise das Finanças Públicas e Tendências Sócio-Econômicas para o Estado do Paraná.

- Acompanhamento, análise e mensurações das propostas de Revisão Constitucional em matéria tributária para o Estado do Paraná e para o conjunto de Estados.
- A CAEC deu seqüência às análises e avaliações por força de sua participação no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária (Confaz - GT 47), equipe de trabalho composta por representantes dos Estados da Federação. Foi elaborada análise econômica e estimativa das perdas dela decorrentes, para todas as unidades federadas, relativamente à Proposta de Emenda Constitucional do Governo federal (PEC175/95);n participou da Reunião CODESUL/Grupo de Reforma Tributária, elaborando posteriormente Relatório circunstanciado, contendo as principais alterações originadas da Proposta de Reforma Tributária (Mensagem de Emenda Constitucional nº 888) e suas implicações;
- relativamente à Emenda nº 888 (Projeto de Reforma Tributária do Governo Federal), elaborou-se ainda a avaliação completa em documento que mede as conseqüências imediatas para os Estados e mapeadas as vantagens e desvantagens do sistema proposto na Emenda em relação ao vigente.
- Relatórios de avaliação da Campanha "Tropeirinho" da Prefeitura Municipal de Castro; Convênio de Cooperação Técnica SEPL/SEFA, mediante Termo de Referência: Projeto "Valor Agregado da Economia Paranaense" (subsídios para a reformulação do PIB estadual).